

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

Stone in the landscape

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Autora: Camila Prus

Orientadores: Professora Arquiteta Inês Lobo

Professora Arquiteta Júlia Zurbach Varela

Co-orientador: Arquiteto João Vaz

Número da candidata: 20161485

Julho de 2020

Lisboa

Resumo

Neste trabalho pretende-se intervir em um território fragmentado da zona oriental da cidade de Lisboa, mais precisamente no bairro de Marvila. Através da construção de espaços públicos de qualidade em continuidade com o meio urbano, criam-se novas possibilidades de circulação entre os diferentes meios e enfatiza-se o potencial urbanístico da zona. Em primeiro lugar busca-se entender a escala do território e identificar problemáticas existentes. Depois, identifica-se uma forma de intervir no mesmo através de uma estratégia global. Por meio de uma tipologia arquitetônica, busca-se chegar a um modelo capaz de promover esses espaços dentro da cidade, onde o edifício *Stone in the Landscape* é um componente crucial dentro desse sistema.

Palavras-chave: Marvila, SESC, espaço de convivência, edifício-praça.

Abstract

This work intends to intervene in a fragmented territory in the eastern part of the city of Lisbon, more precisely in the neighborhood of Marvila. Through the construction of quality public spaces in continuity with the urban environment, new possibilities of circulation between the different media are created and the urban potential of the area is emphasized. Firstly, it seeks to understand the scale of the territory and to identify existing problems. Then, through a global strategy, a way to intervene in the territory is identified. Through an architectural typology, we seek to arrive at a model that can promote these spaces within the city, where the Stone in the Landscape building is a crucial component within this system.

Keywords: Marvila, SESC, acquaintanceship space, plaza building.

Índice

Introdução	5
1. Um “SESC” para Marvila	6
1.1 Do centro comunitário e interpretativo ao SESC	6
Concurso Trienal	6
O Programa SESC	8
“SESC” Marvila	15
1.2 Dos Alfinetes ao Beato	19
Estratégia	23
1.3 O espaço público e a “pracialidade”	29
2. O SESC e a construção de espaço público	31
SESC 24 de Maio	31
SESC Pompeia	33
Os edifícios do SESC e o moderno paulista	35
2.1 O edifício-praça e a arquitetura paulista	40
MASP, MuBE e FAU-USP	41
2.2 <i>STONE IN THE LANDSCAPE</i>	47
Conclusão	55
Bibliografia	57
Anexos	63

Introdução

Marvila é hoje um território heterogêneo e complexo, situado numa região topograficamente sensível, caracterizada por sobreposições de camadas históricas, que resultaram numa paisagem fragmentada, marcada por constantes alterações do seu tecido urbano, económico e social. Resultaram, deste processo histórico, desajustes ao nível da **Escala**, uma marcada **Descontinuidade** na articulação entre as várias partes, uma certa **Informidade** no seu desenho urbano. Estes três aspectos no seu conjunto estão estreitamente relacionados com a falta de espaço público qualificado nesta zona da cidade, e são simultaneamente causa e consequência da paisagem fragmentada que é hoje Marvila. Entendemos, por isso que qualquer intervenção na zona de Marvila deve ter sempre levar em conta, ou pelo menos questionar a questão do espaço público, que cremos ser central para a requalificação do espaço urbano em geral, e para tecidos urbanos com estas características em particular.

Assim, em resposta a um programa do Concurso Universidade lançado pela Trienal de Arquitetura de Lisboa para um Centro Comunitário e Interpretativo, resultou-se uma reflexão mais ampla acerca deste território no seu conjunto e acerca de um programa de equipamentos públicos existente no Brasil: as unidades SESC - Serviço Social Do Comércio -, que é uma instituição privada de carácter público, com atuação em todo o país e que visa o bem-estar social, oferecendo espaços públicos de qualidade à população. A pergunta que colocamos foi então de que modo a construção de uma unidade SESC pode constituir uma possibilidade de construção de espaço público em Marvila. Para responder à questão, o trabalho teve como base, estudos recentes sobre as unidades do SESC e sobre Marvila, de forma a construir um corpo de documentos capaz de informar a elaboração do projeto. Foram consultados a legislação e documentos sobre esta instituição, assim como estudos sobre os edifícios das unidades SESC e sobre a arquitetura brasileira de um determinado período que, segundo os autores consultados, estão diretamente relacionados com a construção do programa SESC. Sobre Marvila, foi reunida uma bibliografia composta por documentação com dados acerca do território que permitissem montar o programa e a estratégia, adequados para o “SESC” Marvila.

O trabalho organiza-se em dois capítulos, cada um dividido em duas partes. No primeiro capítulo estabelecem-se as bases para a construção do **Programa** do “SESC” Marvila e a **Estratégia** de implantação do mesmo no território. No segundo capítulo, trata-se de regressar ao programa original e responder ao concurso, que acabou por tornar-se um dos espaços do “SESC” Marvila. Para tal, na primeira parte, propõe-se uma reflexão sobre as unidades SESC e de três edifícios significantes dentro das espacialidades enquanto espaço público da cidade. Para concluir este capítulo, é feita uma apresentação do projeto que foi proposto em resposta ao Concurso: o edifício *Stone in the Landscape*.

Por últimos, concluímos a proposta através de uma reflexão acerca do trabalho na sua globalidade, tentando perceber de que modo este pode ser útil para uma reflexão sobre o espaço público de Marvila ou de outros territórios com características similares. Além disso, é feita uma reflexão sobre o SESC e as suas unidades, e o modo como este modelo tão particular pode ser implementado fora do Brasil.

1. Um “SESC” para Marvila

1.1 Do centro comunitário e interpretativo ao SESC

Concurso Trienal

O projeto que se apresenta neste trabalho, teve como base as diretrizes do Concurso Prémio Universidades Trienal de Lisboa Millennium BCP, como parte da programação da 5ª edição da Trienal de Arquitetura de Lisboa, realizada em 2019, que convidava estudantes de Mestrado em Arquitetura de todo o mundo “a empenharem-se no pensamento profundo, num exercício de pesquisa coletiva sobre racionalidade construtiva”¹. Para tal, propunha-se a elaboração de um projeto de um Centro Comunitário e Interpretativo, para um lote expectante da freguesia de Marvila, em Lisboa. O objetivo do concurso era propor um edifício que considerasse uma dimensão metropolitana e a condição futura do lugar e que, através do exercício da arquitetura, fosse capaz contribuir para a requalificação do território de Marvila na sua globalidade, ou seja, “O projecto urbano de Lisboa tende para intervenções precisas, através de projectos de escala arquitectónica, que tem como objectivo galvanizar a situação urbana circundante”.²

A área proposta para a implantação do projeto era um terreno situado na cota alta de Marvila, numa área confinante com a Zona J do Plano de Urbanização de Chelas³, de ocupação predominantemente residencial. A sua situação topográfica proporciona uma ampla vista sobre a paisagem, nomeadamente para a zona ribeirinha, onde convivem um passado industrial e edifícios históricos com novos projetos de habitação.

O lote e a sua envolvente imediata revelam diferentes tempos e modos de ocupação deste território, espaços vazios, ruínas de ocupações anteriores e vestígios de projetos inacabados. A Norte, o terreno confina com um conjunto de cinco torres residenciais, com áreas comerciais no piso térreo abertas para um pequeno largo (Largo Luís Dourdil) de acesso a este conjunto. A Sul, o terreno é limitado pela Rua Mário Botas, que dá acesso a uma entrada secundária da Escola Básica de Marvila, um importante equipamento do bairro, de estrutura pavilhonar, implantado na encosta que desce, na direção do rio. Ao lado da escola, um terreno de dimensão equivalente ao recinto da escola permanece ainda vazio. A leste, o terreno é limitado pelas ruínas do edifício histórico da antiga Quinta dos Alfinetes.

Para este lote, ainda hoje expectante, esteve prevista a construção da sede da Fundação Luso-Brasileira para o desenvolvimento do mundo de língua portuguesa⁴, com projeto oferecido pelo seu autor - o Arq. Óscar Niemeyer - elaborado em 1991⁵. Segundo Pedro Rebelo de Sousa, primeiro presidente da Fundação, o objetivo era “tentar fazer uma fundação luso-americana” de língua portuguesa, que fosse a “sede e onde as casas de vários países iriam se juntar”⁶. Este projeto traria importantes dinâmicas

1 Trienal de Arquitetura de Lisboa: A Poética da Razão - Regulamento do Concurso Prémio Universidades Trienal de Lisboa Millennium bcp, Disponível em https://www.trienaldelisboa.com/open-calls-pt/d/opencalls_t2019-universidades [consultado em 28/04/2020].

2 *Idem*

3 CML - GTH – **Plano de urbanização de Chelas**. Lisboa: Câmara Municipal, 1965. Volumes 1 e 2.

4 “Situado em Chelas, o terreno de 16 mil metros quadrados na Quinta dos Alfinetes foi entregue pela Câmara de Lisboa à Fundação Luso-Brasileira para que esta ali fizesse a sua sede.” Disponível em <https://www.publico.pt/2009/12/16/local/noticia/antonio-costa-nao-vai-desistir-de-projecto-de-niemeyer-em-terrenos-que-tem-ao-abandono-1414138> [consultado em 13/06/2020]

5 Segundo ficha de projeto da Fundação Luso-Brasileira para o desenvolvimento do mundo de língua portuguesa. Disponível em <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro348> [consultado em 22/05/2020]

6 Jornal Digital Dinheiro Vivo. Disponível em <https://www.dinheirovivo.pt/banca/pedro-rebelo-de-sousa-acredito-que-ja-tenho-um-curriculo-para-alem-da-caixa/> [consultado em 13/06/2020]

a esta área, através da construção de um equipamento à escala da cidade, num momento em que se iniciavam os projetos de requalificação da zona que é hoje o Parque das Nações. Apesar de o terreno ter sido cedido pela Câmara Municipal de Lisboa e de terem sido angariados os fundos necessários à construção do projeto, o edifício não chegou a ser concluído porque as empresas que deveriam financiar a construção acabaram por não cumprir o que estava acordado. Assim, a construção do edifício acabou por ser definitivamente interrompida em 1999, restando ainda hoje, no lote, vestígios do arranque da construção da estrutura em meio à vegetação⁷.

Ao lado desta quase invisível ruína de concreto, ergue-se uma outra, mais imponente e que é, claramente o elemento mais qualificado desta área: a Quinta dos Alfinetes. O próprio projeto de Niemeyer reconhecia a importância e a singularidade deste elemento, ao referir que, na elaboração do projeto para a Fundação Luso-Brasileira, "nossa preocupação maior foi preservar as inclinações naturais do terreno e a vista para o antigo palácio."⁸ Esteve até prevista, pela própria Fundação Luso-Brasileira, a reconstrução deste edifício, para a instalação de um "instituto de formação de quadros dos países lusófonos"⁹, que nunca chegou a ser concretizada.

Conforme foi atrás referido, o regulamento do concurso definia uma estratégia de intervenção que conduzisse à requalificação do bairro através da construção de um edifício singular, a conceber no quadro de uma reflexão sobre a racionalidade construtiva e de um programa que respondesse a múltiplas necessidades espaciais de diferentes escalas e funções. O programa do edifício tinha como ponto fundamental, a construção de um espaço de vão livre, para quinhentas pessoas, que possibilitasse a realização de vários eventos como espetáculos de teatro e dança, projeção de filmes, eventos, concertos. O restante programa era constituído por salas de aula, workshops, sala de exposições, restaurante e café, ligados ao espaço de vão livre, num sistema articulado, onde a montagem das partes fosse pensada da mesma maneira e onde o desenho do conjunto permitisse que cada uma das funções desses espaços pudesse suportar as outras. A Trienal não indicava áreas precisas para cada espaço do programa, havendo apenas a indicação de uma área total aproximada de três mil metros quadrados (3.000m²) para o edifício. O programa era, por isso, deliberadamente vago nas áreas e nas funções, sendo referido que "O projecto questionará como cada função pode suportar outra função."¹⁰ Ainda que referindo expressamente que "Os espaços exteriores do local devem procurar interagir com o projecto construído", o programa do concurso apontava assim para uma intervenção pontual e para a construção de um edifício único, no qual "As funções do edifício, existindo em diferentes escalas umas com as outras, sugerem uma construção densa."¹¹

7 Em 2009, o então presidente da Câmara de Lisboa António Costa, afirmou ao jornal Público, que ainda havia interesse em retomar a construção do projeto e que estava "à procura de entidades, nacionais e brasileiras" com as quais pudesse estabelecer parcerias. As parcerias ainda não foram encontradas e a situação no lote permanece a mesma desde 1999. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/12/16/local/noticia/antonio-costa-nao-vai-desistir-de-projecto-de-niemeyer-em-terrenos-que-tem-ao-abandono-1414138> e <https://www.publico.pt/2012/12/06/culturaipsilon/noticia/portugal-tem-dois-projectos-de-niemeyer-na-gaveta-1576412> [consultado em 13/06/2020]

8 Segundo ficha de projeto da Fundação Luso-Brasileira para o desenvolvimento do mundo de língua portuguesa. Disponível em <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro348> [consultado em 22/05/2020]

9 Jornal Digital Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/12/16/local/noticia/antonio-costa-nao-vai-desistir-de-projecto-de-niemeyer-em-terrenos-que-tem-ao-abandono-1414138>

10 Trienal de Arquitetura de Lisboa: A Poética da Razão - Regulamento do Concurso Prémio Universidades Trienal de Lisboa Millennium bcp. Disponível em https://www.trienaldelisboa.com/open-calls-pt/d/opencalls_t2019-universidades [consultado em 28/04/2020]

11 *Idem*

A respeito da relação com lote propriamente dito, as premissas do programa eram algo contraditórias. Se por um lado era referido que o patrimônio local poderia atuar como força motriz para redefinir os vazios urbanos¹², o edifício da Quinta dos Alfinetes, não estava incluída na área de intervenção. De fato, apesar da evidente relevância deste elemento e do seu estado avançado de degradação, o regulamento do concurso da Trienal não mencionava a possibilidade de intervenção no edifício da Quinta dos Alfinetes, assumindo esta um caráter de certa forma marginal, nas premissas para a elaboração do projeto. Relativamente à escala da intervenção, observava-se desde logo um desajuste de escala, uma vez que a área do lote correspondia a quatro vezes a área do programa, com aproximadamente doze mil metros quadrados (12.000 m²).

Na reflexão coletiva sobre o programa que foi realizada no âmbito da turma, constatou-se que este desajuste de escala se estendia igualmente à relação entre a escala da intervenção e a escala do bairro e que o programa proposto pelo concurso era, de certa forma, insuficiente para resolver as problemáticas existentes. De fato, o território de Marvila caracteriza-se por fortes descontinuidades na sua forma urbana, entrecortada por vazios expectantes, que apesar da sua dimensão, não são capazes de se constituir como espaço público, e contribuem para uma incapacidade que o território, neste momento, apresenta de articulação entre a cota alta e a cota baixa de Marvila, junto ao rio.

Na realidade, a insuficiência na escala da intervenção proposta no concurso acontecia a dois níveis, uma vez que não era capaz de responder territorialmente às questões do seu carácter fragmentário e descontínuo, nem de responder às problemáticas do território em termos programáticos, ou seja, o programa proposto pela Trienal não resolvia nem territorial nem programaticamente o problema. Partindo dessa constatação de que as problemáticas do território não se resolviam apenas com a construção de um edifício isolado, foi decidido alargar a escala de intervenção, mas também o âmbito do programa, com a proposta de um programa mais completo e extenso, de acordo com as necessidades da população e da magnitude da questão urbana em causa. Assim, foi decidido que ao invés de se trabalhar apenas sobre o programa do Centro Comunitário e Interpretativo, o trabalho passaria a ter como referencial programático os edifícios do **SESC**.

O Programa SESC

“Mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços, o Sesc - Serviço Social do Comércio - é uma entidade privada que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família.”¹³ Com uma forte implantação no território brasileiro desde a década de 40 do século XX, o SESC mantém-se, ainda hoje, como uma instituição fundamental e estruturante na oferta de serviços à sociedade, e os edifícios construídos por esta instituição são parte importante da rede de espaços e equipamentos públicos das cidades brasileiras ao permitirem “o acesso à cultura, educação, saúde, esporte, lazer e assistência,(...) diariamente, em todo o país, ao longo de mais de sete décadas”.¹⁴

A sua presença em todo o território nacional, com mais de 36 mil funcionários distribuídos por 580 unidades, fixas e móveis, possibilita uma sintonia com o público, com adaptação conforme a escala e as características de cada região, em que “A diversidade

12 No âmbito da abordagem sistêmica do ROCK, o patrimônio cultural deve estar vinculado a outras áreas de política do território. O aspecto da regeneração urbana do processo de implementação é abordado, pois as intervenções em Marvila e Beato fazem parte de um projeto urbano de grande escala e visão para esta área. ROCK - **Mentoring visit report and roadmap**. Lisbon: ROCK, 2018. P.4. Disponível em http://nws.eurocities.eu/MediaShell/media/ROCK_-_Lisbon_visit_report_regeneration_of_neighbourhoods.pdf

13 Serviço Social do Comércio – Apresentação. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/> [consultado em 25/03/2020]

14 Serviço Social do Comércio – Sobre o SESC. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ [consultado em 29/04/2020]

do brasileiro e a imensidão do país se reflete em sua atuação.”¹⁵ A forma como o SESC, principalmente em São Paulo, vem atuando no contexto sociocultural e educativo, continua assegurando o fortalecimento das operações e dos projetos com habilidade. “O vigor de alguns conceitos empregados tem permitido não só coerência nos discursos institucionais, mas atribuído significado ao atendimento programático.”¹⁶ Com mais de 43 unidades operacionais no Estado de São Paulo, esses centros são “destinados à cultura, ao esporte, à saúde e à alimentação, ao desenvolvimento infantojuvenil, à terceira idade, ao turismo social e a demais áreas de atuação. Este patrimônio forma um conjunto arquitetônico de múltiplas linguagens e influências, constituído a partir da contribuição de nomes como Lina Bo Bardi, autora do SESC Pompeia, e recentemente por Paulo Mendes da Rocha, responsável pelo SESC 24 de Maio.”¹⁷

[Breve história da instituição SESC]

O SESC foi fundado durante a década de 40, momento histórico que marcou acontecimentos fundamentais na história do Brasil e do mundo: o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a queda do Estado Novo no Brasil, um ano mais tarde. “Em meio à reconstrução mundial do pós-guerra, o Brasil se democratizava, unindo forças em favor do desenvolvimento nacional. Mas havia um grande entrave para essa conquista: éramos uma nação pobre, permeada de conflitos sociais, principalmente entre empregadores e empregados.”¹⁸ O SESC, surge assim neste momento de reconstrução, na Europa e no mundo, e em que se lançavam as bases do que veio a ser o “Welfare State” (ou Estado do Bem-Estar Social), ou seja, uma sociedade em que o Estado era responsável por promover serviços públicos básicos e essenciais para população.

É neste quadro que, em Maio de 1945, os líderes empresariais da área do comércio, indústria e agricultura se reuniram, na cidade de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, para a Primeira Conferência das Classes Produtoras (I Conclap), com o objectivo de debater o desenvolvimento futuro do país. “Naquele encontro, um grupo representativo do empresariado brasileiro discutiu não somente o Estado, a ordem econômica e os meios para o desenvolvimento da atividade produtiva, mas também as políticas em favor do bem-estar social.”¹⁹ Os assuntos debatidos nessa Conferência originaram a Carta da Paz Social, um documento que marcou o início de novas formas de qualificação profissional e assistência social aos trabalhadores financiado pelo empresariado. Esse documento “defendia a cooperação entre as classes e destas com o governo, visando ao desenvolvimento econômico e à ‘paz social’”. Estes objetivos seriam obtidos através de ‘estrito entendimento entre empregadores e empregados’, o que permitiria a aqueles o exercício livre e estável de suas atividades e a estes uma existência digna e a crescente participação na riqueza produzida.”²⁰ A carta com as novas propostas foi então entregue ao Governo Federal, que em setembro de 1946 apresentou o Decreto-Lei nº 9.853, com a assinatura do então presidente Eurico Gaspar Dutra, autorizando a Confederação Nacional do Comércio a criar o SESC - Serviço Social do Comércio.²¹ É um período marcante devido ao surgimento de uma nova consciência empresarial que fortaleceu a classe de trabalhadores e continua o fazendo até a atualidade.

Na sequência da criação da Carta da Paz Social, foi criado em 1946 o SESC, que tinha “por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem

15 Serviço Social do Comércio – Sobre o SESC. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ [consultado em 29/04/2020]

16 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2017, p. 4

17 Sobre o SESC São Paulo. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/> [consultado em 15/03/2020]

18 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2012 p. 4

19 *Idem*

20 REGO, 2002, p. 13

21 DINES, 2007

assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.”²² O então presidente da Confederação Nacional do Comércio, João Daudt d'Oliveira, fez um pronunciamento a respeito da Carta da Paz Social, afirmando que “é um documento altamente expressivo do espírito de solidariedade e do realismo amadurecido dos homens de empresa brasileiros desta geração. Ela deverá contribuir para harmonizar e pacificar o capital e o trabalho em nosso país, em um plano superior de entendimento recíproco. Com ela, nos apresentamos ante os empregados, convidando-os a fundar, sobre base sólida, uma política de mútua compreensão e de respeito recíproco.”²³

O SESC, como equipamento de apoio social, inicialmente possuía o objetivo de satisfazer os trabalhadores e suas famílias, garantindo medidas para o atendimento coletivo das suas necessidades. Muitos dos trabalhadores, que chegavam do campo para as cidades, não estavam habituados a esse novo ritmo de vida e trabalho na cidade e a qualificação da mão de obra não atendia todas as necessidades exigidas para o desenvolvimento do país. Constatou-se, então, que para ter uma melhor qualidade na mão de obra do trabalhador, era necessário elevar a qualidade de vida do mesmo e as empresas eram responsáveis por contribuir para um fundo social dedicado ao serviço social para os trabalhadores. Foi um momento de desenvolvimento nacional e de “processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro”²⁴. A criação destas entidades pelas empresas tinha apoio do governo e inspirava-se em iniciativas de melhoria social realizadas na reconstrução da Europa no pós-guerra.

[SESC como instituição privada]

Para se entender a posição peculiar do SESC no tecido social, ao longo da sua história, é necessário entender o mecanismo institucional que o originou e vem garantindo a sua evolução até a atualidade. O SESC faz parte do chamado Sistema S²⁵, um conjunto de instituições organizadas de acordo com as suas funções e fontes de financiamento, relativamente às quais a legislação brasileira determina que a respectiva administração seja assumida, a nível estadual e nacional (Departamentos Regionais e Departamento Nacional) por representantes das entidades patronais. Assim, tal como as outras entidades do Sistema S, o SESC é uma organização privada com direção particular, mas ao mesmo tempo é uma entidade paraestatal, que realiza uma atividade de interesse público, mas que não corresponde a um serviço público próprio do Estado²⁶, com finalidade de prestar assistência à comunidade e serviços ao público.

No que respeita ao financiamento, a criação e manutenção de uma unidade do SESC depende de recursos repassados pelo Estado através “de um percentual sobre as folhas de pagamento e recolhidos compulsoriamente dos empregadores cujos estabelecimentos se enquadrem nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio, de acordo com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho”.²⁷ Assim, os SESCs (e todo o Sistema S) são organizações privadas, que são mantidas através de contribuições empresariais regulamentadas por lei e repassados pelo governo para a instituição, que, por sua vez, tem o dever de

22 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2017, p. 47

23 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2012, p. 8

24 *Ibidem*, p. 3

25 Conjunto de entidades corporativas que formam o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> [consultado em 28/04/2020]

26 REGO, 2002 p. 21

27 REGO, 2002, p. 20

administrar e prestar contas desses recursos. “Esta conformação legal especial estabelece uma confluência de diferentes atores sociais, com seus respectivos interesses: empresários (como contribuintes), trabalhadores e seus dependentes (como principais beneficiários), representantes sindicais patronais (como representantes dos empresários e dirigentes das entidades), Estado (como avalista e fiscalizador) e, finalmente, a sociedade (como avalista desse mesmo Estado)”.²⁸

Este sistema, sobretudo esta modalidade de financiamento, não está isenta de críticas por parte de certos setores da sociedade, que defendem que os recursos que são obrigatoriamente recolhidos das empresas (privadas) pelo poder público, devem passar a ser públicos e de interesse geral. Considerando que a quantia recolhida pertence ao serviço público, por que esses recursos voltam para uma administração por agentes privados? E tem sentido a sua aplicação a um subconjunto da população (trabalhadores e seus dependentes)? Para esses críticos, a legislação que obriga o pagamento de uma percentagem pelas empresas privadas, deve considerar esse recurso como público, e sendo assim não tem sentido a gestão por entidade privada como o SESC.

Ainda que estas críticas possam eventualmente ser válidas, certo é que a cobertura populacional do edifícios e serviços do SESC abrange mais pessoas além daquelas que têm diretamente a ver com o sector do comércio e serviços. Beneficiários e público geral são os dois grupos de clientes fixados nas “Normas Gerais para Habilitação do SESC”, que se distinguem “por aspectos legais e, consequentemente, por garantias de direitos e deveres na relação institucional”.²⁹ Os beneficiários correspondem aos trabalhadores com vínculo formal com as empresas ou entidades do setor do comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes, que devem estar exercendo atividades numa empresa ou entidade enquadrada no plano sindical da Confederação Nacional do Comércio³⁰. Para ter acesso a todos os serviços oferecidos pela entidade, os beneficiários devem comprovar a situação como trabalhador ou como dependente e realizar uma credencial, renovada anualmente, que se constitui como um importante indicador do desempenho e abrangência da entidade. O regime de taxas para beneficiários e público geral são regulamentadas para cada unidade. Os critérios para o acesso aos serviços variam conforme a demanda do público, com atendimento preferencial para os beneficiários e seus dependentes e acesso condicionado ao público em geral “de acordo com a programação e disponibilidade de vaga em cada Departamento Regional”³¹.

Já para ao público em geral que não se encaixa no primeiro grupo, a estes “poderão ser estendidos determinados serviços do SESC de acordo com as políticas e estratégias de cada Departamento Regional”³². Dessa maneira, a instituição possibilita o acesso de visitantes (público) sem credencial a alguns espaços, que variam em cada região, e exige uma credencial de usuário para permitir o acesso a serviços específicos e descontos nas atividades oferecidas.³³ Em pergunta ao SESC 24 de Maio sobre quais espaços estão disponíveis ao público geral sem credencial, a resposta foi que é possível frequentar “grande maioria dos espaços na Unidade e também à programação oferecida. Só não será possível acessar: piscina (uso recreativo) e Odontologia. Existe ainda a ressalva dos cursos (todas as áreas) que para participar, seja de qual for, você precisa fazer uma inscrição prévia, vinculado à disponibilidade de vagas.”³⁴

Como o cadastro do público geral não é obrigatório ou normatizado, para efeitos de indicadores de desempenho do SESC, os dados estatísticos desse grupo não são contabilizados como parâmetro de desempenho³⁵. No entanto, de acordo com Relatório

28 *Ibidem*, p. 21

29 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2018, p. 9

30 Serviço Social do Comércio – Trabalhador do comércio de bens, serviço e turismo. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/cartao/cartao>

31 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2018, p. 35

32 *Ibidem*, p. 12

33 Para mais informações, visitar: http://www.sescmg.com.br/wps/portal/sescmg/institucional/cartao_cliente_sesc/publico_geral

34 Contato feito por e-mail diretamente com a unidade do SESC 24 de Maio.

35 REGO, 2002, p. 33

Anual de 2013, “comprometido com respostas efetivas aos anseios dos trabalhadores, de suas famílias e da comunidade, o SESC superou a marca de 5,9 milhões de matriculados e credenciados no ano, totalizando o expressivo volume de 742,1 milhões de atendimentos.”³⁶ Dessa forma, é possível perceber a abrangência da cobertura dos serviços prestados e os espaços públicos oferecidos a quase 6 milhões de pessoas só em 2013. Assim, ainda que as unidades SESC sejam, institucionalmente, entidades privadas, financiadas com recurso a fundos privados (ainda que regulados pelo Estado), o seu papel na esfera pública, e por consequência no espaço público, é de uma enorme relevância na resposta às necessidades que, em outros contextos, seriam asseguradas pelo Estado, ele próprio.

[O programa do SESC]

Identificados os problemas sociais da época, o SESC surgiu, na época da sua fundação, como uma entidade capaz de promover “a ação do serviço social como instrumento de não apenas alívio de situações individuais desfavoráveis, mas também de transformação e progresso social”.³⁷ Numa ação em tudo diferente da assistência social - que providencia ou faz algo pelo indivíduo carente num momento crítico -, o serviço social proposto pela entidade, privilegiava o investimento no potencial humano e o acompanhamento a longo prazo, identificando as causas e carências na vida do indivíduo e a sua capacitação para resolver os seus próprios problemas, criando condições para o seu progresso (educação social)³⁸. O modo como é feito este serviço social, tem vindo a ser aprimorado ao longo da história da entidade, adaptado às necessidades e integrando os princípios de ação comunitária e socioeducativa no tempo de lazer dos trabalhadores. Assim, a entidade encontra-se em “permanente atualização e, portanto, renovando sua proposta assistencial com vistas ao bem-estar de seu público preferencial”³⁹. Podem ser identificadas quatro etapas de evolução do programa, desde o início da instituição até os dias de hoje, em que o SESC evoluiu e passou a renovar sua atuação consoante aos novos modelos que “foram incorporados nas reflexões e prática do atendimento”.⁴⁰

Na primeira etapa, o programa da entidade era mais voltado para a ação assistencial, com atendimento nutricional, odontológico, médico e atuação na saúde mental do empregado. Numa segunda etapa, o plano era direcionado para uma orientação social e comunitária, funcionando como ação itinerante, alcançando as comunidades nas cidades que não tinham unidades do SESC. Na terceira etapa aconteceu a fase de expansão das unidades físicas, onde as instituições foram sendo mais adequadas para a importância do lazer do trabalhador. Já a quarta etapa caracteriza-se pela organização de ação sociocultural e educativa associada ao lazer e ao tempo livre, e implementação da convivência, sendo essas questões empregadas com variações até à atualidade.⁴¹

Essa quarta etapa aconteceu após mudanças na direção do SESC em 1985, e com o lançamento, em 1990, de um novo plano de atuação para a entidade, que passou a ser guiada por três diretrizes programáticas principais: ação cultural voltada a formação da cidadania, distribuição social da cultura e excelência de serviços⁴². No primeiro item, estabeleceu-se que a vida deveria ir além de trabalhar e se alimentar, e que deveria incluir as dimensões essenciais de acesso a cultura e ao lazer, para formar cidadãos e melhorar a vida em sociedade. A segunda diretriz, inovadora na época, propunha que a cultura não deveria ser vista segundo a lógica da sociedade de consumo, mas como fonte de aprendizagem e conhecimento. O terceiro e último item dava conta da vontade da entidade em se tornar referência para outras instituições, com consciência das suas responsabilidades perante a sociedade, e constituindo-se como um modelo nacional em suas instalações, atividades e serviços.

36 O SESC em números. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/numeros/

37 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2014, p. 8.

38 POMPOLO, 2007, p.58

39 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2017, p. 3

40 *Ibidem*, p. 4

41 *Idem*

42 POMPOLO, 2007, p. 220

Assim, desde a sua criação, a entidade esteve em evolução constante “adaptando-se às expectativas mais comuns expressas pela sua clientela prioritária e às demandas mais urgentes formuladas pela sociedade brasileira”.⁴³ Começando com ações assistenciais, com foco no atendimento individual ou de pequenos grupos, evoluiu depois para ações destinadas a grupos maiores e às comunidades.

No segundo e terceiro períodos (1961 a 1982), com a intenção de preencher o tempo livre dos trabalhadores com atividades educativas, algumas atividades como o esporte, já começam a ser motivo de reunião da população direcionando para “uma nova fase onde a instituição busca entender a questão da Educação Social através do Lazer”⁴⁴. Essa ligeira mudança de atividades individuais para a importância crescente dos programas coletivos no âmbito do lazer, “trouxo várias alterações na metodologia de ação da entidade, o que influenciou desde a programação de suas atividades até os espaços dos novos equipamentos.”⁴⁵ Ainda na perspectiva do regime militar, eram poucos os espaços que permitiam atividades coletivas, o SESC ficou marcado como um espaço privilegiado para as atividades em grupo.

O lazer já fazia parte do programa no período em que o SESC alugava edificações existentes, destinando alguns espaços para atividades esportivas, mas sem grande enfoque. Foi a partir de 1969, na 4ª Convenção Nacional de Técnicos⁴⁶, que o lazer passou a fazer parte do campo de ação prioritário. Foi nessa altura também, que a entidade passou a prestar atendimento fora, com as UNIMOS (Unidades Móveis de Orientação Social), como uma espécie de centro social desportivo móvel. Com a fixação do lazer, as colônias de férias surgiram como um meio de espaços de lazer. Nessa altura “ainda eram muito poucas as colônias existentes, sendo o SESC um dos pioneiros no desenvolvimento deste novo conceito de férias no Brasil”.⁴⁷

A forma como a população utilizava o tempo livre de lazer nas unidades servia de base para ditar as novas obras da instituição, e essas reflexões foram se tornando cada vez mais complexas “procurando constituir uma rede de edifícios que pudessem ser usados no dia-a-dia, ter papel ativo na vida dos seus utentes”.⁴⁸

Essas formas de lazer implementadas pelo SESC (esporte, colônia de férias, turismo, uso do tempo livre) constituíram, de certa forma, possibilidades de encontro da população para a realização de atividades de interesse comum, e acredita-se que a partir daí é que as observações feitas pelos técnicos e arquitetos direcionaram para a criação de outro tema de extrema importância para a evolução da entidade: o espaço da convivência, que será abordado a seguir.

Na atualidade, o programa de cada uma das unidades SESC é elaborado a partir do Referencial Programático do Sesc. Um documento oficial da instituição no qual é estabelecido um padrão nacional para a estrutura programática de todas as unidades, e organizado de forma hierárquica, em programa, atividade, modalidade e realização.⁴⁹ Atualmente os pilares fundamentais que estruturam o programa são **cultura, educação, saúde, lazer e assistência**⁵⁰.

43 O Serviço Social do Comércio (SESC) no atendimento à pessoa idosa. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11345/11345_4.PDF

44 POMPOLO, 2007, p. 17

45 *Ibidem*, p. 133

46 *Ibidem*, p. 126

47 SANTOS, 2019, p. 67

48 *Ibidem*, p. 73

49 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015

50 *Idem*

[Educação]: O Programa Educação é formado por um “Conjunto de Atividades que abrange processos formativos voltados à educação básica e complementar, ao progresso no trabalho e à educação permanente.”⁵¹

[Saúde]: O programa Saúde é composto por um “Conjunto de Atividades que busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida, por meio da promoção, prevenção e recuperação da saúde do indivíduo e da coletividade, considerando o princípio da integralidade e os fatores determinantes do processo saúde-doença-cuidado.”⁵²

[Cultura]: O programa Cultura é realizado através de um “Conjunto de Atividades voltado para a transformação social por meio do desenvolvimento e difusão das artes, do conhecimento e da formação dos agentes culturais, respeitando a dinâmica dos processos simbólicos e fomentando a tradição, preservação, inovação e criação.”⁵³

[Lazer]: O programa Lazer é implantado por meio de um “Conjunto de Atividades que objetiva contribuir para o direito ao lazer; a melhoria da qualidade de vida, no âmbito individual e coletivo; a ampliação de experiências e conhecimentos e o desenvolvimento de valores, por meio da oferta de conteúdos físico-esportivos, socioculturais, turísticos e da natureza.”⁵⁴

[Assistência]: O programa Assistência “consiste em Atividades socioeducativas e assistenciais que estimulem a participação social e a cooperação entre indivíduos, instituições e setores da sociedade, visando contribuir para a inclusão social e para o acesso aos direitos sociais.”⁵⁵

Além desses pilares fundamentais, para um bom funcionamento, o SESC conta com uma **[Administração]** e logística organizada, que garante um “Conjunto de Atividades que visa ao planejamento, à organização e à mobilização dos recursos humanos, dos materiais, técnicos, financeiros e institucionais, com o propósito de contribuir para a eficiência da gestão, proporcionando os meios necessários ao desenvolvimento das ações da área-fim.”⁵⁶

Se todos os SESC atendem aos princípios universais da instituição, cada unidade é estruturada com base na adaptação do programa universal a um contexto e local determinados, tendo como base um princípio flexível no que respeita à atuação no território em que “a concepção do projeto arquitetônico de uma Unidade SESC deve prever um diálogo urbano desde sua origem, o que supõe um entendimento dos aspectos característicos das localidades em que os equipamentos serão instalados.”⁵⁷ Assim, na construção de um novo SESC, a definição do programa de uma nova unidade depende da observação do território e a sua envolvente, do tecido urbano existente, da área de terreno disponível, da população abrangida e da legislação vigente, como o Plano Diretor e o Código de Obras e Edificações⁵⁸.

51 *Ibidem*, p. 19

52 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015 p. 81

53 *Ibidem*, p. 111

54 *Ibidem*, p. 161

55 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015 p.187

56 *Ibidem*, p. 221

57 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2017, p. 8

58 Segundo a NBR 12267 o Plano Diretor é um “Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados” (ABNT, 1992). E o Código de Obras e Edificações tem por objetivo “orientar os costumes construtivos, [...] a fim de garantir a solidez, a segurança, a salubridade, a

Numa breve análise aos programas das três unidades SESC que estão neste momento em construção em três cidades do interior do Estado de São Paulo - o SESC Franca, o SESC Marília e o SESC Limeira-, podemos constatar diferenças e semelhanças programáticas, e também na dimensão total da intervenção. Se as três cidades são de algum modo semelhantes e equivalentes em área e população, a área prevista para o SESC Marília é sensivelmente metade daquela prevista para os SESC de Franca e de Limeira, apesar de a área do lote ser bastante maior, o que deixa presumir que haverá uma maior área de espaços abertos. Quanto ao programa, identifica-se de forma clara um bloco programático comum aos três SESC:

- Área de Convivência;
- Espaço Expositivo;
- Biblioteca;
- Central de Atendimento;
- Loja;
- Odontologia;
- Piscina;
- Brinquedoteca;
- Lanchonete

Estes programas, que englobam áreas programáticas da esfera da saúde, da assistência da cultura e do lazer desporto são ainda complementados, em cada caso, com programa adicional nos domínios do desporto e da cultura, diferentes para cada um dos lugares, como Ginásio e Espaço de Tecnologia e Artes, mas também com espaços de uso polivalente, como a sala de múltiplo uso. De fato, há que referir que o programa SESC prevê que cada espaço possa sofrer mutações de uso de acordo com a necessidade. A sala de múltiplo uso do SESC Marília, por exemplo, pode ser convertida em espaço de tecnologia e artes, como previsto nas outras duas unidades, e a própria área de convivência, comum aos três casos, pode ser utilizada como espaço expositivo, múltiplo uso, atendimento, entre outros.⁵⁹

[tabela dos programas]

“SESC” Marvila

A definição de um paradigma institucional e um programa para o “SESC” Marvila resultará de um mesmo processo de observação do território ao qual se destina, adaptando o programa padrão à realidade portuguesa, e ao território de Marvila em particular. O programa final a implementar resulta assim, do cruzamento do bloco programático comum identificado no ponto anterior, do programa do Concurso da Trienal, do referencial Programático do SESC, e da realidade concreta do território onde se vai implantar, identificando programas existentes e carências.

O bloco programático comum inclui, à partida, algumas funções que não fazem sentido serem implementadas no contexto português, e outras que existindo já neste território, não é necessário serem replicadas como a odontologia (do pilar SAÚDE) e a Biblioteca (do pilar CULTURA). No âmbito da saúde e no exercício de adaptação à realidade portuguesa, optou-se desde logo por não incluir o eixo programático SAÚDE, dada a cobertura que o Serviço Nacional de Saúde oferece ao nível dos cuidados de saúde

habitabilidade, a acessibilidade, a eficiência energética e a sustentabilidade das edificações e obras”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 2012, p. 27)

59 Assim como no espaço de convivência do SESC Pompeia “acontecem atividades culturais e esportivas, debates e bate-papos, além de ser um palco que abriga nossa biblioteca, mesas de leitura, lajes e o Espaço de Brincar”. (SESC São Paulo - Disponível em https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13585_ARQUITETURA+DO+SESC+POMPEIA+UM+CONVITE+A+CONVIVENCIA)

primários. No que respeita à biblioteca, a existência nesta freguesia da Biblioteca de Marvila, parte da rede de bibliotecas municipais, torna redundante a inclusão de um novo equipamento deste tipo no novo “SESC”.

O espaço para 500 pessoas e o espaço expositivo são programas que estão compreendidos no programa do Centro Comunitário e Interpretativo, proposto pelo Concurso da Trienal de Arquitetura, a integrar no Programa do “SESC” Marvila, entendendo-se que o espaço para 500 pessoas corresponde, no programa do “SESC” Marvila, à área de convivência. Central de Atendimento, Loja e Lanchonete são funções menos centrais do programa SESC que serão associadas a outras valências do programa.

A piscina, associada ao lazer e à prática desportiva é, a par da área de convivência, um dos programas mais emblemáticos do SESC e a sua construção é particularmente pertinente no contexto de Marvila, onde há carência deste tipo de equipamentos. Não apenas não existe nesta área uma piscina ao ar livre para atividades aquáticas lúdicas, como a Piscina coberta existente na freguesia é nitidamente insuficiente para a procura. Segundo dados da Carta Desportiva de Lisboa, a piscina do Vale Fundão, construída em 2005, era, em 2009, “de todas as novas piscinas, é a que serve um maior número de Escolas”.⁶⁰ Para além disso é também o local onde se realizam os treinos da equipa de natação e de polo aquático do Clube Oriental de Lisboa, que não tem instalações próprias para a prática destas modalidades.⁶¹ Por último, a Brinquedoteca (do pilar LAZER) deverá ser associada a outras funções associadas ao LAZER, à CULTURA ou à EDUCAÇÃO.

Para a definição do programa complementar, procede-se ao cruzamento entre o Referencial Programático do SESC com a realidade do território de Marvila, a partir dos pilares fundamentais EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER/DESPORTO, ASSISTÊNCIA e ADMINISTRAÇÃO, (excluindo o pilar SAÚDE pelas razões já referidas).

EDUCAÇÃO

Do mesmo modo que o vetor Saúde, o vetor EDUCAÇÃO encontra uma resposta satisfatória na rede de pública, razão pela qual não se prevê a inclusão de estabelecimentos de ensino no “SESC” Marvila. ⁶² Segundo a Carta Educativa de Lisboa, de 2008, mesmo as áreas onde habitualmente se encontram mais carências, como as Creches e Jardins de Infância, Marvila apresenta uma resposta adequada, ainda que sem margem para responder a aumentos na procura. Segundo dados da Carta Social de Lisboa ⁶³, para a região de Marvila, a Rede de Serviços e Equipamentos dispõe de unidades suficientes para atender à demanda, todavia, os números relativos à capacidade total e o número de utentes estão muito próximos ou por vezes, apresentam ocupação total da capacidade. Em resposta a esta situação, a Sociedade de Reabilitação Urbana Lisboa Ocidental (SRU) tem um programa de ampliação da oferta de escolas e creches em Lisboa, associados ao Programa Escola Nova e B.a.Bá, pelo que não se justifica incluir este programa no novo “SESC”. Por outro lado, entende-se que faz sentido aumentar a oferta de espaços para cursos de valorização pessoal (educação de adultos e idosos), sendo esta já uma área programática prevista para o Centro Comunitário e Interpretativo.⁶⁴

A aposta na concepção de espaços para a prática desportiva e de espaços multiuso para atividades culturais (nos vetores LAZER e CULTURA) podem igualmente ser um modo de qualificar, indiretamente o vetor EDUCAÇÃO, ao aumentar a oferta de espaços para estas atividades, nas proximidades das escolas.

60 CML, 2009, p. 104. (Carta Desportiva de Lisboa)

61 Clube Oriental de Lisboa. Disponível em <http://www.oriental.pt/Modalidades/Atividades-Aquáticas/Natação/Condições-de-Admissão/Preços-e-Localização> [consultado em 07/07/2020]

62 CML, 2009. (Carta Desportiva de Lisboa)

63 Carta Social de Lisboa. Disponível em <http://www.cartasocial.pt/index.php>

64 Carta Educativa de Lisboa. Lisboa: CML, 2008. P.121. Disponível em https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/educacao/documentos/Carta_Educativa_v3-1.pdf

CULTURA

No estudo realizado pelo Projeto ROCK ⁶⁵, é possível identificar que muitos dos lugares apontados no mapa compreendem entidades pontuais e desconexas. A comunidade de Marvila tem direito à cultura acessível, que significa direitos e oportunidades iguais para todas as pessoas se desenvolverem, usarem serviços culturais e participarem da vida cultural. ⁶⁶ Ao olhar para o território identifica-se, à cota baixa, uma série de galerias como Galeria Baginski, Galeria Francisco Fino, Galeria Bruno Múrias, Ar sólido, Galeria Underdogs; como também outros espaços criativos, projetos, dança e teatro, como o Teatro Meridional. À cota alta estão distribuídas outros projetos e organizações culturais como a Sociedade Musical 3 de Agosto, Projeto H2020 – Open Heritage, Projeto H2020 – ROCK, Projeto Topias Urbanas, Projeto Traça - Mostra de Filmes de Arquivos Familiares, espaços/galeria de arte urbana, ACULMA - Associação para o Desenvolvimento Cultural e Social de Marvila, Centro Interpretativo de Marvila e Beato (que toma lugar dentro da Biblioteca de Marvila) e o Teatro Ibsco. Essas edificações culturais aparecem programaticamente isoladas num território tão vasto, mesmo aquelas próximas ao lote a Biblioteca de Marvila, que é uma construção recente e abriga um auditório com apenas 172 pessoas para todo o bairro. Assim, essa nova proposta procura atuar nas barreiras geográficas/físicas, barreiras sociais e barreiras intelectuais. ⁶⁷ Como Marvila ainda carece de espaços culturais de maior escala, para atender às três barreiras identificadas, a proposta objetiva construir espaços culturais amplos articulados para proporcionar pontos de encontro e apoio à todas estas associações existentes e assim, facilitar o acesso às atividades culturais e a participação cultural em nível territorial. Segundo o REOT 2015 (Relatório do Estado do Ordenamento do Território), a zona de Marvila ainda carece de Centros de Convívio. ⁶⁸ A pesquisa indica que a capacidade máxima foi alcançada, onde número de utentes que frequentam os centros corresponde ao mesmo do número da capacidade máxima total, afirmando a necessidades de mais espaços desse gênero.

LAZER

Relativamente à valência LAZER, na sua vertente associada ao desporto, encontra-se nas imediações do lote da Trienal alguns programas desportivos com alguma dimensão, relacionados à vida associativa, como o Campo do Ferroviário e, à cota alta, junto à Quinta dos Alfinetes, o campo de jogos do Clube Oriental de Lisboa, em cuja sede, situada no Largo do Poço do Bispo existem ainda salas para a prática desportiva.

No entanto, a oferta de áreas desportivas nesta freguesia é ainda hoje deficiente, face ao que seria os valores ideais de ADU (Área Desportiva Útil) por habitante. Segundo dados da Carta Desportiva de Lisboa, elaborada em 2009, a freguesia de Marvila apresentava 1,25m² ADU por habitante, sendo que o ideal seria um valor de 4m². Fazendo o cálculo ao número estimado de habitantes desta freguesia, em 2007, que serviu de base à elaboração da Carta Desportiva, seriam necessários 161.120,0m² de área desportiva por forma a cumprir com os 4m² de ADU por habitante.

A Carta Desportiva refere ainda que, em Julho de 2009, estaria previsto um incremento de 57.790m² de áreas desportivas na freguesia, sem explicitar a natureza dos espaços projetados. Uma parte é muito provavelmente aquela que corresponde ao Complexo Desportivo Municipal de Chelas, um projeto pouco documentado, de 2005, mas não concretizado, e que seria parte de um plano de reestruturação urbana. O programa incluía “um pavilhão multidessportivo com capacidade para quatro mil espectadores, uma piscina para competição, quatro ginásios e um health club”, e deveria possibilitar acolher “todo o tipo de campeonatos de alta

⁶⁵ POGGEMANN, 2019

⁶⁶ *Ibidem*, p. 2

⁶⁷ Para mais detalhes consultar: **Access to culture and cultural participation in the Rock intervention area of Lisbon.**

Disponível em <https://lisboa.rockproject.eu/access-to-cultural-and-cultural-participation-in-the-rock-intervention-area-in-lisbon/>

⁶⁸ Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2015 (REOT). Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/reot/1/REOT_texto.pdf

competição”.⁶⁹ Segundo dados dispersos recolhidos na Carta Desportiva de Lisboa, este complexo seria implantado “junto ao Palácio dos Alfinetes”.⁷⁰

No entanto, as propostas de novos espaços e equipamentos referidos neste documento, deixariam ainda uma carência de 53.051,4 m² de ADU em Marvila,⁷¹ um valor que, se tivermos em conta as atuais dinâmicas de requalificação urbana em Marvila, tenderá a aumentar, com o previsto aumento da população residente, pelo que se justifica a inclusão de áreas desportivas no programa do SESC.

A definição da tipologia de espaços a implementar tem em conta a identificação das carências das associações existentes no terreno, nomeadamente do Clube Oriental de Lisboa que, para além de utilizar as piscinas do Vale Fundão, como já foi referido, utiliza um pavilhão desportivo na Rua Gualdim Pais em Xabregas, para a prática de desportos coletivos.⁷² No caso do Campo do Ferroviário, tem sua sede afastada na Rua de Santa Apolónia, um Centro Náutico em Alcântara, que disponibiliza a prática do remo para competição ou lazer.⁷³ A carência de pavilhões desportivos em Marvila era uma realidade já em 2009, sendo referido na Carta de Lisboa que o Pavilhão Desportivo dos Lóios era o único pavilhão da Freguesia de Marvila.⁷⁴ Em resposta a esta necessidade, foi anunciado, em 2019, pelo Presidente da Câmara de Lisboa, a construção de um pavilhão polidesportivo e de um campo de jogos, nos terrenos junto à Biblioteca de Marvila, associados a um parque linear, a construir ao longo da linha férrea.⁷⁵

Segundo a Carta Desportiva de Lisboa, os parques são também parte dos espaços para a prática de desporto enquanto espaços para “actividades desportivas informais”. Podem ser classificados como “percursos e clareiras” em que “os primeiros são regra geral pedonais podendo, em certos casos, ser também cicláveis[...], as clareiras são áreas com carácter aberto, aproximadamente planas e livres que permitem uma grande diversidade de actividades, individuais ou colectivas”.⁷⁶ Segundo a Carta Desportiva de Lisboa, de 2009, as áreas para prática desportiva informal nesta área da cidade incluem, as zonas de clareira nos parques existentes na zona Oriental - Bela Vista, Bela Vista Sul e Vale Fundão - que somam 13.478m²,⁷⁷ aos quais se deve acrescentar as áreas existentes no novo Parque Ribeirinho Oriente e o projetado parque linear ao longo da via férrea.

Em conclusão, não tendo sido realizado o Complexo Desportivo Municipal de Chelas e não havendo notícia da realização de obras significativas nas áreas desportivas na freguesia de Marvila desde 2009, presume-se que as carências em ADU por habitante são ainda hoje, significativas. Assim, o novo “SESC” deverá incluir espaços para a prática desportiva de vários tipos: espaços para atividades aquáticas, campos de jogos, pavilhão polidesportivo, salas de ginástica e espaços para a prática desportiva informal em espaços verdes públicos.

ASSISTÊNCIA

A descrição do programa ASSISTÊNCIA conforme é descrito no Referencial Programático do SESC prevê um conjunto de ações de forte cariz coletivo e comunitário que necessitam, por isso, de espaços para grupos, de várias dimensões, para a realização

69 Jornal Digital JN. Disponível em <https://www.jn.pt/arquivo/2006/desporto-tera-novos-espacos-585192.html> [consultado em 01/07/2020]

70 CML, 2009, p. 155. (Carta Desportiva de Lisboa: Cartografia)

71 CML, 2009, p. 142. (Carta Desportiva de Lisboa)

72 Clube Oriental de Lisboa. Disponível em <http://www.oriental.pt/Clube/Instala%C3%A7%C3%B5es>

73 Clube Ferroviário de Portugal. Disponível em <http://clubeferroviario.pt/espacos/#campo-ferroviario> [consultado em 03/07/2020]

74 CML, 2009, p. 108. (Carta Desportiva de Lisboa)

75 Jornal Digital O Corvo. Disponível em <https://ocorvo.pt/descampados-junto-a-biblioteca-de-marvila-vao-ter-jardim-campo-de-jogos-e-pavilhao-em-vez-de-predios-de-renda-acessivel/>

76 CML, 2009, p. 29. (Carta Desportiva de Lisboa)

77 *Ibidem*, p. 143

de atividades muito variadas, dirigidas diferentes tipos de públicos, de várias faixas etárias. Assim, entende-se que esta vertente do programa poderá também utilizar os espaços multiuso que estão previstos para os vetores CULTURA e DESPORTO.

Resulta desta análise que o programa proposto pela Trienal para o Centro Comunitário e Interpretativo se encaixa no programa SESC enquanto parte do eixo programático CULTURA (sala de exposições), LAZER (cafetaria e restaurante) e EDUCAÇÃO (salas de formação), associados a uma Área de Convivência / Espaço de Vão Livre para 500 pessoas, e pode ser incluído no SESC Marvila, enquanto edifício independente, situado no lote junto à Quinta dos Alfinetes, devendo o restante programa ser distribuído pelo território. Associadas à todas estas valências, as ÁREAS DE CONVIVÊNCIA são o verdadeiro centro do programa do SESC, pelo que devem pontuar cada uma das intervenções que venha a ser realizada, entre a cota alta e a cota baixa, como parte de uma estratégia territorial de articulação entre Chelas e a zona ribeirinha.

1.2 Dos Alfinetes ao Beato

Descontinuidade é talvez uma das palavras mais frequentemente usadas quando se trata de descrever o território de Marvila. Num texto recente, Luís Santiago Baptista e Paula Mellneo afirmam que “O território oriental lisboeta se apresenta como um conjunto de muitos fragmentos, vários polos espalhados e desarticulados, onde as ligações são deficientes ou inexistentes [...] onde o atravessamento por duas linhas de comboio (que se unem em Braço de Prata) vem ainda dificultar essas relações.”⁷⁸ De fato, as descontinuidades no modo como se circula neste território são um dos problemas centrais desta área da cidade, que importa analisar e sequenciar do ponto da sua evolução histórica.

[Planta das linhas de defesa]

Esta zona da cidade apresenta vestígios de ocupação desde os tempos pré-históricos e do período romano,⁷⁹ e vai manter-se como uma zona periférica da cidade, com um cariz fortemente rural por vários séculos. Uma das primeiras representações cartográficas conhecidas de Marvila, é precisamente uma planta que mostra apenas as zonas periféricas da cidade, onde se inclui a zona de Marvila: a Carta *Topographica* da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa. Esta planta, de 1835, mostra-nos uma área de construção pouco densa, em que as construções existentes correspondem, na sua maior parte, à ocupação desta área da cidade a partir dos séculos XVI e XVII, quando aqui se construíram quintas, conventos e palácios.

Num território privilegiado entre a agitação da cidade e a zona rural, e próximo da zona ribeirinha, Marvila reuniu durante séculos, as condições ideais para o retiro, reflexão e lazer: “No princípio era o silêncio, a calma e o lazer. De um lado, os campos a perder de vista. Do outro, o Mar da Palha, essa enorme bacia do Rio Tejo.”⁸⁰ Palácios e conventos ocupam, assim a faixa ribeirinha, com edifícios de grande dimensão associados a espaços abertos. Próximo da linha de costa é possível observar que a estrutura segue a mesma lógica de crescimento da cidade de Lisboa, densificando a construção ao longo do rio, o qual tem importante papel no funcionamento da cidade. Era o Rio Tejo que dominava as comunicações na região, sendo o principal caminho do oriente, “pois só nas inverniais mais rigorosas ou nas calmarias sem vento é que o caminho por terra se animaria com trânsito de gente”.⁸¹ Até esta época, a fisionomia da região próxima ao Tejo “caracterizava-se por cais e enseadas naturais, nos quais se foram fixando grandes

78 JORNAL DOS ARQUITETOS, 2018, p.57. (nº 257)

79 SILVA, 2015, p. 26

80 *Ibidem*, p. 25

81 MATOS; PAULO, 1999, p.15 (volume 1)

espaços de armazenagem de produtos de natureza agrícola e de oficinas de tanoaria”⁸², pois a maioria dos produtos e das mercadorias que abasteciam a cidade de Lisboa chegavam pelo rio.

Enquanto a Marvila à cota baixa era marcada por uma ocupação mais densa e atividades portuárias, a região mais alta, acima da Estrada de Marvila, tornou-se um ponto de atração para a construção das quintas de recreio, pela aristocracia portuguesa. No século XIII, várias ordens religiosas tinham posse das terras nesta região⁸³, mas os seus donos, pertencentes ao clero, “começam a arrendar e a aforar terrenos a famílias nobres que, por sua vez, arrendavam a camponeses que da zona Norte do País para ali se deslocaram cultivando os campos das suas numerosas quintas”.⁸⁴ Assim, a partir do século XV, o território de Marvila foi sendo fracionado, multiplicando o número de quintas e manufaturação. “A vasta Quinta de Marvila, embora pertencente à Mitra e ao Cabido lisboeta, vai sendo aforada a elementos da nobreza portuguesa, que vão redesenhando o panorama senhorial da zona.”⁸⁵ Num território onde antes os edifícios religiosos serviam de referência à população, aos poucos erguiam-se as quintas de recreio da nobreza, que eram utilizadas como espaços de refúgio do centro urbano, e também para produção agrícola.

A rede viária que sustenta este sistema aparece de forma muito clara nesta planta, e desenha uma matriz de ocupação do território que permanece ainda na estrutura viária atual, e que define de forma muito clara dois territórios. O primeiro era uma zona junto ao rio, com uma ocupação viária mais densa, formada em sua maioria por palácios e conventos e limitada por dois eixos paralelos à linha da margem: a Rua do Açúcar, à cota baixa e à cota alta a Estrada de Marvila⁸⁶. A segunda matriz ocupa os territórios acima da Estrada de Marvila, onde se observa não apenas uma menor densidade de ocupação, mas também uma outra lógica para a rede viária a serviço da mobilidade das propriedades das quintas, com as azinhagas. Na direita superior da carta, a bifurcação a partir do Poço do Bispo marca os caminhos do Vale do Formoso, de baixo e de cima. Junto da Estrada de Marvila estão o Palácio do Marquês de Marialva, Convento de Marvila e o Palácio do Marquês de Abrantes, acima da mesma via é visível a marcação da Quinta dos Alfinetes. A via junto ao Tejo é a Rua do Açúcar, nela estão o Palácio da Mitra, o Convento do Beato, o Convento das Grilas.

Com o terramoto de 1755 muitas propriedades nobres ficam abandonadas, e assistiu-se à instalação nesta zona das primeiras indústrias, atraídas pela proximidade com o rio Tejo, que garantia facilidade de acesso e o escoamento da produção. A tendência era o aproveitamento dos edifícios das quintas, principalmente após as danificações ocorridas com o terramoto. No entanto, as mudanças mais profundas ocorriam algumas décadas depois, com a expulsão das ordens religiosas e a industrialização e infraestruturação desta área da cidade.

[Carta de Filipe Folque – Publicada em 1871]

Em meados do século XIX, assiste-se em Marvila, a um processo generalizado de “mutação dos espaços rurais em empreendimentos manufactureiros e fabris”.⁸⁷ A dimensão dos terrenos disponíveis e a proximidade com a cidade e a zona ribeirinha, possibilitaram o surgimento de diversos equipamentos industriais que foram se estabelecendo ao longo do tempo, desde Xabregas

82 EXPO 98, 1998, p. 120

83 Após a conquista de Lisboa, D. Afonso Henriques “doou à Mitra de Lisboa (1149) três dezenas de casas e todas as rendas e terras de Marvila que possuíam as mesquitas dos mouros.” MATOS; PAULO, 1999, p. 18 (volume 1)

84 SILVA, 2015, p. 27

85 SILVA, 2015, p. 27

86 Em 1495, o contrato de empraçamento feito pelo arcebispo D. Jorge da Costa, descreve esta área da cidade e “uma das informações mais importantes contidas nessa descrição de 1495 é a ausência de qualquer referência a uma via pública ribeirinha, [...] A estrada que vai da cidade é então só uma, aquela que ainda hoje conhecemos como Estrada de Marvila”. In JUNTA DA FREGUESIA DE MARVILA – **Lisboa capital do nada: Marvila, 2001 criar, debater, intervir no espaço público**. Lisboa: Extramuros, 2002.

87 FOLGADO; CUSTÓDIO, 1999, p. 14.

até ao Braço de Prata, e que vieram a transformar a zona oriental de Lisboa num dos mais importantes polos industriais da cidade, entre meados do século XIX e meados do século XX. Com o fim das ordens religiosas em 1834, “alguns dos espaços que lhes pertenciam ficaram disponíveis para serem ocupados pela indústria, [...] A malha urbana foi inicialmente moldada pelas estruturas preexistentes (os conventos e as quintas), sem grande planeamento, e o crescimento foi linear, ao longo da faixa ribeirinha”.⁸⁸ Mas o processo de industrialização trouxe também uma nova vaga de construção nesta zona da cidade, sobretudo na faixa ribeirinha: “Ao longo dos séculos XIX e XX foram-se também construindo novos edifícios específicos, instalando-se nessa zona importantes fábricas de transformação de matérias-primas, como as de fósforos, borracha, sabão, curtume, trefilaria, açúcar ou massas até à indústria pesada de fabricação de gás e petroquímica”⁸⁹. Estreitamente relacionada com este processo de industrialização está a construção da linha de caminho de ferro, que se sobrepõe à rede de estradas e azinhagas e que constitui, ainda hoje um dos principais fatores de descontinuidade neste território.

[Mapa de Silva Pinto]

No mapa de 1904, de Silva Pinto, já são visíveis grandes mudanças no tecido urbano e na disposição do sistema viário, que foram acontecendo sem grande planeamento sobre as estruturas primárias existentes. A Estrada de Marvila passa a ocupar o território entre duas linhas do caminho de ferro, e abaixo dela, as pequenas oficinas deram, aos poucos, lugar a grandes fábricas e armazéns, como a firma de Abel Pereira da Fonseca e o edifício de José Domingos Barreiro, no Poço do Bispo. De fato, é na zona ribeirinha que se concentrou a maior parte das indústrias, junto ao novo aterro do Porto de Lisboa, lugar por onde chegavam as matérias primas que não eram transportadas pelo caminho de ferro.

[Mapa da década de 1950]

Na planta da cidade de 1954 já é visível uma rápida mudança na estrutura urbana e fundiária. Os grandes armazéns preenchem boa parte da zona entre o caminho de ferro o Tejo. Nesta altura já estava finalizado o aterro da zona ribeirinha e vê-se a estrutura portuária mais ampla e consolidada com a doca do Poço do Bispo, fator que também viabilizou a fixação das demais indústrias nessa margem. Enquanto a cota baixa estava repleta de indústrias, à cota mais alta, em meio às quintas e edifícios históricos, as propriedades ainda possuíam um caráter mais rural e com ocupação de habitações irregulares em muitos pontos.

Ao mesmo tempo que os edifícios industriais se expandiam para a zona do Porto, as zonas altas também eram ocupadas por fábricas. Como exemplo disso está a Sociedade Nacional de Sabões (SNS), que funcionou entre 1919 e 1996 ⁹⁰ num local logo acima do Convento do Beato. Esse parque industrial se expandiu aos poucos em construções justapostas “de acordo com as necessidades de crescimento e diversificação da produção”⁹¹. A SNS, além de construir edifícios novos para cada função, ocupava ainda quintas existentes e tinha o seu próprio apeadeiro ferroviário. Associada a esta dinâmica industrial, a população de Marvila aumentou, multiplicando-se as habitações operárias nos pátios dos edifícios e das quintas, como ocorreu na Quinta dos Alfinetes, do Marquês de Abrantes, da Salgada. Essas áreas não tinham infraestrutura para esse aumento rápido da população, resultando em instalações precárias e desorganizadas, como as “habitações miseráveis da Rua do Sol a Chelas ao enorme Bairro Chinês”⁹².

88 JORNAL DOS ARQUITETOS, 2018, p.58. (nº 257)

89 *Idem*

90 FOLGADO; CUSTÓDIO, 1999, p. 129

91 *Idem*

92 SILVA, 2019, p.135

[Mapa 1987]

A partir do final do século XX, o território de Marvila já começava a refletir as mutações em sua paisagem. Por volta dos anos 1960 e 1970 algumas das indústrias que integravam o polo industrial já começaram a apresentar os primeiros sinais do declínio, e com o passar dos anos acabaram por ser desativadas e abandonadas. No entanto, assistia-se a novas dinâmicas no campo da habitação, tanto na habitação planeada como na habitação precária. Havia, por um lado, o Bairro Chinês, o maior bairro de lata da zona oriental de Lisboa, cuja construção se iniciou em 1958⁹³ e por outro, desde o final dos anos 60, “as políticas urbanas da cml para a zona oriental da cidade, contemplavam o investimento público em habitação social e dava-se início à construção na zona J de Chelas.”⁹⁴

Depois da construção do bairro da Madredeus, na década de 40, e das transformações na zona dos Olivais com o plano de Olivais Norte e Olivais Sul, nas décadas de 50 e 60, o plano de Chelas vem transformar a zona alta de Marvila. Por volta dos anos 1970, quando de fato, iniciou-se Plano de Urbanização de Chelas, as quintas de Marvila já estavam na sua maior parte abandonadas e a inserção da nova estrutura viária gerou um rompimento total dos espaços, impossibilitando a conexão e continuidade morfológica do território. Os eixos viários implantados e os núcleos habitacionais marcaram uma ocupação muito heterogênea e prejudicaram a lógica viária primária do conjunto de azinhagas e quintas históricas de Marvila.

[Foto aérea da atualidade]

A planta de Marvila da atualidade mostra-nos, não apenas o final do processo de declínio da indústria, a erradicação das construções precárias e realojamento dos habitantes no local, mas também aspectos da dinâmica recente de requalificação na zona ribeirinha. Na sequência do declínio e abandono da indústria, realizaram-se as grandes operações de demolição nesta área da cidade, que resultaram em amplos espaços vazios expectantes, que já não podiam ser destinados a espaços de cultivo e estavam desconexos dentro de uma complexidade de vias novas e históricas. A demolição total da SNS, na década de 1990,⁹⁵ sem que fosse prevista outra intervenção para o lote, resultou num dos vazios de maior dimensão nesta zona. O Bairro Chinês foi demolido e a população foi realojada no local, nos edifícios de habitação coletiva que existem ao longo da Azinhaga dos Alfinetes.

A Expo 98, um pouco mais a Norte, marcou um momento importante para esta área da cidade, criando uma nova área urbana, aproveitando infraestruturas existentes e construindo novos equipamentos. O programa trouxe oportunidade e motivação para regeneração urbanística e social, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes e divulgar a importância da recuperação do património histórico-cultural de toda a faixa ribeirinha oriental da cidade. Em 1996 tiveram início as intervenções do programa Caminho do Oriente, “a partir das três orientações delineadas – investigação histórica patrimonial, reabilitação e animação – foram definidas caso a caso as várias ações, dependentes na sua efetivação da receptividade que mereceram de cada um dos interessados”.⁹⁶ A Expo 98 com todo o seu plano de ação, teve um papel fundamental de reconhecer e reintroduzir no mapa de Lisboa todos os elementos importantes na faixa entre as linhas de comboio e o Tejo. Se por um lado o Parque das Nações prosperou, por outro, o território entre Santa Apolónia e a Matinha teve um ritmo bem mais lento: “Os investimentos nessa área foram sobretudo privados e pontuais, abstendo-se o Estado de intervenções de grande envergadura que pudessem trazer algum ímpeto a essa estagnação”.⁹⁷ Dessa forma, uma parte dessa zona ribeirinha se tornou atrativa pela sua proximidade com Lisboa, a disponibilidade de grandes espaços e a preços mais acessíveis, tornando-se cativante para artistas, arquitetos, agências de publicidade, produtores musicais e audiovisuais, galerias. “Com os valores de m² mais baixos de Lisboa (freguesias de Marvila e Beato) e por vezes até

93 REBOLO, 2016, p. 201

94 *Ibidem*, p. 290

95 SILVA, 2019, p.133

96 MATOS; PAULO, 1999, p. 9. (Volume 1)

97 JORNAL DOS ARQUITETOS, 2018, p.58. (nº 257)

incluindo uma vista para o Tejo, esta zona tornou-se uma opção, quer para habitação quer para local de trabalho”.⁹⁸ No entanto, com uma boa quantia gasta no Parque das Nações, a zona carenciada de Marvila ficou para segundo plano no que respeita ao investimento público, durante vários anos.

Novas políticas urbanas surgiram para a zona ribeirinha a partir de 2005, como o Plano de Pormenor da Matinha, o início do *Prata Living Concept*, o Parque Ribeirinho do Oriente, entre outros. Na cota alta de Marvila, a mudança mais recente foi a conclusão da Biblioteca de Marvila em 2016, que aproveitou parte da ruína da antiga Quinta das Fontes. Também próxima dali a Escola Secundária Afonso Domingues, anteriormente escola industrial, foi fechada para a construção da Terceira Travessia do Tejo, projeto que acabou por nunca ser concretizado.

Hoje, estão previstas para Marvila intervenções que trarão grandes transformações a esta área da cidade. No campo da habitação, para além das já referidas novas dinâmicas no setor privado, está também em curso um programa de promoção pública de habitação, que trará novos residentes a esta área. A SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana) tem o objetivo social de promover soluções urbanas com “intervenções de reabilitação urbana de espaço público, infraestruturas e edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa”⁹⁹, e tem entre as suas áreas de atuação o Programa Renda Acessível¹⁰⁰, que disponibiliza habitação a custos controlados. Para a zona alta de Marvila, estão previstas 11 novas unidades OR de habitações públicas, numa operação que se espera que “dinamize as áreas de intervenção escolhidas e resulte na criação de áreas urbanas residenciais atrativas”.¹⁰¹

No domínio dos equipamentos, a maior operação será a construção do Hospital de Lisboa Oriental (HLO), que vai ser construído em Marvila, à cota alta, com projeto do arquiteto Eduardo Souto de Moura. Prevê-se que, “numa área total de 180.000 m², o novo hospital de Lisboa deverá estar construído em 2023 e terá uma capacidade mínima de 875 camas”.¹⁰² Na cota baixa de Marvila, outro importante empreendimento já se encontra fase de construção: o *Hub Criativo do Beato*, que é “um centro de inovação para empresas criativas e tecnológicas”¹⁰³. Localizado na zona ribeirinha oriental da cidade, o *Hub* vai ocupar um complexo de fábricas desativadas da antiga Manutenção Militar, e criar um espaço com capacidade para acolher 3.000 pessoas “no qual as zonas de trabalho, lazer e cultura se cruzam para criar uma nova dinâmica urbana, um espaço de vivência diária comum aos residentes do hub - empreendedores, freelancers, *startups*, *scaleups* e grandes empresas - e a toda a comunidade envolvente”.¹⁰⁴

Todos estes novos programas vão proporcionar um maior dinamismo urbano, estimulando a circulação e fixação populacional nas zonas de Marvila e Beato, o que trará novas necessidades ao nível dos equipamentos urbanos, e deste modo confirma a pertinência da operação que se propõe de construção de um “SESC” para Marvila.

Estratégia

Essa sequência de eventos em Marvila resultou em um território muito fragmentado e descontínuo, tornando as articulações entre as partes deficientes ou inexistentes. Em meio a uma série de núcleos rurais, hortas, espaços públicos inoperantes, conjuntos habitacionais informais, espaços vazios, bairros sociais, atravessam ainda as duas linhas de comboio que acabam por consolidar a problemática. A história deste território ao longo do século XX acabou por manter as discontinuidades existentes, introduzindo novas

98 *Idem*

99 Lisboa Ocidental SRU. Disponível em <http://www.lisboaocidentalsru.pt/a-sru>

100 Mais informações em Lisboa Ocidental SRU. Disponível em <http://www.lisboaocidentalsru.pt/habitacao>

101 Lisboa Ocidental SRU. Disponível em <http://www.lisboaocidentalsru.pt/habitacao>

102 Serviço Nacional de Saúde. Disponível em <http://www.chlc.min-saude.pt/hospital-lisboa-oriental/8-concorrentes-a-construcao-do-hospital-lisboa-oriental/>

103 *Hub Criativo do Beato*. Disponível em <https://hubcriativobeato.com/#future>

104 *Hub Criativo do Beato*. Disponível em <https://hubcriativobeato.com/sobre-nos/#hcb>

rupturas, ao nível do desenho urbano, que resultaram hoje num tecido urbano fragmentado, onde é difícil reconhecer uma matriz clara de desenho.

Nos mapas analisados, é possível constatar que o sistema de azinhagas remonta à estrutura viária primária desse território e que todos os outros sistemas urbanos se definiram, na realidade, transversalmente a este sistema, separando a parte alta e a parte baixa. Uma estratégia possível para recuperar continuidades perdidas neste território pode precisamente passar por retomar estruturas viárias, cadastrais e arquitetônicas que antecedem o momento das grandes rupturas. Cruzadas pelas linhas de caminho de ferro, as azinhagas e estradas mantêm-se ainda no território de Marvila da atualidade, associadas a edifícios que eram parte deste mesmo sistema urbano. Assim, a proposta de intervenção apresenta diretrizes que possibilitam a introdução de nova tipologia de “SESC” para a realidade de Lisboa, por meio de uma intervenção urbana que resolve a descontinuidade. Nesta proposta, a implantação do “SESC” no território de Marvila é um “SESC” disseminado ao longo da encosta, tendo como suporte a Azinhaga dos Alfinetes e os espaços que lhes estão associados: equipamentos existentes, edifícios históricos existentes e espaços vazios expectantes.

Azinhaga dos Alfinetes

No texto “Ideias e realidades, futuros expectantes: conceito e formas de preservação das azinhagas de Marvila ou sobre como dar continuidade a um dos projetos estruturantes de Lisboa capital do nada”¹⁰⁵, Antoni Remesar e João Pedro Costa refletem sobre este território, as suas camadas históricas e os vazios urbanos, e questionam de que modo as azinhagas que nele encontramos podem ser preservadas e ser parte de um novo desenho urbano. Num novo desenho para este território, as azinhagas podem ser, segundo os autores, um elemento central, em conjunto com outros elementos da paisagem, e a “forma da sua integração pode ser motivo de criatividade do desenho urbano, podendo oscilar desde a simples referência do seu traçado à efetiva integração física dos próprios muros nos logradouros, nos espaços verdes e espaços públicos”.¹⁰⁶ Referindo que a integração das azinhagas no tecido urbano de Lisboa é um processo que tem sido feito de diversas formas ao longo do século XX, de uma forma nem sempre valorizadora, propõem, para Marvila, uma “terceira via” em que as azinhagas possam “criar sistemas de continuidade articulados com o lazer e com alguma vida urbana, mais vocacionados para o uso pedonal”, uma vez que “a assunção das azinhagas como espaço de mobilidade automóvel ou como acessibilidade, mesmo que local, apresenta-se esgotada devido à falta de dimensão que apresentam na generalidade”.¹⁰⁷

A Azinhaga dos Alfinetes serve assim, de suporte à implantação do SESC, num percurso pedonal que parte do Palacete da Quinta dos Alfinetes, integra a própria Azinhaga dos Alfinetes até à Estrada de Marvila, e que deriva depois para um novo percurso, a construir. Esse percurso, parte da Estrada de Marvila, atravessa o antigo lote da Fábrica de Sabões, sensivelmente a meio, cruza a linha de caminho de ferro, e depois desce até ao Convento do Beato e à Alameda do Beato, à cota baixa.

Equipamentos existentes

Ao longo deste percurso, encontramos equipamentos existentes que podem ser articulados com os espaços e programas do “SESC” Marvila. À cota alta, junto ao Palacete da Quinta dos Alfinetes, encontramos o Campo de jogos do Clube Oriental de Lisboa, constituído por um campo de futebol e um campo de treinos. Mais abaixo, o percurso passa junto a um vazio expectante adjacente à Escola Básica de Marvila. A meio do percurso, a azinhaga passa ao lado da Biblioteca de Marvila, que está no cruzamento da azinhaga com a Rua António Gedeão e a Rua Alberto José Pessoa. Trata-se de uma rua que, neste contexto, acaba por ser um

¹⁰⁵ REMESAR, Antoni; COSTA, João Pedro - Ideias e realidades, futuros expectantes: conceito e formas de preservação das azinhagas de Marvila ou sobre como dar continuidade a um dos projetos estruturantes de Lisboa capital do nada. In **Lisboa Capital do Nada**. Lisboa: Extramuros, 2002. P. 350-367

¹⁰⁶ JUNTA DA FREGUESIA DE MARVILA, 2002, p. 363

¹⁰⁷ *Idem*, p. 365

dos eixos mais densamente construídos, junto aos quais se encontram vários espaços culturais, identificados no ponto 1.1. Por trás da Biblioteca e depois de cruzada a linha de caminho de ferro, encontra-se ainda o Campo do Ferroviário. Assim, pode-se dizer que este é um percurso onde já existe uma quantidade significativa de equipamentos públicos, apesar da sua presença no espaço público ser praticamente imperceptível, com exceção da biblioteca e da escola. Assim, a requalificação da Azinhaga tem também como objetivo, integrar e dar presença a estes equipamentos no espaço público.

Edifícios históricos existentes

No ponto mais alto e no ponto mais baixo deste percurso encontramos dois edifícios históricos que serão integrados na estratégia global de implementação do “SESC” disseminado.

O Palácio da Quinta dos Alfinetes surge na paisagem de Marvila, numa “posição de destaque sobre a sua envolvente, sendo que a sua marcação é efectuada através de um pódio sobre a linha de fecho que caracteriza a topografia do território”¹⁰⁸. Este edifício faz parte do que foi a Quinta dos Alfinetes - designada, no levantamento topográfico de Silva Pinto realizado no início do século XX como Quinta da Bella Vista¹⁰⁹ -, uma propriedade agrícola que integra o edifício a uma estrutura cadastral de quintas, e que foi muito importante neste território nos séculos passados. No referido levantamento, é possível identificar o que seria o limite desta e de outras propriedades, bem como as respectivas casas senhoriais, entre elas o Palácio da Quinta dos Alfinetes. A planta deste edifício é representada com o que seria a sua configuração no início do século XX, com os limites e relações que estabelecia com a envolvente e vias de acesso. Nesta planta, o acesso ao edifício surge associado a um pequeno largo, associado à Azinhaga dos Alfinetes, que dava acesso ao edifício através de portões que conduziam ao pátio central do edifício. Trata-se de um edifício do período barroco, que sobreviveu ao terramoto de 1755 e às profundas transformações dos últimos dois séculos, mas que se encontra hoje num estado avançado de degradação. De fato, “Com os portões fronteiros sobre a Rua Padre António Ferreira (no cruzamento com a discreta Azinhaga dos Alfinetes), este palácio encontra-se num estado de conservação que não faz jus à sua longa história.”¹¹⁰

As informações sobre esse edifício são limitadas, mas sabe-se que esteve diretamente ligado ao passado produtivo das estruturas das quintas de recreio e que foi também um dos lugares que foram objeto de transformações associadas à implantação de indústrias nesta área da cidade, em tempos mais recentes. De fato, a Quinta dos Alfinetes teve diversos usos ao longo do tempo, tendo pertencido aos Duques de Lafões no século XVIII¹¹¹. No século XIX funcionou no edifício a trefilaria Fábrica Estrela, indústria onde se transforma metal em fio, a qual deu origem ao nome atual. Em 1935 a quinta foi vendida à Caixa Geral de Depósitos, mas acabou por ser abandonada e sofrer um incêndio em 1964, que a deixou no estado de ruína em que hoje se encontra. Nos anos 1990, conforme já foi referido, a propriedade era parte dos terrenos cedidos para a sede da Fundação Luso-Brasileira, mas como o projeto nunca chegou a ser finalizado o terreno foi devolvido à Câmara Municipal e o edifício encontra-se, ainda hoje, em estado de abandono, «à espera de melhores dias, se forem a tempo de lhe aproveitar o que ainda resta de um dos mais belos palácios de Lisboa».¹¹²

Apesar de tudo, este é ainda, provavelmente um dos exemplares mais qualificados que permanecem em Marvila e que reenviam para uma memória rural e de exploração agrícola, associada a uma rede viária de azinhagas, que permanece neste contexto urbano fragmentado. Para além dessa importância que a Quinta dos Alfinetes desempenhou dentro do traçado urbano primário, ela também extrapolou o seu uso original como quinta de recreio, tendo-se adaptado a diferentes usos e funções. Essa capacidade de

108 OLIVEIRA, 2012, p.10

109 Levantamento feito entre 1904 e 1911 por Júlio António Vieira da Silva Pinto e Alberto de Sá Correia.

110 SILVA, 2015, p. 35

111 OLIVEIRA, 2012, p.63

112 CONSIGLIERI; RIBEIRO; VARGAS; ABEL, 1993, p. 10

adaptação do edifício aconteceu devido à sua centralidade e posição de destaque, e às dimensões das suas compartimentações, que acabaram por flexibilizar a ocupação.

Como ponto de ligação à cota baixa, está o Convento do Beato, que se destaca no cenário ribeirinho: um edifício religioso de arquitetura maneirista e barroca, que faz também parte da história da industrialização de Lisboa, e que é hoje um valor patrimonial, classificado como Imóvel de Interesse Público.¹¹³ O edifício foi mandado construir por D. Afonso V em meados do século XV, em cumprimento ao testamento da rainha D. Isabel para os Cónegos Seculares de S. João Evangelista.¹¹⁴ A partir do final do século XVI, o “novo convento e igreja foram edificados no local da ermida e pequeno convento originais, cuja missão coube a Frei António da Conceição, que aí viveu no séc. XVI”¹¹⁵. O frade teria realizado uma grande obra com poucos recursos, aumentando a sua fama de milagreiro, sendo a partir dessa altura que o convento passou a ser conhecido como Convento do Beato António.

O Terramoto de 1755 causou poucos danos ao convento¹¹⁶, mas pouco depois do saque ocorrido em 1834, no momento de extinção das ordens religiosas, em 1840 “o edifício foi devastado por um violento incêndio, que deixou de pé algumas partes da estrutura conventual”.¹¹⁷ O que restou do convento após o incêndio, foi então adquirido pelo comerciante e industrial João de Brito, que aí instalou uma fábrica de moagem de cereais, conhecida como “A Nacional - Companhia Industrial de Transformação de Cereais”, S.A.¹¹⁸, que funcionou entre 1843 e 1998. Remontam à esta época as últimas grandes transformações realizadas neste edifício, na adaptação à sua nova função fabril, mas que manteve, apesar de tudo, a escala generosa dos espaços comuns. No final do século XX, o espaço começou a ser utilizado como espaço para eventos sociais e culturais, até que em 2004, um novo incêndio danificou parcialmente o edifício que, depois das obras de intervenção geral e reabilitação parcial feitas pela empresa Cerealis, foi reaberto ao público em 2005¹¹⁹ e retomou o seu programa como espaço para eventos.

A fachada principal tem seu acesso feito por uma ampla alameda que, há dois séculos atrás, proporcionava uma vista desafogada para o Tejo e conformava um espaço de passeio público, à cota baixa, voltado para o rio. Encaixado na encosta, o desenho do edifício adapta-se à topografia acidentada na sua frente confinante com o lote da antiga fábrica de sabões e da linha férrea. Com uma história longa e algo acidentada, o conjunto edificado apresenta construções de diversos séculos e a sua utilização atual como sala de eventos e de uso público “permite uma utilização mais ‘suave’ dos espaços, assegurando condições de sustentabilidade, preservação e valorização patrimonial.”¹²⁰

Propõe-se integrar estes dois edifícios históricos - Quinta dos Alfinetes e Convento do Beato -, como parte do “SESC” Marvila, procedendo à sua reabilitação e integrando no seu interior programas que se adaptem à sua tipologia e condição de edifício histórico. Assim, a proposta prevê a implementação de salas para atividades de grupo e salas para eventos culturais em ambos os edifícios, por se tratar de programas que se adaptam às condicionantes que apresentam enquanto valores patrimoniais. Trata-se de programas que não requerem muitas infraestruturas, mas que podem tirar partido das amplas áreas que os edifícios oferecem,

113 Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72952>

114 MATOS; PAULO, 1999, P. 89. (Volume 1)

115 Convento do Beato. Disponível em <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/convento-do-beato>

116 MATOS; PAULO, 1999, p.91. (Volume 2)

117 Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72952>

118 FOLGADO; CUSTÓDIO, 1999, p. 119

119 Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72952>

120 Convento do Beato, Ad Quadratum Architectos. Disponível em <https://espacodearquitetura.com/projetos/convento-do-beato/>

nomeadamente o Convento do Beato que, não por acaso, é hoje utilizado como espaço para eventos. O edifício está aliás, dotado de um espaço interior adicional, desde que foi construída uma cobertura sobre o seu claustro.

Estes espaços vão servir diretamente o vetor CULTURA, mas serão também, como foi referido, espaços que servem também aos vetores EDUCAÇÃO e ASSISTÊNCIA, por permitirem a realização de atividades de grupo como aulas no âmbito do programa de valorização profissional, ateliers artísticos de apoio às escolas e aos tempos livres e ou atividades para grupos no apoio à comunidade. Áreas da ADMINISTRAÇÃO serão também instaladas nestes edifícios, assim como áreas de Convivência que, como referido, devem estar incluídas em cada uma das partes do “SESC” disseminado.

Vazios expectantes

A par da palavra *Descontinuidade*, a expressão *Vazios Urbanos* será provavelmente uma das mais utilizadas a propósito do território de Marvila. Considera-se que os vazios urbanos são tanto o “solo rústico dentro das zonas urbanas, que se converterá em urbano ou contentor de sistemas gerais num determinado momento temporal;” como “o solo já urbanizado, embora ainda inactivo e em desuso, que precisa de revalorizar-se através de uma mudança de usos.”¹²¹ Como vimos, estes vazios resultam, em Marvila, de uma história conturbada do território nos últimos cem anos, que produziu zonas de difícil ocupação, como as faixas de terreno ao longo da linha de caminho de ferro, e ocupações que acabaram por não durar no tempo e levaram a demolições de grandes áreas de terreno. Hoje, estes espaços vazios representam oportunidades de construção de espaço público, mas a sua escala e a sua relação com um edificado desconexo e descontínuo tornam difícil a adoção de modelos de espaço público da cidade tradicional. “Marvila é um desses lugares que carregam o peso de serem periferia dentro da cidade”¹²², caracterizada por uma grande informalidade dos seus espaços vazios, onde a relação de espaços cheios e vazios e a relação destes com a rede viária produz espaços de difícil apropriação, fato que é agravado pela grande escala destes espaços expectantes.

Entendemos que, para fazer face a um território com estas características, uma possibilidade de intervenção consiste na construção de espaços claramente delimitados e de gestos precisos nesta paisagem desconexa. Dito de outro modo, propõe-se criar espaços públicos claramente definidos por um sistema, ancorados na rede de azinhagas históricas estruturante do território, e que são espaços claramente delimitados e de forma clara e reconhecível.

O modelo espacial definido possui limites encerrados, mas deve simultaneamente ser aberto à sua envolvente imediata através de aberturas francas localizadas em pontos estratégicos. Nos espaços delimitados por planos verticais, o domínio visual é voltado para dentro do espaço e estes “constituem provavelmente o tipo de definição espacial em arquitetura mais típico e, certamente, o mais forte. Como o campo é completamente fechado, seu espaço é naturalmente introvertido.”¹²³ À escala urbana, os espaços podem ser delimitados por planos verticais, mas também por taludes, desníveis, cercas e vegetação que delimitam as suas fronteiras. Esta solução é aplicada à grande escala, mas também à escala das edificações que devem contrapor-se a esta paisagem, enquanto volumes de forma precisa e evidente, mas com flexibilidade de usos, polivalência e convidando à informalidade no modo de serem usados.

Assim, propõe-se a implementação do programa desportivo, segundo esta tipologia de espaços, em dois pontos deste território. A primeira intervenção é proposta para a zona do campo de jogos do Clube Oriental de Lisboa, junto à Quinta dos Alfinetes, para onde se propõe o redesenho do campo de jogos e a construção de um polidesportivo que possa servir a comunidade, mas também as equipas do Clube. A segunda intervenção, destina-se ao lote da antiga Sociedade Nacional de Sabões (SNS), um lote de

121 REMESAR, Antoni; COSTA, João Pedro - Ideias e realidades, futuros expectantes: conceito e formas de preservação das azinhagas de Marvila ou sobre como dar continuidade a um dos projetos estruturantes de Lisboa capital do nada. In **Lisboa Capital do Nada**. Lisboa: Extramuros, 2002. P. 357

122 JUNTA DA FREGUESIA DE MARVILA, 2002, p. 23

123 CHING, 2002, p.152

grande dimensão que tem uma vista privilegiada sobre o rio. Para este lugar propõe-se a construção de uma grande piscina ao ar livre, um dos programas mais emblemáticos do SESC, associada a uma nova piscina coberta que sirva esta área da cidade. Propõe-se ainda a construção de um segundo pavilhão polidesportivo e um conjunto de salas de ginástica. Este lote, transforma-se assim numa ampla plataforma desportiva, destinada a práticas desportivas formais e ao lazer, atravessada pelo eixo estruturante de ligação entre cotas que é proposto.

Ao longo deste percurso há um espaço urbano que fica entre os recintos, que resulta em uma segunda camada do território, a qual será requalificada através da criação de um parque urbano, que cruza com um parque linear previsto para os terrenos ao longo da linha de comboio¹²⁴. O tratamento desses espaços verdes visa requalificar a qualidade global do conjunto e consolidar a inter-relação entre os recintos e as vias de circulação no território de Marvila, assim como contribuir para o aumento das áreas desportivas nesta área, na sua vertente de prática informal.

Tanto os espaços desportivos, assim como o parque, integram a valência LAZER, que por sua vez integram a valência desporto, o que resulta em espaços abertos, em que se privilegia a prática desportiva como parte de uma atividade lúdica e de construção do bem estar do indivíduo.

O Centro Comunitário e Interpretativo - programa do Concurso Universidades da Trienal de Lisboa e razão de ser do presente trabalho - integra, obviamente esta categoria de intervenções em vazios expectantes de Marvila. Para ele se propõe, tal como para os outros dois lotes, uma solução clara de desenho que se contraponha à envolvente, numa solução tipológica semelhante às que foram descritas, que propõe a construção de um edifício singular - denominado de *Stone in the Landscape* -, que será devidamente descrito no capítulo seguinte deste trabalho.

Com esta estratégia, a construção do “SESC” disseminado é uma oportunidade para resolver questões importantes de descontinuidade e informidade neste o território. Por que sustentar intervenções maiores ao invés de unidades menores? Primeiramente, para requalificar uma grande área e atingir mais pessoas. Ademais, porque a presença do edifício deve ser qualificada não só pelo seu programa (abrangente), mas também pelo seu porte. De fato, não é apenas mais uma construção, mas sim um equipamento com abrangência a nível urbano e que tem preocupações em marcar uma presença significativa no bairro de Marvila e na cidade de Lisboa. Ao mesmo tempo, a operação tira partido daquilo que o território oferece, ao nível dos programas instalados, do seu património edificado de valor histórico e dos espaços que permanecem desocupados. A realização das operações que foram descritas, a sua articulação com a Azinhaga dos Alfinetes e a construção de zonas de parque que, tal como a Azinhaga dos Alfinetes é um elemento de ligação e de continuidade, representa já um avanço na qualificação e ampliação do espaço público.

As questões agora serão, de que modo a arquitetura dos edifícios propostos pode também construir espaços que são uma extensão do espaço público, uma vez que, como indicado na estratégia, estes espaços devem estar relativamente salvaguardados de uma envolvente caracterizada por uma grande informidade. Que programas e modelos arquitetónicos podem resolver esta aparente contradição? Pode o programa do SESC ser uma solução? “Ainda que uma nova unidade não tenha o poder de operar uma grande transformação do entorno, como ocorreu em outros locais do mundo, com instituições culturais como Beaubourg, em Paris ou o Guggenheim em Bilbao – até mesmo pela dimensão destas instituições e de suas políticas culturais – uma nova unidade do SESC é capaz de qualificar o entorno imediato, promovendo transformações na dinâmica da área e se sobressaindo no contexto urbano.”¹²⁵

124 Jornal Digital O Corvo. Disponível em <https://ocorvo.pt/descampados-junto-a-biblioteca-de-marvila-vao-ter-jardim-campo-de-jogos-e-pavilhao-em-vez-de-predios-de-renda-acessivel/>

125 POMPOLO, 2007, p. 237

1.3 O espaço público e a “pracialidade”

Os SESCs são um exemplo muito claro da pouca eficácia de uma estrita definição entre espaços públicos e espaços privados que diga respeito apenas a questões de propriedade. De fato, propriedade e usos deixaram, na contemporaneidade, de ser, obrigatoriamente, coincidentes: aos espaços privados podem corresponder usos públicos, como é o caso do SESC.

O espaço público sugere o uso coletivo, mas, segundo Eduardo Solà-Morales, “o espaço coletivo é muito mais e muito menos que o espaço público, se caracterizarmos este apenas como propriedade administrativa. A riqueza civil e arquitetônica, urbanística e morfológica de uma cidade, são seus espaços coletivos, todos os lugares onde a vida coletiva se desenvolve, representa e recorda.”¹²⁶ Na escala urbana a rua e a praça são espaços públicos por significação e domínio, sendo convertidos em coletivos pela apropriação que se faz livremente deles.

Eugenio Fernandes Queiroga classifica separadamente espaços públicos e espacialidade da esfera pública sendo os espaços públicos “espaços de propriedade pública, tanto aqueles destinados ao uso comum do povo, próprios à esfera pública, como aqueles inadequados para tal, casos, entre outros, de diversos bens de uso especial”¹²⁷; e espacialidade de esfera pública são “as práticas espaciais de esfera pública (geral ou estrita), as apropriações públicas dos espaços, sejam eles propriedades públicas ou privadas”.¹²⁸ Esta distinção, vai ao encontro da posição Manuel de Solà-Morales que defende que, na cidade contemporânea, “a importância do espaço público não está, certamente, em ser mais ou menos extenso, quantitativamente dominante ou protagonista simbólico, senão referir entre si os espaços privados fazendo também deles patrimônio coletivo.”¹²⁹ Segundo este autor, é preciso “dar caráter urbano, público, aos edifícios e lugares que sem isso seriam somente privados, esta é a função dos espaços públicos - urbanizar o privado, quer dizer, convertê-lo em parte do público”.¹³⁰ Em outras palavras, no SESC o caráter privado é sobreposto pela força do uso público, que ao mesmo tempo faz dele um patrimônio coletivo da população brasileira.

No entanto, os espaços da esfera pública podem ter um uso mais regulado ou menos, conforme as funções específicas que lhes estão associadas. Na sua tese “Público e Comunitário: Projeto arquitetônico como promotor do espaço de convivência”, Débora Machado distingue dentro dos espaços da esfera pública, espaços que têm usos pré-determinados e outros que não têm. Dando o exemplo de uma biblioteca, refere a autora que, nela “todos obrigatoriamente devem seguir as regras da biblioteca, seu uso é controlado com horários de funcionamento e silêncio exigido para leitura”¹³¹ e, pelo contrário, uma praça pública “permite diversos usos a qualquer momento para qualquer um.”¹³², pelo que “o que caracteriza a praça é a natureza de uso ali aplicado de acordo com sua acessibilidade e sua conotação.”¹³³

O SESC, propõe na sua “espacialidade de esfera pública” um programa apoiado no lazer e na convivência, por vezes com uma indeterminação espacial e polivalência que se aproxima muito de uma praça tradicional, tanto é que o Espaço de Convivência também é chamado de Praça de Convivência, no caso, por exemplo do SESC 24 de Maio. Queiroga define ainda que as espacialidades da esfera pública, “ainda que majoritariamente se deem nos espaços livres públicos, sobretudo nos bens de uso

126 SOLÀ-MORALES, Manuel de - Espaços públicos e espaços coletivos. In: HUET, Bernard et al - **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. P.104

127 QUEIROGA, 2012, p.259

128 *Idem*

129 SOLÀ-MORALES, 2001, p.103

130 *Ibidem*, p.104

131 MACHADO, 2009, p.13

132 *Idem*

133 *Ibidem*, p. 15

comum do povo, podem se realizar em diferentes espaços: livres ou edificados, públicos ou privados.”¹³⁴ No seu trabalho sobre espaço público na megalópole brasileira, este autor introduz o termo “pracialidade”, que não é mais que a capacidade que tem um espaço - público ou privado -, de ser tornar um espaço com as características de uma praça. Primeiramente, para um espaço ser considerado praça “não basta a um ‘espaço livre’ possuir uma forte imagem pública para que efetivamente possa ser caracterizado como praça; para tanto é necessário constituir-se num lugar, urbano e/ou da cidade, propiciador do encontro na esfera de vida pública, potencializador da *vita activa* e/ou da razão comunicativa.”¹³⁵ Assim, a praça é caracterizada pela sua natureza de usos, com forte conotação pública, de livre acesso e com capacidade de proporcionar encontro e convívio. Dentro desses moldes, outros espaços também podem ser considerados como praça, onde “situações de ‘pracialidade’ podem ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios.”¹³⁶

Como vimos relativamente ao programa, o Espaço de Convivência do SESC corresponde a esta definição de praça, tal como a entende este autor, mas importa agora refletir de que modo a arquitetura pode dar corpo a este programa de função vaga e indefinida, com espaços desenhados para a polivalência. Polivalência, é um conceito que Herman Hertzberger trabalhou ao longo da sua obra, que se opõe ao funcionalismo e à flexibilidade, segundo o qual uma forma polivalente é aquela que permite “diversos usos sem que ela própria tenha de sofrer mudanças.”¹³⁷ Devem ser formas que permitam “múltiplas interpretações, i.e. que possam ao mesmo tempo exsudar múltiplos significados. (...) Para poder ter diferentes significados, cada forma deve ser interpretável no sentido de poder assumir papéis diferentes.”¹³⁸ Essa característica de polivalência espacial no desenho do espaço de convivência nos edifícios SESC, é um dos aspectos que os torna capazes de suportar o tema da “pracialidade” dentro do próprio edifício. Entendemos que essa pracialidade será tanto maior quanto mais estreita, fluida e contínua for a relação destes espaços com o entorno urbano, ou seja, com os espaços da esfera pública da cidade, no qual estes estão inseridos.

A zona de Marvila é um lugar onde faz particular sentido uma abordagem à construção do espaço público em moldes menos tradicionais, uma vez que, para além do espaço público existente ser escasso e pouco qualificado, são comuns situações dúbias entre público-privado e de espaços abertos que não são vividos enquanto espaços públicos. De fato, em alguns dos “vazios urbanos” de Marvila é comum encontrar situações em que a população se apropria do espaço público para o seu domínio privado, com habitações ilegais, estacionamento de veículos, espaços de plantio desordenados, depósito de lixo, etc. Por outro lado, por falta de espaço público qualificado, a tendência é a de transferir a esfera pública para espaços privados, como os espaços comerciais, o que configura duas situações que Solà Morales define como: “espaços públicos absorvidos por usos particulares, ou espaços privados que adquirem uma utilização coletiva”.¹³⁹

No próximo capítulo, serão analisados alguns exemplos de edifícios de unidades SESC, em particular, dos seus espaços de convivência, e de um conjunto de outros exemplos de arquitetura brasileira que exemplificam de forma clara as questões que aqui foram enunciadas: edifícios-praça, onde as relações público-privado, interior-exterior, e formalidade-informalidade, são temas para reflexão, no domínio da arquitetura e da sua relação com a cidade.

134 QUEIROGA, 2012, p. 60

135 QUEIROGA, 2001, p. 204

136 QUEIROGA, 2001, p. 310

137 HERTZBERGER, 1996, p. 143

138 *Ibidem*, p. 149

139 SOLÀ-MORALES, Manuel de - Espaços públicos e espaços coletivos. In: HUET, Bernard et al. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p.104

2. O SESC e a construção de espaço público

SESC 24 de Maio

O SESC 24 de Maio, inaugurado em 2017 é, sem sombra de dúvida, o exemplar mais recente de uma longa história de edifícios da instituição, que são uma referência incontornável não só na história do SESC, mas também da história da arquitetura contemporânea.

O novo centro cultural, esportivo e de convivência foi realizado segundo projeto da autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em parceria com o escritório MMBB arquitetos associados. Fica localizado no coração da capital paulista, em meio a uma densa concentração de edifícios, próximo ao Teatro Municipal, Praça das Artes, Galeria do Rock, Praça da República, e resulta da reabilitação de um edifício existente. Do edifício original, a ideia era “recuperar, aproveitar ao máximo a construção existente, demolindo-se acréscimos posteriores ao edifício original”¹⁴⁰, o que só foi possível devido a sugestão de Paulo Mendes da Rocha para criar um anexo com o prédio vizinho, a fim de fixar as áreas de apoio e instalações técnicas, ligado ao edifício principal por meio de passarelas.

Com uma estimativa de receber em torno de 5 mil pessoas por dia¹⁴¹, o SESC 24 de Maio distribui seu programa verticalmente nos dois edifícios. O edifício principal, com 14 andares, abriga os espaços das atividades recreativas e culturais, “agregando as atividades de comum índole em espaços contíguos, podendo-se dividir a programação em áreas distintas, bloco da piscina, bloco desportivo e bloco cultural, à exceção do teatro que se encontra no subsolo”.¹⁴² No rés-de-chão de acesso está a “Praça do Sesc, com caráter de galeria de passagem livre, ligada à animação da vizinhança”¹⁴³, atua como um ponto de passagem e convivência, permitindo uma passagem transversal da Rua Dom José Barros com a Rua 24 de Maio¹⁴⁴. Nos níveis acima estão a administração, o bloco cultural (restaurante, espaços para a convivência, biblioteca, área expositiva, oficinas, odontologia), o bloco desportivo (esporte, dança, atividades corporais) e o bloco da piscina (jardim da piscina, vestiários e piscina na cobertura).¹⁴⁵ No edifício pequeno, anexo ao principal, estão os espaços não recreativos como área técnica, serviços e máquinas, banheiros, depósitos, área de funcionários, entre outros, como uma espécie de torre de serviços.

Para garantir a acessibilidade entre os níveis e interligar os diferentes eventos sociais da entidade, a circulação foi feita “por meio de um elemento muito celebrado na arquitetura paulistana: a rampa”.¹⁴⁶ O conjunto de rampas sucessivas percorre o edifício com a intenção de “fazer com que a pessoa tivesse a sensação de caminhar pelo centro de São Paulo, por isso ele percorre toda a extensão da estrutura”.¹⁴⁷ O revestimento em vidro das fachadas foi fundamental para clarificar esse percurso contínuo, tornando possível um passeio lúdico interior, e ao mesmo tempo, estar em contato com o exterior. Esse modo de pensar o edifício como uma

140 PORTAL VITRUVIUS. SESC 24 de Maio. Projetos, São Paulo, ano 18, n. 206.02, **Vitruvius**, fev. 2018. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/18.206/6886>

141 SESC 24 de Maio. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/875115/sesc-24-de-maio-de-paulo-mendes-da-rocha-e-mmmb-sera-inaugurado-em-agosto>

142 SANTOS, 2019, p. 123

143 SESC 24 de Maio / Paulo Mendes da Rocha + MMBB Arquitetos. **ArchDaily Brasil**. ISSN 0719-8906 Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/889788/sesc-24-de-maio-paulo-mendes-da-rocha-plus-mmmb-arquitetos> [consultado em 08/07/2020]

144 Por dentro do SESC 24 de Maio. Disponível em <https://chickenorpasta.com.br/2017/sesc-24-de-maio>

145 SANTOS, 2019, p. 123

146 Prêmio ArchDaily Building of the Year 2019. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/912988/sesc-24-de-maio-vence-o-premio-archdaily-building-of-the-year-2019-na-categoria-arquitetura-publica>

147 Galeria da arquitetura. Disponível em https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmmb-arquitetos_paulo-mendes-da-rocha_/sesc-24-de-maio/4578

sucessão de espaços públicos interligados por um percurso, onde a convivência acontece em diversos níveis e escalas, foi uma maneira astuta do arquiteto para evitar a monotonia de uma simples sobreposição de andares. Paulo Mendes ainda reforça que o desenho SESC 24 de Maio tem uma relação de continuidade com a cidade, ao comparar o percurso do edifício com a rua, dizendo que “Descer da piscina até o térreo é como descer a rua Augusta”.¹⁴⁸

Assim, o edifício destaca-se no contexto como um oásis público no centro de São Paulo e o modo como o arquiteto concebeu a continuidade entre o exterior e os vários pisos do edifício é o aspecto fundamental para que se leia este edifício como parte efetiva dos espaços públicos da cidade. No entanto, importa referir que há importantes questões programáticas que também têm um papel importante nesta questão e que têm que ver com a própria filosofia de funcionamento do SESC em que, a tônica na convivência e a grande informalidade no modo como os edifícios são usados convidam à sua apropriação por parte do cidadão comum. Se a piscina ao ar livre da cobertura, com 500 metros quadrados e vista panorâmica para a cidade é “a menina dos olhos” do arquiteto, nos pisos abaixo “dois andares inteiros foram deixados para funcionarem como verdadeiras praças elevadas”, com espacialidades não menos surpreendentes, na sua relação com a cidade e no modo de ser habitado. No 11º andar, logo abaixo dos vestiários e piscina, está o jardim da piscina: um espaço de convivência aberto/coberto, com cafeteria, bancos, poltronas e mesas, tem ainda, espelhos d’água nas extremidades do perímetro, estrategicamente posicionados para que a água da piscina não caia na rua. É um verdadeiro espaço *relax* que proporciona uma bela vista e uma forte integração entre cidade e edifício¹⁴⁹. Ao observar a vivência nesse espaço o arquiteto comenta: “O que interessa mesmo na arquitetura é amparar a imprevisibilidade da vida. Eu vejo, por exemplo, uma criança pulando dentro da água de um lugar que não era para pular, mas tudo isso tem sua graça”.¹⁵⁰ No 3º andar, outro pavimento foi reservado à convivência, dessa vez um grande espaço interno mobiliado, com a polivalência orientada para diversas preferências, inclusive o “fazer nada” como no SESC Pompeia, “Ali, o público poderá experimentar o mais puro ócio em uma das ‘conversadeiras’ - bancos feitos de aço, mas muito confortáveis, assinados por Paulo Mendes da Rocha”.¹⁵¹

Esta informalidade e esta capacidade de abraçar o imprevisível, o não programado é o que caracteriza esta valência programática das Áreas de Convivência, que é central nos SESCs da atualidade, e que lhes confere em definitivo um carácter de espaço de uso público, aberto à cidade e à comunidade. Mas se este é, hoje, um espaço que caracteriza de modo evidente as unidades SESC, a sua história está intimamente relacionada com a história da instituição, do modo como os programas são concebidos, a arquitetura das próprias unidades, e da relação que estas pretendiam estabelecer, em cada momento da história da entidade, com o espaço público.

Assim, se no primeiro capítulo foi feita uma análise do SESC do ponto de vista do programa, procura-se neste segundo capítulo entender que modelos espaciais foram dando corpo a esse programa, em particular ao programa da convivência. Assim, descreve-se num primeiro momento um edifício emblemático da história do SESC que, segundo a historiografia, foi o momento em que, no início dos anos 1980, foi formalmente criado o programa da convivência, com a inauguração do SESC Pompeia. Procura-se de seguida identificar, no momento imediatamente anterior aspectos da tipologia das unidades SESC que tenham contribuído para a consolidação deste programa, com particular atenção nos edifícios-praça, que serão em seguida caracterizados com a análise de três exemplos de edifícios-praça do universo da história da arquitetura brasileira que, tal como os SESC, assumem um carácter híbrido entre privado/público e interior/exterior.

148 *Idem*

149 Por dentro do SESC 24 de Maio. Disponível em <https://chickenorpasta.com.br/2017/sesc-24-de-maio>

150 Galeria da arquitetura. Disponível em https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_paulo-mendes-da-rocha/_sesc-24-de-maio/4578

151 17 Curiosidades sobre o SESC 24 de Maio. Disponível em

https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11126_17+CURIOSIDADES+SOBRE+O+SESC+24+DE+MAIO

SESC Pompeia

Os anos de 1980 foram marcados por grandes transformações no Brasil, na sequência do fim do regime militar e a volta da democracia, em 1985, pois, assim como o início da ditadura alterou os rumos do SESC, o fim também acabou por ter consequências na forma de atuar da instituição.¹⁵² Os equipamentos dos SESC foram desenvolvidos, desde o início, para permitir à população o acesso a um espaço público de qualidade e de uso coletivo de maneira igualitária, mas, com o crescimento populacional que se deu nesta década, e o consequente aumento do número de usuários, o programa carecia de novas soluções, que permitissem responder à nova situação. Foi então que, com a criação do SESC Pompeia, as diretrizes foram voltadas à diversificação das atividades e para o atendimento de um público cada vez maior, seguindo o princípio de que a cultura e o esporte seriam os dois eixos de igual importância no programa global, pondo o foco num programa de atividades voltadas para o lazer, e instituindo pela primeira vez o **Espaço de Convivência** como elemento constituinte do programa da unidade. Apesar de presente nas unidades atuais, a convivência é um programa que foi intitulado, desenhado e experimentado pela arquiteta Lina Bo Bardi precisamente no SESC Pompéia e que, a partir daí foi definido como um componente oficial do Referencial Programático do SESC, referido no 1º capítulo deste trabalho.

Com estas mudanças de contexto e com os acertos ao programa, a arquitetura das unidades foi repensada para garantir suporte à essas transformações. A inauguração do SESC Pompéia em 1982¹⁵³ marcou um ponto crucial para a entidade, pois se tratava de uma unidade diferente das anteriores, não apenas nas questões relativas ao programa, mas também pelo fato de se tratar de um SESC que resulta de um processo de intervenção num edifício existente. O local de implantação desse SESC Pompeia era uma antiga fábrica que foi desativada na década de 1970, restando “sua arquitetura, seu design, impregnados da memória do passado industrial, dos sentimentos táteis de materiais empregados, das experiências de escalas totalmente contrastantes e dos percursos de livre escolha”.¹⁵⁴ A intervenção de Lina teve como premissa a recuperação dos velhos galpões da fábrica, com intervenções pontuais numa perspectiva contemporânea, para o programa cultural e para o Espaço de Convivência, além disso, estava previsto a construção de dois novos edifícios altos em concreto, para instalação do programa desportivo. O conjunto atua como um “ponto luminoso no coração da metrópole brasileira, essa pequena cidade sem automóveis reúne e abriga pessoas para celebrar a vida”.¹⁵⁵

Lina criou uma espécie de aconchego urbano no meio de São Paulo. Acredita-se que o sucesso do projeto se deu pela sua liberdade de usos e possibilidades. A unidade se tornou uma espécie de cidadela cultural, com espaços pensados a partir das observações que a arquiteta foi recolhendo ao observar o comportamento e as tradições do povo brasileiro. Lina costumava dizer que o segredo para a concepção do espaço era simples “uma aguinha, um foguinho, crianças, jovens e velhos, todos juntos e livres para fazerem o que quiserem...e pronto”¹⁵⁶. É um verdadeiro “centro de cultura” nas palavras de Luis Milanese, que “faz sentido se for construído para abrigar ações que se oponham às ideologias vigentes. Nele nada é definitivo. Começa-se e não se sabe quando acabar. [...] é um espaço de liberdade, uma casa de contradições emocionantes, de desassossego, onde o prazer essencial é a resolução provisória dos conflitos”.¹⁵⁷

Em comparação a outros equipamentos, o SESC Pompeia torna-se especial, pois a área permitiu que o programa fosse distribuído de uma forma mais horizontal, com uma intenção clara sobre os espaços destinados à integração das pessoas. “Ninguém transformou nada. Encontramos uma fábrica com uma estrutura belíssima, arquitetonicamente importante, original, ninguém mexeu... O desenho de arquitetura do Centro de Lazer Fábrica da Pompeia partiu do desejo de construir uma outra realidade, preservando ao

152 Assunto mais detalhado no ponto seguinte.

153 A unidade foi inaugurada em 1982, porém apenas em 1986 é que foi inaugurado o bloco desportivo.

154 FERRAZ; VAINER, 2012, p. 13

155 *Idem*

156 *Idem*

157 MILANESI, 1990, p.91

mesmo tempo a arquitetura original da fábrica, onde pode-se dizer que o conjunto “exprime comunicação e dignidade máxima através dos menores e humildes meios”.¹⁵⁸ Quanto a questão programática “foi surgindo naturalmente, alguns parâmetros já estavam definidos pela direção do SESC, porém alguns pormenores da instalação foram implementados pela arquiteta de forma a dar continuidade às vivências que ali já existiam.”¹⁵⁹ Além disso, “as principais modificações quanto ao programa de atividades foram a introdução de novas atividades esportivas (jogos de quadra e esportes aquáticos além de duchas, massagens e uma incipiente musculação), culturais (atividades teatrais, exposições, cursos, etc) e sociais (bares e restaurantes, boliche, etc) que agora poderiam se desenvolver nos próprios espaços da instituição.”¹⁶⁰

Estruturalmente, a unidade é um complexo industrial, articulado por um sistema de “ruas” internas que direcionam aos pavilhões industriais, e por fim aos blocos verticais do setor desportivo. O acesso principal é feito pela Rua Clélia, que direciona ao corredor pedonal principal, permitindo a entrada nos primeiros pavilhões acessíveis ao público geral, o pavilhão de exposições, teatro e área de estar/convivência.¹⁶¹ O corredor principal se estende até outro eixo horizontal, como a segunda “rua” que dá acesso a outras áreas públicas do programa, em pavilhões menores nos limites do lote, ao mesmo tempo que permite acesso às áreas regulamentadas do programa, como o *deck/solárium* que conduz até os blocos desportivos, estes unidos por passarelas aéreas, são de acesso exclusivo aos usuários e beneficiários cadastrados. Em resumo, trata-se de “duas zonas distintas: uma diz respeito à recuperação de uma antiga fábrica apresentando as suas características originais, telhado, estrutura, tijolos à vista, de desenvolvimento horizontal, onde foi introduzido um polo cultural; a outra, apresenta edifícios construídos de raiz, torres, em betão armado aparente e que constituem a área desportiva. Dois momentos que contrastam, pelos seus ‘tempos’, pelas suas formas, pelas suas estruturas, pelos seus aspectos.”¹⁶²

A área de convivência foi desenhada na área de 4 pavilhões a esquerda do corredor principal. Nesse espaço é visível um transporte de valores da atmosfera exterior para o interior, com espaços desenhados para abrigar a polivalência como numa praça pública. Este grande salão da convivência, foi pensado pela arquiteta sem hierarquizar nenhum tipo de uso ou usuário, propondo uma maior gama de atividades possíveis ao mesmo tempo, “nele, acontecem atividades culturais e esportivas, debates e bate-papos, além de ser um palco que abriga nossa biblioteca, mesas de leitura, lajes e o Espaço de Brincar”.¹⁶³ A gama de atividades é muito variada, sendo um “espaço de estar coletivo, com jogos de salão, espaços para pequenas exposições e espetáculos. “[...] no Brasil as pessoas precisavam de água para se refrescar e fogo para se aquecer, assim elas ficariam próximas umas das outras”.¹⁶⁴ Conforme esta observação de Lina, no espaço foram instalados uma lareira com bancos ao seu redor, e um grande espelho d’água, como uma espécie de lago, para refrescar os dias quentes, como uma grande sala de estar pública. Assim, esse espaço é destinado ao estar e convivência entre os usuários antes, durante ou depois de alguma atividade oferecida, ou ainda, “Lina pensou esse espaço, planejou para ele ser também uma área onde fosse possível viver o fazer nada, ter um momento de ócio criativo”¹⁶⁵, onde o “fazer nada” pode ser a própria atividade de lazer.

158 INSTITUTO LINA BO E P.M. BARDI, 1993, p. 220

159 SANTOS, 2019, p.93

160 POMPOLO, 2007, p.154

161 MACHADO, 2009, p. 43

162 SANTOS, 2019, p. 95

163 Espaço de convivência do SESC Pompeia. Disponível em

https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13585_ARQUITETURA+DO+SESC+POMPEIA+UM+CONVITE+A+CONVIVENCIA

164 MACHADO, 2009, p. 45

165 Espaço de convivência do SESC Pompeia. Disponível em

https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13585_ARQUITETURA+DO+SESC+POMPEIA+UM+CONVITE+A+CONVIVENCIA

O espaço da convivência estudado e otimizado, mesmo que de maneira subjetiva nas primeiras unidades, foi finalmente consolidado com SESC Pompeia, passando a ser um tema de extrema importância nas futuras unidades como parte do processo evolutivo da instituição. Sendo assim, com as contribuições dos arquitetos que atuaram no SESC, a convivência “nasceu da constatação dos técnicos da entidade da falta de espaços, tanto nas antigas unidades como na própria cidade, onde as pessoas pudessem descansar, ‘ficar à toa’, sem realizar atividade alguma.”¹⁶⁶ É um espaço atribuído ao estar e a convivência dos usuários de forma completamente livre, pelo que é difícil estabelecer uma função clara para esse espaço justamente devido a multiplicidade de funções que o mesmo pode abrigar dentro de um contexto urbano diversificado.

O SESC Pompeia, para além de ser um marco da história da arquitetura brasileira, foi também, como vimos, um marco na história da própria entidade, com o estabelecimento de um programa que marcou todas as unidades SESC construídas desde então. O modelo de intervenção acabou por representar também uma ruptura ao nível da forma, desde logo pelo fato de prever a intervenção num edifício existente, mas também pelo modo como rompeu com alguma hegemonia formal que caracterizou o momento anterior da história das unidades SESC. Entendemos, no entanto, que para além de aspectos de descontinuidade entre estes dois períodos, há aspectos de continuidade que importa ressaltar, nomeadamente o modo como as unidades SESC dos anos 60-70 contribuíram para o estabelecimento formal do programa de convivência nas unidades.

Os edifícios do SESC e o moderno paulista

O período da história da arquitetura dos SESC que antecedeu imediatamente o SESC Pompeia é também um momento especialmente relevante da história da entidade, que decorreu entre o início da década de 60 e o final da década de 70, em que a arquitetura da instituição se identificou de forma muito clara com a vanguarda da época: o moderno paulista.

Não cabe no âmbito deste trabalho narrar exaustivamente as diversas fases da história da arquitetura das unidades SESC, trabalho que foi já realizado em tempos recentes, pela já citada autora Camila Pompolo¹⁶⁷ na sua tese de mestrado “Um percurso pelos SESC’s: uma leitura das transformações tempo-espaciais”, de 2007, e por Fernando Serapião no texto “SESC-SP: arquitetura”,¹⁶⁸ de 2016. No entanto, importa enquadrar brevemente este período de duas décadas no que foi a história da instituição, em particular do seu programa de convivência. Na sua proposta de periodização, Camila Pompolo, propõe uma periodização da história da arquitetura das unidades dividida em três momentos: um primeiro momento em desde a fundação até ao final da década de 50; um segundo momento compreende as décadas de 60 e 70; e um último período, que vai desde o início dos anos 80 - e da inauguração do SESC Pompeia, marco fundamental da história da entidade - até à atualidade. Faremos uma breve caracterização do período inicial - programas e modelos espaciais - para depois passar ao período das décadas de 60-70, para identificar alguns antecedentes do programa da área de convivência. Serão identificadas linguagens e tipologias, prestando especial atenção à tipologia do edifício-praça.

Logo após a criação do Serviço Social do Comércio, a primeira unidade de atendimento ao público só foi inaugurada em maio de 1947 em São Paulo, no Tatuapé, na Avenida Celso Garcia,¹⁶⁹ com o nome de Centro Social Bento Pires de Campos. Seguiu-se a abertura de outras unidades, que nesse período eram denominadas como Centros Sociais, com um programa muito focado na

166 POMPOLO, 2007, p.239

167 POMPOLO, Camila

168 SERAPIÃO, Fernando

169 MIRANDA, 2013, p. 62

vertente assistencial: “assistência médica, odontológica, sanitária e hospitalar, além de assistência jurídica aos comerciários e suas famílias”.¹⁷⁰

O programa dos Centros Sociais, privilegiava as atividades individuais relativamente às atividades de grupo¹⁷¹, e não tinha, por isso, necessidades muito particulares ao nível dos espaços, o que permitiu que as primeiras unidades SESC fossem instaladas, em edifícios existentes, em “casas muitas vezes modestas, alugadas na capital ou em algumas cidades do interior, que funcionariam como as ‘unidades-eixo’ da instituição”.¹⁷² No interior dessas grandes casas, as salas de atendimento ocupavam boa parte da área, e as varandas ou marquises das mesmas atuavam como espaços de transição entre o interior e o exterior da instituição, tendo também um papel importante enquanto espaço de encontro informal entre os usuários, e proporcionando o espaço para o convívio (convivência)¹⁷³, ainda que este não fizesse ainda, formalmente parte do programa. O esporte, apesar de ser, desde o início, uma das linhas de ação do SESC, não fazia parte do programa dos Centros Sociais, e as atividades decorriam em espaços externos alugados¹⁷⁴.

Como nestes primeiros anos, as unidades SESC se instalaram em edifícios existentes, acabou por não se criar uma imagem nem um programa arquitetônico associada à instituição, mas a situação alterou-se a partir do ano de 1951, quando o aumento do número de usuários e mudanças no tipo de atividades desenvolvidas, obrigaram a instituição a construir edifícios do zero. De fato, “no início da década de 50, o SESC São Paulo já contava com quatrocentos funcionários. Eram então atendidas aproximadamente 60 mil pessoas por ano, entre a capital e as unidades no interior”¹⁷⁵ e o tipo de programas que se começavam a introduzir, já dificilmente se conseguiam instalar em edifícios existentes, como antes, pois “iniciou-se o trabalho voltado para o desenvolvimento num âmbito colectivo” com “atividades educativas, de saúde e socio-culturais.”¹⁷⁶ Logo se constatou que era necessária uma ampliação séria “não somente dos espaços e das unidades em si, mas da própria entidade, construindo uma verdadeira rede, com identidade própria.”¹⁷⁷

Em 1954 foi criada a Superintendência de Construção dos **Centros SESC-SENAC**, momento em que as duas instituições uniram forças para a construção das suas primeiras unidades compartilhadas, onde um único edifício abrigava as duas entidades: foi dessa forma conjunta que se iniciou a construção das primeiras unidades (novas) do SESC.

Os Centros Sociais dos anos 50, mantinham o serviço assistencial, mas careciam de espaços para atividades de grupo - para o esporte e para as atividades culturais - e, segundo Camila Pompolo, a arquitetura do movimento moderno surgiu como uma solução evidente, para a construção dos novos edifícios.¹⁷⁸ Por um lado, é o tempo do moderno triunfante no Brasil em que “a partir de 1936, os brasileiros multiplicam suas intervenções numa linguagem arquitetônica que retomava os princípios corbusianos e, de maneira geral, aqueles discutidos nos CIAM.”¹⁷⁹ Por outro lado, tanto o movimento moderno quanto a entidade surgiram como soluções às mudanças que apareceram nas cidades no início do século e o poder transformador do SESC, por meio da arquitetura moderna, pregava que os ideais do bem-estar social e das atividades coletivas tinham um potencial educativo para a construção de uma nova comunidade e desse modo, as novas unidades buscavam construir espaços para uma sociedade que estava em processo

170 MIRANDA, 2013, p. 62

171 POMPOLO, 2007, p.67

172 MIRANDA, 2013, p. 62

173 POMPOLO, 2007, p. 67

174 *Idem*

175 MIRANDA, 2013, p. 63

176 *Ibidem*, p. 62

177 POMPOLO, 2007, p.67

178 *Ibidem*, p. 76

179 SANTOS; PEREIRA, 1987, p. 26

evolutivo de transformação. Com efeito, este é o momento em que, pelo fato das unidades terem sido construídas do zero para albergar os SESCs, foi feito um esforço de sistematizar, a par das atividades, o programa para os novos edifícios e o dimensionamento dos seus espaços.

Por último, o novo programa do SESC moderno tinha ênfase nas atividades em grupo e “encontrava na primazia dos espaços coletivos da arquitetura moderna, a sua materialização”¹⁸⁰. O primeiro edifício construído que abrigou o SESC e o SENAC foi o Centro Social de Ribeirão Preto, em 1957, da autoria do arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves, que será ainda autor de “uma série de cinco projetos criados para a expansão da rede de equipamento do SESC e SENAC na década de 1950 no interior de São Paulo”.¹⁸¹ O lote de implantação dessa unidade já contava com duas pré-existências, uma piscina e uma quadra de esportes, às quais foi acrescentado um edifício isolado e áreas de apoio, criando três áreas: o monobloco principal (SESC e SENAC), a quadra de esportes, e o conjunto aquático (piscina e vestiários). No edifício principal, “as salas de espera eram concebidas como um grande hall comunitário, que favorecia o relacionamento entre as pessoas, cumprindo uma importante função social”¹⁸² Esse espaço se comunicava com o exterior através de grandes aberturas de vidro, com a possibilidade de ter a área ampliada para o exterior.

Não havendo ainda, de forma expressa, a intenção de criar espaços multiusos e informais, que se aproximassem do que são hoje os espaços de convivência, encontram-se mesmo assim, nas unidades SESC deste período espaços que apontam para esse sentido. Nessa altura, nos edifícios da instituição o pátio coberto já era um elemento forte para articulação do conjunto, “se revelando como um espaço com características arquitetônicas interessantes e capacidade para absorver os usos e funções diferentes que não estavam previstos originalmente no programa de atividades da instituição”.¹⁸³ Assim, essas primeiras unidades buscavam, pela primeira vez, fazer coincidir projeto arquitetônico e projeto social, transformando simultaneamente espaços e sociedade¹⁸⁴. As experiências arquitetônicas e as ampliações do programa da entidade - com ênfase nos espaços coletivos -, que decorreram nessa época, foram muito importantes para possibilitar a evolução nos anos seguintes.

O encontro da arquitetura das unidades SESC com as experiências realizadas em São Paulo, a partir dos anos 60, no domínio da arquitetura, foi um momento marcante na história das unidades: ao nível da linguagem e do desenho do espaço, mas também ao nível programático, nomeadamente no que respeita ao desenho dos espaços de lazer / convivência.

O programa do SESC, em constante evolução desde a fundação da entidade, teve novos contributos em 1976, com o “Seminário sobre Lazer” que trouxe novidades para o setor dentro da instituição, afirmando mais uma vez o lazer como ponto fundamental e estruturante de todas as atividades promovidas. O Sociólogo Joffre Dumazedier definia, nessa ocasião, três categorias de lazer: o repouso; o divertimento, recreação e entretenimento; e o desenvolvimento pessoal.¹⁸⁵ Lembrando que, na realidade do Brasil, as atividades de lazer não deveriam se opor ao regime militar, e o esporte ganhou destaque entre as atividades “adequadas”. Consolidava-se assim, uma noção de lazer como atividade construtiva, orientado para o crescimento e desenvolvimento físico, cultural e social do indivíduo.

Às unidades SESC, agora com o nome de Centros Culturais e Desportivos, juntava-se ao modelo do Centro Campestre, que nascia da necessidade de unidades de maior dimensão para a prática do lazer, e que atendia a demanda por um equipamento

180 POMPOLO, 2007, p.76

181 *Ibidem*, p.86

182 *Ibidem*, p.93

183 *Ibidem*, p.83

184 *Ibidem*, p.117

185 *Ibidem*, p.137

de lazer para um grande número de pessoas, em contato com a natureza.¹⁸⁶ Em 1975, a inauguração do Centro em Interlagos, numa zona afastada da cidade, foi um momento importante na história, uma vez que “a construção de uma unidade semelhante era um sonho antigo, que datava já dos anos 1950, mas só o crescimento da demanda ocorrido na década de 1970 tornou-o imperioso e possível.”¹⁸⁷ Foi, à época a concretização de um projeto ambicioso, pois esta unidade “definida como equipamento de lazer, possuía mais de 36.000 m² de área total construída, 500 mil m² de áreas verdes, um conjunto aquático, espaços esportivos, áreas sociais, um auditório, restaurantes e áreas para shows.”¹⁸⁸

No que respeita à arquitetura das unidades, o processo gradual de mudança tinha já sido iniciado no início da década de 60, segundo periodização proposta por Camila Pompolo, mas “A mudança na presidência do SESC, assumida pelo jovem de 29 anos José Papa Júnior, (...) no início dos anos 70, contribui para uma mudança na arquitetura institucional”¹⁸⁹, que neste período ainda tinha alguma unidade ao nível da linguagem: “Assim, saiu de cena a arquitetura espelhada na escola carioca e entrou no palco a geração alinhada a outro movimento, a escola paulista, vertente local do brutalismo.”¹⁹⁰

A arquitetura paulista com toda sua expressividade, recorria a formas simples, o acabamento geralmente era a própria estrutura em concreto armado aparente e as instalações surgiam evidentes, numa linguagem que procurava refletir a verdade dos seus componentes e o jogo de forças implicado no desenho das suas estruturas. Caracterizava-se ainda pelo emprego de estruturas independentes, com poucos apoios na construção de grandes vãos que permitiam um amplo espaço interno, pelo uso de iluminação zenital e o emprego de brise-soleil, também em concreto. As circulações internas e a relação com o exterior eram tendencialmente marcadas por uma grande fluidez, como o recurso a rampas, e deliberadamente diluindo fronteiras entre o interior e o exterior, entre o edifício e a cidade.

A utilização do concreto armado como símbolo do desenvolvimento através da sua plasticidade, permitia diversas possibilidades estruturais e estéticas, que estavam ao serviço dos programas, nomeadamente dos programas das unidades SESC. A partir de um programa elaborado pelo quadro técnico do SESC, o arquiteto recebia as indicações necessárias para iniciar o projeto e desenhar os espaços, mas o processo inverso também era igualmente importante. De fato, a definição do programa das unidades SESC também evoluía à medida que se iam experimentando os novos espaços, pois a cada vez maior polivalência dos espaços que eram projetados permitia a experimentação de novas atividades que, por sua vez, viriam a contribuir para a complementação de um programa mais completo no futuro.

A relação entre a arquitetura das unidades e os programas definidos pela entidade foi, efetivamente sempre uma relação estreita, que permitiu a evolução em ambos os domínios e o encontro entre o SESC e o moderno paulista, permitiu ao programa do SESC confirmar ideias ao nível do programa que já estavam enunciadas, mas que ganharam neste momento uma maior clareza. Assim, a utilização dessa linguagem arquitetônica da época, aplicada de forma certa, refletiu em um desenho característico e novas formas de ocupação dos espaços, criadas com o auxílio dos arquitetos e dos técnicos da entidade.

Um aspecto fundamental será o modo como passaram a ser concebidos os espaços coletivos. A ênfase no desenho de espaços coletivos de grande dimensão, para a realização de atividades coletivas associadas ao desporto e à cultura, era já uma realidade desde o início dos anos 50, mas com a entrada nos anos 60, estes foram progressivamente adquirindo o carácter de verdadeiras praças-cobertas. As áreas de convívio passam assim a ser concebidas como grandes praças internas, onde as atividades acontecem ao ritmo dos seus usuários, em espaços com um carácter híbrido entre o interior e o exterior, caracterizado por uma

186 POMPOLO, 2007, p. 135

187 MIRANDA, 2013, p. 67

188 *Idem*

189 SANTOS, 2019, p. 83

190 SERAPIÃO, Fernando SESC-SP: arquitetura. Coleção Monólito 33. Apud SANTOS, 2019, p. 83

grande polivalência no modo de serem ocupados. O carácter, por vezes interiorizado destes espaços é contrariado pela generosa iluminação que chega a estes grandes espaços cobertos, através de sistemas de iluminação zenital. A continuidade entre o espaço interior e exterior é também um aspecto importante na concepção destes espaços, que acabam por se constituir como verdadeiros edifícios-praça, na continuidade com a envolvente.

O edifício sede que abriga o programa sócio cultural do Centro Campestre de Interlagos é concebido como um edifício-praça que se destaca pela sua horizontalidade e forte plasticidade da fachada, em concreto aparente, onde é visível o sistema de pilares e vigas que sustenta o conjunto e um conjunto de brise-soleils verticais, também em concreto, que protegem o edifício da incidência da luz solar. O volume encaixa num acentuado desnível do terreno, e possui seis pavimentos, intercalados entre níveis alternados, que contribuem para um dinamismo nos espaços e alturas diferentes de pé direito. Na planta, são visíveis as faixas que definem a funcionalidade do volume, sendo a faixa central associada às instalações de apoio e circulação, e as faixas laterais, que não são compartimentadas, aos espaços destinados às atividades do programa sociocultural. A iluminação zenital está presente no centro do edifício e ilumina a faixa central até o nível mais baixo. Os espaços estão em permanente interação entre si através da circulação na faixa central, e com o exterior, já que “o edifício possui fechamento em vidro em toda a sua extensão, o que auxilia na integração do interior com o exterior”.¹⁹¹

Um exemplo talvez mais paradigmático desta tipologia de edifício e da influência do moderno paulista nos SESC é o Centro Cultural Alfredo Aranha de Miranda, em Campinas, inaugurado em 1972, da autoria do arquiteto Renato Nunes, em parceria com Dario Montesano. Também em concreto aparente, o conjunto apresenta soluções mais extremadas ao nível do programa, formal e tipológico que o exemplo anterior. Ao nível programático, para as atividades sociais, educativas e administrativas procurou-se uma solução que “privilegiasse a flexibilidade, com um grande espaço livre, que pudesse ser subdividido e modificado para atender os diferentes tipos de cursos oferecidos pela instituição, que se renovam de acordo com as necessidades do mercado”.¹⁹² A estrutura do pavimento do primeiro andar conforma esse pavimento livre, que por sua vez, foi apoiado sobre as colunas do térreo, e a cobertura que unifica o conjunto todo. O tratamento plástico da estrutura e os sistemas de iluminação zenital implementados nos grandes espaços cobertos, conferem um aspecto de praça interna nestes espaços. Com relação à topografia, o modo como o edifício encaixa no terreno, permite que o espaço exterior e o espaço interior estabeleçam uma clara continuidade. Para não se destacar com uma altura mais alta e tornar o conjunto um único bloco de mesma altura, o setor de esporte foi enterrado parcialmente, ficando a cobertura desse volume ao nível do jardim acima, transformando-se num grande espaço aberto: o ginásio deixou de ser um edifício isolado e passou a ser um grande pavilhão com ligação aos jardins.¹⁹³

Dos projetos dessa segunda fase percebe-se que eles apresentam características comuns, com um modo de projetar semelhante. Essas particularidades são a adoção de um volume único horizontalizado, descolado do chão, encerrando um interior com continuidade espacial, disposto em meios níveis alternados entre rampas ou escadas. “Este recurso amplamente explorado, é bastante interessante, pois permite que os espaços, mesmo em diferentes níveis, estejam em permanente interação.”¹⁹⁴. O destaque também vai para a concepção estrutural que orientava o projeto e a linguagem bruta do concreto aparente, caracterizando-o como um volume puro de estética e de ideais. A utilização do concreto tanto na estrutura quanto em outros elementos “além de conferir sobriedade ao edifício, acaba por caracterizá-lo, criando uma identidade através de uma única peça”¹⁹⁵, sendo comum o recurso a sistemas de iluminação zenital.

191 POMPOLO, 2007, p. 198

192 *Ibidem*, 189

193 POMPOLO, 2007 p. 187-189

194 *Ibidem*, p. 209

195 *Ibidem*, p. 210

Assim, no final dos anos 1970, o novo modo de encarar o vetor lazer já havia causado diversas mudanças nos modos de atuação do SESC, pelo fato de se ter ampliado e reposicionado o seu papel por dentro das atividades providas pela instituição, o que, consequentemente, implicou alterações no desenho das unidades. A convivência, apesar de ainda subjetiva dentro do programa lazer, aos poucos passou a ser mais valorizada como uma atividade comum e necessária, dando abertura para, pouco depois, consolidar a sua integração formal no Referencial Programático, com a construção do SESC Pompeia. Conforme referimos, as experiências no domínio da experimentação arquitetônica deste período tiveram um papel importante neste processo, sobretudo com a consolidação da presença de edifícios-praça no conjunto de tipologias adotado para a construção das unidades. Nestes edifícios, os espaços para atividades coletivas e para encontro e convívio passaram a ser desenhados como grandes praças cobertas, com programa polivalente e em continuidade com o exterior.

As afinidades destes edifícios com as experiências que decorriam, em simultâneo na arquitetura paulista são por demais evidentes, não apenas ao nível da linguagem, mas também da adoção de certas tipologias de espaços. Apesar de ainda não ser assim nomeado na época, os espaços de convivência do SESC, tal como passaram a ser concebidos a partir deste momento, apresentam semelhanças com os espaços de recreio coberto, amplamente utilizado pelo arquiteto Vilanova Artigas em algumas escolas em São Paulo e no espaço central da FAU-USP. Espaços que não são mais que espaços livres cobertos que articulam as diferentes partes do programa e que proporcionam com uma grande informalidade, a realização de atividades coletivas ou simplesmente o encontro entre quem os habita, que é a própria definição de um espaço de convivência do SESC, tal como é entendido na atualidade.

2.1 O edifício-praça e a arquitetura paulista

O edifício-praça em três exemplos

Segundo Eugenio Queiroga, a arquitetura moderna abriu espaços para reinventar modos de organizar espaços e relações nas cidades: “A partir da arquitetura moderna, sobretudo, permitiu-se constituir na cidade novas relações entre espaços livres e edificados, entre espaços voltados à esfera de vida pública, social (domínio comum), e privada. Hoje, sob este aspecto, tem-se gradientes de relações entre sub-espços da cidade muito mais complexos que há um século atrás”.¹⁹⁶

Ainda de acordo com o autor, do estabelecimento destas relações fluídas, matizadas e complexas entre categorias de espaços tradicionalmente estanques da cidade, derivam edifícios que são simultaneamente um edifício e uma praça: os edifício-praça e as praça-edifício.¹⁹⁷ Em ambos os casos trata-se sempre de operações em que os edifícios procuram sempre estabelecer “um diálogo com a cidade, transcendente à função do próprio edifício”¹⁹⁸, ou seja, de pensar a cidade a partir do desenho do próprio edifício e, assim, questionar fronteiras entre o público e o privado, entre o interior e o exterior e entre o individual e o coletivo.

Queiroga distingue ainda, edifício-praça e praça-edifício a partir da forma como se constituem e da relação que estabelecem com a cidade. Segundo este autor, as praças-edifício são “praças fortemente edificadas, constituídas muitas vezes sobre lajes”, “sob as quais se situam programas públicos”¹⁹⁹ e os edifícios-praça, pelo contrário, correspondem a “espaços edificados que, a despeito de serem cobertos, permitem um uso que se aproxima aos usos característicos das praças.”²⁰⁰

São exemplo desta última categoria de edifícios, segundo os autores, alguns edifícios emblemáticos da arquitetura brasileira paulista, que aqui serão analisados e descritos segundo uma grelha de análise comum que elege os aspectos fundamentais que

196 QUEIROGA, 2001, p. 310

197 *Idem*

198 MARQUES; COTRIM, 2014, p. 15

199 QUEIROGA, 2001, p. 310

200 *Ibidem*, p. 311

caracterizam este tipo de edifício. Cobertura/estrutura, Topografia/Cidade, Programa, Luz natural / zenital e “Espaço entre/pracialidade”, serão, assim os pontos a partir dos quais se fará a leitura de três edifícios: o MASP (Museu da Arte de São Paulo); a FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo); e o MuBE (Museu Brasileiro da Escultura). A análise comparativa entre estes três edifícios permitirá perceber que a resolução de cada projeto, assim como, os aspectos fundamentais referidos acima, resultam dos contextos urbanos particulares em que cada um se insere. Contudo, têm em comum o fato de serem edifícios que integram no seu desenho e programa uma praça coberta, que se pretende como espaço de relação com a cidade e integração no desenho urbano da mesma, em particularidades distintas.

MASP, MuBE e FAU-USP

O edifício MASP - Museu de Arte de São Paulo, um edifício de referência da Avenida Paulista, e do centro da cidade de São Paulo, foi projetado pela Arquiteta Lina Bo Bardi (Roma, 5 de dezembro de 1914 — São Paulo, 20 de março de 1992) no ano de 1957 e inaugurado em 1968. O lote de implantação era ocupado por um antigo edifício pertencente à aristocracia paulistana, onde os seus membros costumavam se reunir e disfrutar do antigo belvedere com vista para a cidade, numa Avenida pontuada por pequenos edifícios de uso residencial, cercados por seus grandes jardins. Num contexto de grande crescimento econômico e consequentemente de grande transformação urbana da cidade de São Paulo, a partir de 1950, os pequenos edifícios de caráter residencial passaram a ser substituídos por edifícios de uso comercial de escala completamente distinta, iniciando-se um processo de verticalização da avenida.

O vazio expectante deixado após a demolição da construção existente no lote, onde se viria a instalar o MASP pressupunha, nesse contexto de grande transformação, que o novo edifício que fosse ali construído deveria manter um belvedere para a cidade. E assim Lina o fez. No início da sua construção em 1958, o estilo moderno e livre ainda contrastava com o tecido e o ambiente marcado pelas construções ecléticas do início do Século XX, contudo, e após a sua inauguração em 1968, o MASP, passou a marcar a paisagem da cidade até a atualidade. Mesmo em um contexto urbano bastante denso, o edifício destaca-se pela sua horizontalidade, com uma dimensão pública que o “permite funcionar como praça” ²⁰¹, e com uma presença urbana que “é quase inacreditável até que vejamos com nossos próprios olhos. [...] Um feito espantoso, pois o edifício de fato está e não está ali, devolvendo à cidade tanto espaço quanto o que tirou dela.” ²⁰²

O MuBE é outro exemplar que sintetiza conceitos e particularidades espaciais em estudo na presente tese. Com autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha (Vitória, 25 de outubro de 1928), foi projetado em 1987 e inaugurado em 1995, configurando-se como um importante exemplar da arquitetura moderna paulista. O edifício abrange um contexto urbano de articulação entre a Avenida Europa e a Rua Alemanha, duas importantes vias do bairro Jardins, em São Paulo. Implantado nesse cruzamento, ele acaba por criar uma forte relação com lugar originando um espaço público emblemático contínuo com a cidade. Um novo chão é desenhado para a cidade, é intencionalmente para funcionar como praça-edifício²⁰³. Inicialmente, programado para ser um Museu de Escultura e Ecologia, o grande espaço foi imaginado e desenhado como uma grande jardim, com espelhos de água e árvores de grande dimensão. Este espaço, que seria projetado em parceria com o Arquiteto Paisagista Roberto Burble Max, surgiria como uma “notícia de paisagem”, onde se destacaria um grande elemento de sombra, definido pelo grande pórtico que se destaca da construção do MuBE.²⁰⁴

A FAU-USP é um edifício de autoria do arquiteto João Batista Vilanova Artigas (Curitiba, 23 de junho de 1915 — São Paulo, 12 de janeiro de 1985) em parceria com Carlos Cascaldi, referenciado como o mais importante representante do moderno paulista.

201 QUEIROGA, 2001, p.311

202 BARDI; EYCK, 1997.

203 QUEIROGA, 2001, p.310

204 SPIRO, 2002

Este projeto, iniciado em 1961 e inaugurado em 1969, foi projetado para um cenário urbano diferente do MASP e MuBE - o campus da Universidade de São Paulo, com um conjunto edificado mais distanciado e um sistema viário menos complexo, permitindo que o edifício da FAU-USP fosse implantado em um lote amplo e que, dada a sua escala e monumentalidade, acabou por evidenciar seu protagonismo na paisagem. “O prédio da FAU, como proposta arquitetônica, defende a tese de continuidade espacial. (...) Este prédio acrisola os santos ideais de então: pensei-o como a espacialização da democracia, em espaços dignos, sem portas de entrada, porque o queria como um templo, onde todas as atividades são lícitas”²⁰⁵. Este projeto resulta ainda de conclusões retiradas de uma série de outros projetos ²⁰⁶, que serviram de experimentação para a idealização da sua obra principal, a FAU-USP: expressão máxima de diferentes qualidades espaciais encerradas sob um único volume.

Cobertura/estrutura

O concreto armado foi o material utilizado para construir os três edifícios citados e considerando a generalidade das superfícies com o acabamento à vista, com a exceção dos MASP que evidencia alguns dos seus elementos estruturais através da sua pintura na cor vermelho. Estruturalmente pode-se dizer que o MASP foi dividido em três operações complementares: um edifício semienterrado com acesso à cota mais baixa, voltado para a Avenida Nove de Julho; uma cobertura-terraço que conforma um belvedere de livre acesso ao público a nível da Avenida Paulista; e, por último, um prisma flutuante, que é suspenso para criar abaixo dele um espaço de vão livre, permitindo a passagem e a conexão espacial entre o espaço público, o espaço público coberto e o belvedere. O volume suspenso, “de setenta metros de luz, cinco metros de balanços de cada lado, oito metros de pé direito livre de qualquer coluna” ²⁰⁷, parece flutuar devido ao apoio criado sobre um sistema de quatro pilares de concreto armado, ligados por duas vigas de concreto protendido na cobertura e mais duas intermediárias, que juntos conformam uma estrutura que parece um pórtico, mas não é, tornando-as mais evidentes quando pintadas de vermelho²⁰⁸. A laje elevada, imediatamente acima da cota do belvedere, é suspensa por tirantes presos às duas vigas intermediárias. Ou seja, nesse primeiro nível, “se passa ao lado das barras tirantes, [...] andamos ao lado daquilo que pendura o chão em que pisamos”.²⁰⁹

O MuBE tem a sua estrutura composta por um bloco enterrado que alberga todo o programa interior do edifício, desenhado de encontro ao terreno existente, sobre a qual, e de novo, um prisma “flutuante” define um grande espaço de sombra no exterior do edifício. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha refere que sentiu a necessidade de um elemento de referência para o museu, algo que servisse como apoio às esculturas a nível da praça²¹⁰ e, ao mesmo tempo, referenciasse o museu na paisagem. Desse desejo surgiu então a “pedra no céu”, atribuição dada por Paulo Mendes ao grande o prisma em concreto protendido que foi introduzido como uma grande pala apoiada sobre dois pilares, conformando o pórtico de entrada e proporcionando abrigo coberto ao acesso. Trata-se de uma cobertura em concreto armado com 12 metros de largura, formada por quatro vigas paralelas que vencem um vão de 60 metros e que apoiam sobre os pilares em ambas as extremidades, e pelas lajes inferiores e superiores que conforma, o volume. Este elemento

205 PINHEIRO, 2003, p. 4

206 O sucesso da FAU se deve também a projetos antecessores, que tiveram este mesmo conceito organizacional inovador implantado pelo arquiteto em outras escolas em São Paulo, como o Ginásio Estadual de Guarulhos (1961) e a Escola de Itanhaém (1959). Com um aprimoramento apurado, Artigas o implantou o conceito com maestria no novo edifício da FAU.

207 INSTITUTO LINA BO E P.M. BARDI, 1997.

208 A ideia original de Lina era pintar o pórtico (pilares/vigas) de vermelho, entretanto, tal ação só foi possível mais tarde pois, na época de inauguração do MASP, o país passava por um período de grandes tensões com a ditadura militar e não foi permitido realizar a pintura em vermelho. (CÁRDENAS, 2015, p. 41)

209 CÁRDENAS, 2015, p. 68

210 Paulo Mendes relata ainda que, o próprio edifício se comporta como uma escultura, e a concepção simples foi intencional para não competir com as ricas formas escultóricas que lá seriam expostas.

suspensão é o único elemento acima do nível da rua, demarcando a presença do museu e a sua relação com a paisagem. Para Rafael Antônio Cunha Perrone, o pórtico é uma memória das instalações humanas: a grande laje se configura como uma sombra, um abrigo sobre uma passagem, se trata de um artefato que induz ao percurso cotidiano entre duas ruas enquanto monumentaliza o acesso ao seu interior.²¹¹ O arquiteto trabalhou com um breve ideário brutalista, utilizando concreto armado como principal elemento definidor da forma arquitetônica, que neste edifício obedece a particularidade urbana do local, onde a edificação é alocada no subsolo, resultando na superfície/praca livre ao nível da rua e integrando o projeto à paisagem. De acordo com Hugo Segawa²¹², ele apresenta um amplo conhecimento nos temas de racionalidade construtiva e domínio tecnológico.

Diferente do MuBE e do MASP, no caso da FAU-USP o edifício mostra-se como uma grande caixa de concreto armado que se destaca na paisagem pela sua grandiosidade, simplicidade das linhas e suavidade nos seus pontos de apoio ao solo, que acabam ultrapassando a função de pilar e atuando como esculturas prismáticas. Trata-se um grande volume elevado do pavimento definido pelos planos da fachada com uma dimensão de 66 m de largura por 110 metros de comprimento. Estruturalmente, o volume é composto por um conjunto de vigas invertidas com 1,90m de altura afastadas a cada 5,50m no sentido longitudinal e a 11,00m no sentido transversal, definindo deste modo os três módulos principais que constituem a cobertura, que apoiam sobre 18 pilares. No centro do edifício e na periferia do mesmo, o vão duplica e as vigas vencem um vão de 22 metros no sentido de definir um espaço com vão livre de maior dimensão no centro do edifício. Na periferia do edifício esta duplicação resulta da redução da carga concentrada nestes pontos, numa estrutura que funciona a partir de um princípio da estrutura balançada. Sobre esta estrutura principal, apoia uma malha de vigas de menor dimensão, afastada de 2,50m., que suportam as lajes de piso dos vários níveis. Ao contrário da simplicidade formal do exterior, internamente o edifício “revela-se um invólucro esbelto onde se inserem ‘edifícios dentro do edifício’”²¹³, formando um conjunto de blocos correspondentes a funções específicas, que convergem para o espaço central com caráter de praça. Em comparação ao MASP, no edifício da FAU as fachadas são quase todas encerradas, as paredes estruturais de concreto conformam a geometria da “caixa”. A sua relação com o envolvente e com o exterior existe abaixo da cota da referida “caixa” da cobertura é através da grande cobertura que permita a entrada de luz natural zenital no centro do espaço. O edifício acentua a sua integração espacial através da sucessão de rampas, que permitem chegar a todos os níveis por meio de um percurso articulado com o vazio central, sendo este recurso “bastante interessante, pois permite que os espaços, mesmo em diferentes níveis, estejam em permanente interação.”²¹⁴ O arquiteto conseguiu alcançar uma monumentalidade brutalista com alta sutileza, que segundo Adrian Forty, para realizar este feito tão grandioso sustentando por tão pouco, Artigas e seu engenheiro enfrentaram desafios, afirmando ainda que “o que eu acho notável neste edifício é o contraste entre, por um lado, a extrema elegância e sofisticação da engenharia estrutural, e por outro a rudeza de sua execução”.²¹⁵

Topografia/Cidade

Para a implantação do MASP, foi necessária uma adaptação da topografia existente e uma clarificação dos níveis urbanos que receberiam o programa, resultando em nova relação com a cidade, onde a cobertura do bloco semi-enterrado permite um alargamento da Avenida, abrindo a mesma sobre a paisagem, e conformando um espaço público significativo conhecido como vão do MASP. O local de implantação pertencia ao antigo belvedere (mirante) do parque Trianon *“the old Trianon, a political Centre in São Paulo where many illustrious careers were launched and many meetings and banquets were held on its sun-filled belvedere”*²¹⁶.

211 PERRONE, 2011

212 SEGAWA, 1995, p. 32-46

213 AGUIAR; FAVERO, 2018

214 POMPOLO, 2007, p. 209

215 FORTY, 2013, p. 126

216 BARDI, 2013, p.141

Uma das diretrizes para a construção, era que o novo edifício deveria manter a vista para a cidade, destinada a ser sempre desimpedida e que não se construísse nela. Partindo desta premissa, Lina aproveitou o desnível topográfico²¹⁷ para intensificar a área disponível e deixar as visuais livres, implantando um edifício moderno e puro, que atualmente se destaca pela sua horizontalidade no cenário verticalizado, “como se dialogasse com o Parque Trianon, situado do outro lado da avenida, e composto por uma massa bastante expressiva de vegetação. Lina constituiu um marco arquitetônico pelo contraste com as edificações do entorno (tanto os palacetes, como os edifícios que os substituíram) e pelo respeito à paisagem – as vistas foram preservadas por meio da criação do vão livre.”²¹⁸

Mediante a uma operação similar ao MASP, o edifício do MUBE foi implantado num lote triangular em declive, num contexto de articulação entre duas ruas importantes, onde o projeto assumiu um partido definido pela conexão que Paulo Mendes desejava estabelecer com o lugar, com uma clara conexão entre o lote e o edifício, gerando uma continuidade espacial com a paisagem. A adaptação da geografia do local faz com que terreno e o edifício tornem-se um único elemento, garantindo espaço disponível no subsolo, sem interferir no espaço público de circulação e convivência no nível da rua. Dessa adaptação resulta o desenho de um conjunto de espaços exteriores - jardim, praça coberta, esplanada, largo de entrada - permitindo que, a partir da cota mais alta ou mais baixa do terreno, e das ruas que o conformam, se alcance a entrada do edifício e, conseqüentemente ao interior do mesmo. O arquiteto redesenha a geografia do lugar para receber o edifício e desenha o plano horizontal como um elemento funcional, tomando espaço da cidade, mas ao mesmo tempo devolvendo a ela um espaço público de qualidade. “Paulo Mendes da Rocha não se restringe a estabelecer relações formais entre o projeto e o entorno, mas amplia a função do objeto arquitetônico de modo a caracterizá-lo como ponte para intervenção no contexto onde foi inserido. Seus projetos são agentes modificadores da ordem espacial do habitat do homem”.²¹⁹ Nesse contexto, o projeto nasce como uma área de respiro à densidade urbana, evidenciando ainda mais a estrutura da “pedra no céu”. A maneira como Paulo Mendes trabalha para inserir um projeto na paisagem de forma criativa e provocadora, muitas vezes torna possível reconhecer de imediato o seu trabalho. As operações realizadas no MuBE simbolizam o principal modo de operar do arquiteto, fazendo com que o edifício se coloque no limite entre o objeto construído e a paisagem que se transforma com ele.²²⁰

No caso da FAU-USP, como já citado, o edifício foi implantado em um contexto urbano diferente, no campus da Universidade de São Paulo. O edifício tomou forma em um terreno isolado, relativamente plano e elevado em relação ao nível da rua. Na área vazia imediata ao edifício, Artigas orientou um paisagismo coordenado de arbustos, árvores e palmeiras, além disso, sugeriu algumas espécies nativas aleatórias ao redor do edifício, que hoje conformam uma vegetação mais densa em meio aos gramados e ao estacionamento da universidade, com uma disposição que demonstra a “intenção de uma visual livre de quem está na avenida Luciano Gualberto, do qual se podia ter uma privilegiada visão integral do edifício”²²¹. Ainda assim, sua geometria simples e monumental permite identificá-lo na paisagem em meio à vegetação. O limite entre interior e exterior é tão tênue que é quase imperceptível, e uma peculiaridade, o edifício não tem porta de entrada, conforme Artigas dizia: “eu queria que a entrada fosse como ela é: um peristilo, clássico, grego e, que não tem porta”²²², permitindo ao público escolher o caminho preferido para entrar no edifício. Artigas acreditava

217 “Sua topografia é irregular, apresenta um desnível descendente de treze metros entre a avenida Paulista e a rua Carlos Comenale e fica num quarteirão isolado pelo conjunto de ruas perimetrais, uma ilha entre-ruas.” (CÁRDENAS, 2015, p.46)

218 ARAGÃO; SANDEVILLE, 2017, p. 7

219 PACHECO; VIZIOLI, 2013, p. 5

220 PACHECO; VIZIOLI, 2013, p. 5

221 CAMPIOTTO, Renata Cima - **Projeto de desenvolvimento do Plano de Gestão da Conservação da FAUUSP**. Disponível em <https://conservafau.wordpress.com/2016/10/14/a-fau-mudou-jardim/>

222 João Batista Vilanova Artigas. Vídeo SESCTV - Arquiteturas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/USP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WRCzeyrqp-M>

na capacidade de a arquitetura poder transformar a sociedade, criando relação entre a arquitetura e os processos sociais, no seu contexto urbano/espacial, onde a arquitetura tinha um papel social de facilitar o contato e interação entre as pessoas.

Programa

No MASP, o programa é distribuído em dois volumes, sendo que, no volume semi-enterrado estão instalados a biblioteca, o restaurante, o espaço de serviço, a cozinha e os sanitários, assim como, grande hall cívico. Um espaço amplo, onde na extremidade as escadas em forma de “X” levam ao mezanino desenhado nos limites do espaço, libertando o espaço central e permitindo a definição do pé-direito duplo. “Como espaço expositivo, o Hall Cívico suporta-se da dimensão do espaço e contar com o referido mezanino que percorre todo o perímetro do quadrado [...] permitindo que qualquer exposição seja vista de cima.”²²³ O volume suspenso abriga dois níveis, um primeiro nível, com o vestíbulo, a sala de exposições temporárias, o acervo técnico, a administração e os sanitários. Um segundo nível, e o mezanino alto, que abriga a Pinacoteca do Museu, constituída por um amplo salão para exposições.

Semelhante ao MASP, o programa do MuBE está distribuído em duas grandes componentes: um volume semi-enterrado onde está instalado o programa funcional do museu e uma grande peça “flutuante” que define o espaço de entrada no museu e define um grande espaço exterior em sobra. A grande diferença está na “pedra no céu”, mesmo que esta aparente ter programa dentro dela, a caixa suspensa é apenas uma estrutura-escultura que demarca e acolhe o acesso ao museu. Desse modo, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha resolve todo o programa do museu num único pavimento executado no subsolo, num volume com uma forma trapezoidal, resultante da configuração do lote. Os espaços organizam-se a partir da entrada do edifício num primeiro conjunto de espaços de entrada-recepção, administração e vestíbulo; um segundo conjunto de espaços que define o percurso expositivo - pinacoteca e salas de exposição que terminam num auditório; e um conjunto de espaços de apoio que ocupam o centro do edifício - oficinas, salas de aula, depósito geral, e documentação. Acresce ainda um pequeno volume associado, onde estão instalados os equipamentos e suporte das infraestruturas. Garantiu, deste modo, que museu tenha amplos espaços de exposição interno, e liberando assim espaço livre para a praça e o jardim ao nível da rua, que também conformam espaço expositivo das obras ao ar livre.

Em contrapartida, na FAU-USP, o programa está distribuído por quatro pavimentos, no interior da grande cobertura e seguindo o perímetro do volume. Os pavimentos estão subdivididos em oito meio-níveis que, por sua vez, são compostos por áreas de pavimento intercaladas por espaços vazios com alturas diversas. O programa distribuído dessa forma, articula os espaços através de um percurso e amplia as visuais ao caminhar pelo edifício, com os ambientes sempre voltados para um vazio central, e este voltado a um acesso permeável em qualquer fachada. Ao se analisar o projeto de Artigas percebe-se que “a sensação de generosidade espacial que sua estrutura permite aumentar o grau de convivência, de encontros, de comunicação”²²⁴, com grande destaque para o espaço central do edifício, que será detalhado a seguir. Além de autor do edifício, Artigas foi o fundador do curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo para a Universidade de São Paulo em 1948, e via a “formação do espaço de formação” da escola tradicional de arquitetura como muito funcionalista, o que não era suficiente para a compreensão e complexidade exigidas para a prática da arquitetura e do urbanismo.²²⁵ Foi assim que Artigas rompeu os paradigmas formais e estruturais da escola tradicional de arquitetura e propôs uma solução nova para o programa: a articulação do vazio central (espaço de convivência) com capacidade para unificar todos os demais espaços e fazer do edifício um lugar funcional e original, oferecendo ao “sujeito” um espaço digno para a síntese dos saberes da arquitetura.

223 CÁRDENAS, 2015, p. 28

224 FERRAZ, 1997, p. 101.

225 PERRONE, 2016

Luz natural / zenital

Nos projetos preliminares do MASP, esse tema chegou a ser proposto por Lina quando o volume suspenso se pensava que poderia ser encerrado e a iluminação seria através da cobertura²²⁶, contudo, a ideia foi alterada quando as fachadas do museu passaram a ser transparentes. Já no MuBE, algumas aberturas zenitais aparecem distribuídas na laje de cobertura da exposição (no subsolo), mesmo que tímidas, elas foram projetadas para complementar a iluminação lateral advinda do poço de iluminação. A exposição geralmente é orientada para coincidir com as aberturas pontuais para conferir um efeito mais dramático às obras.

Dos três exemplares em estudo, a FAU-USP é o edifício que, pela escala de intervenção, implicou uma reflexão sobre a necessidade de introduzir iluminação natural no interior do grande espaço coberto que se desenha e, consequentemente, idealizar a entrada da luz de forma zenital. É no edifício da FAU-USP que o estudo da luz zenital se destaca para garantir a iluminação natural do espaço e pela forma como foi desenhada de uma forma intrinsecamente ligada à concepção da estrutura da cobertura do edifício. Artigas concebeu a estrutura do edifício “toda sob uma mesma cobertura de concreto armado aparente, a qual remetendo aos *lacunarium* das estruturas antigas, a cobertura possui vazios recobertos por material translúcido”.²²⁷ Dado a escala e importância do edifício, Artigas pensou uma solução poética para a iluminação²²⁸. A obra “é encimada por uma cobertura em grelha plana cujos vazios são cobertos por placas translúcidas proporcionando iluminação zenital”²²⁹. A execução da cobertura resultou numa complexidade acrescida, uma vez que se procurou resolver com o mesmo elemento, a estrutura, o desenho do “teto” este espaço interior, assim como, a iluminação natural zenital, e o escoamento das águas pluviais. Desse modo, foi implementado um sistema de cofragem em contraplacado na formação de módulos côncavos em forma de pirâmide cortada, com a abertura superior com 1,10m. Este sistema permitiu a concretagem em contínuo da grelha que se constitui como a laje da cobertura e das vigas de suporte da mesma, que no trecho central teve recurso a cabos de pré-esforço. Este sistema, praticamente, oculta a estrutura primária de suporte da cobertura, contudo, permitiu introduzir o desenho detalhado da grelha de concreto que desenha o teto do espaço interior, e a luz que o atravessa.

“Espaço entre”/ Pracialidade

No MASP, a composição volumétrica bipartida liberta um vazio entre as duas partes, a que se deu o nome de Esplanada Lina Bo Bardi ou Vão Livre do MASP: uma praça coberta em que “até mesmo estranha altura de oito metros do trecho coberto, nos convida a conhecer a obra e enriquece o contexto na qual está inserido”.²³⁰ O espaço tem uma multiplicidade aparente, atuando como uma praça, um mirante, um lugar de encontro, de contemplação, de convivência e é até palco de manifestações e espetáculos. Afirmo a autora, que procurou criar um espaço simples, cheio de possibilidades, e simultaneamente monumental no sentido de possibilitar a liberdade e dignidade cívica. Como parte dos princípios de liberdade espacial e de livre apropriação, Lina ainda recusou um projeto de jardim feito por Roberto Burle Marx para este local, assumindo que “...um projeto unitário e integrado não admite alterações: o Belvedere do Trianon [...] será uma praça sem jardim, para o encontro do povo, exposições ao ar-livre e concertos, nada mais”.²³¹

226 CÁRDENAS, 2015, p. 27

227 CÁRDENAS, 2015, p. 23

228 Vilanova Artigas costumava dizer, “eu sempre achei que a obra que eu fazia não era pra ser olhada do lado de fora, mas, para ser um espetáculo para quem desfruta dela.” - SescTv. Disponível em www.youtube.com/watch?v=WRCzeyrqp-M&t=1757s [Consultado em 09/12/2019]

229 AGUIAR; FAVERO, 2018

230 CÁRDENAS, 2015, p. 112

231 Em carta para Burle Marx, datada de 13 de julho de 1967, Lina confirmava o princípio de liberdade e de livre apropriação deste espaço. (CARRILHO, 2004, p. 58-63)

Com uma semelhança ao Vão livre do MASP, o projeto do MuBE foi criado como uma resposta pública ao meio urbano. A parcialidade está presente tanto na praça-museu externa quanto no museu-praça interno, onde ambos permitem o encontro e convivência num contexto urbano específico. A praça externa é um espaço urbano livre dentro da cidade, que tem estrutura para exposições e ainda garante uma fluidez de percursos. O princípio de continuidade interior-exterior é garantido através das rampas e escadas que conectam todos os níveis, convidando a um passeio que se estende para dentro e fora do edifício, criando “uma gentileza urbana penetrável”.²³² Da mesma forma que Artigas, Paulo Mendes cria relações entre o individual e o coletivo, de uma maneira que o privado ganha caráter de público²³³.

Já na FAU-USP, o “espaço entre”, mesmo tipologicamente diferente do MASP e do MuBE, apresenta o mesmo conceito da parcialidade, internamente. No centro do edifício está o espaço mais icônico do projeto, o Salão Caramelo, “caracterizado enquanto um lugar de recepção, acolhimento e interação, o Salão Caramelo organiza os espaços da faculdade ao seu redor, sendo ponto de convergência, seja visual ou física, entre os pavimentos. É por esta marcante característica que se configura como praça coberta, onde ocorrem assembleias, exposições, montagens e cerimônias”.²³⁴ Esse espaço permite ainda uma “interlocução constante entre os usuários e a arquitetura”²³⁵ e os espaços estão sempre conectados de alguma maneira, pois as barreiras que os dividem não os encerram por completo, mas são apenas elementos delimitadores das funções. É no Salão Caramelo apresenta uma ideologia arquitetônica comunitária e inclusiva, onde a parcialidade é evidente devido a coletividade de usos e as características espaciais que induzem ao encontro e a convivência dos usuários. De espaços predominantemente individuais, a nova estrutura escolar proposta por Artigas agora “cedem ao coletivo, geralmente expresso na área de convívio entre os usuários, verdadeiras 'praças internas', revelando que, embora seja introspectivo, o edifício, o edifício possui um forte caráter comunitário [...]”²³⁶

2.2 STONE IN THE LANDSCAPE

No último ponto da última parte, regressa-se ao programa e ao lote do Concurso Universidades da Trienal de arquitetura de Lisboa, com uma proposta para o centro comunitário e interpretativo: *Stone in the Landscape*. Propõe-se a construção de um edifício inspirado nos edifícios-praça, ou seja, um edifício que, pelo seu carácter híbrido e ambíguo no que respeita à sua relação com a cidade seja capaz de se constituir como parte do espaço público de Marvila, e que, simultaneamente, com sua volumetria clara e linguagem depurada seja um marco nesta paisagem fragmentada. A descrição do projeto é, assim, feita a partir da mesma sequência de temas segundo a qual foram descritos os projetos de edifício-praça, no ponto anterior: Estrutura/Cobertura; Topografia/Cidade; Programa; Luz zenital e “Espaço Entre”: Pracialidade

Estrutura/Cobertura

Como primeiro grande gesto de construção do edifício, tem-se o desenho de uma grande cobertura que demarca com uma forma clara e geométrica o limite do território sobre o qual se vai atuar, e que atua como um prisma na paisagem. À lógica dos recintos cintados e claramente conformados que desenham as restantes intervenções de novas construções no conjunto do SESC, propõe-se para este lote uma grande estrutura suspensa, que, com a sua geometria clara, seja igualmente capaz de resolver as questões da Informidade do território e de construir espaços para abrigar o programa. Assim, em resposta à questão da racionalidade construtiva, que é o tema central do Concurso, propõe-se uma estrutura-cobertura que abrigue espaços dentro e sob ela.

232 SPERLING, 2001

233 SEGAWA, 1995, p. 32-46

234 A fau mudou – salão caramelo. Disponível em <https://conservafau.wordpress.com/2017/03/24/a-fau-mudou-salao-caramelo/>

235 PERRONE, 2016

236 POMPOLO, 2007, p. 210

A estrutura-cobertura do edifício *Stone in the Landscape*, começa por ser um grande aro retangular de 36,5mx108,5m, formado por planos de paredes/vigas autoportantes em concreto armado, no seu perímetro. As peças de travamento desta estrutura definem três tramos, de igual dimensão, que virão a determinar uma primeira organização geral de espaços e programa. A inserção de duas vigas longitudinais, que atravessam o primeiro e segundo tramos permitem diminuir a dimensão dos vãos, por forma a possibilitar a inserção de elementos em betão pré-fabricados, na construção das lajes e da cobertura. Assim, é introduzida uma laje de piso no primeiro tramo do edifício, que permitirá habitar esta secção do edifício, e uma sequência de vigas transversais, assentes sobre as vigas longitudinais, nos primeiros e segundo tramos, e que servirão de base à construção do teto desta grande cobertura habitada. A estruturação dessas vigas de cobertura foi projetada de forma lógica e sequencial, onde a seção e os espaçamentos são sempre iguais, com dimensões definidas conforme tecnologias existentes, e que permitem a sua execução em concreto armado pré fabricado. O espaçamento permite ainda escala para racionalização de corredores, instalações sanitárias, escadas, elevadores e área técnica.

O apoio desta estrutura suspensa é feito, no tramo junto à Quinta dos Alfinetes, diretamente no terreno, à cota mais alta do lote, ficando os dois restantes tramos apoiados por suportes verticais dispostos ao longo das duas vigas transversais. Estes suportes verticais não são mais que os pontos de apoio das quatro vigas-parede que atravessam a estrutura, longitudinalmente, e têm escala de paredes portantes, pois suportam uma grande carga e permitem que o primeiro tramo esteja em balanço.

As decisões relativamente à estrutura foram sendo consecutivamente tomadas tendo em conta o conjunto, no sentido de arquitetar da melhor maneira possível forma e estrutura, segundo um pensamento integrado em que a lógica da construção e da concepção da estrutura está a serviço do desenho do espaço, e da organização das valências fundamentais do programa. Tudo acontece de maneira simultânea, por forma a que a estrutura e a sua lógica construtiva permitam a criação de espaços capazes de garantir a boa articulação do programa proposto, garantindo simultaneamente a polivalência desses mesmos espaços. De fato, o desenho dos espaços definidos por este esquema estrutural deve possibilitar a adaptação a uma variedade de funções e aparências, ao mesmo tempo que permanece profundamente o mesmo. Por outro lado, procurou-se também que a concepção da estrutura resultasse num volume claro, à justa escala, e capaz de, não só abrigar o programa, mas também ter uma expressão arquitetónica relevante na paisagem de Marvila.

Uma redesenhada topografia

Desenhos e fotos:

[Esquema plataforma cota 58]

[Esquema plataforma cota 53]

[Esquema plataforma cota 49]

[Foto da topografia atual]

[Foto da topografia redesenhada]

O lote onde se implanta o edifício limita com espaços de natureza muito diversa, muito pouco qualificados e implantados a cotas diferentes, que resultam de um conjunto de operações de transformação deste território que não foram devidamente articuladas segundo um desenho conjunto. Assim, sob a grande cobertura suspensa, um segundo nível de intervenção propõe redesenhar a topografia, de forma a “costurar” os vários espaços abertos imediatamente adjacentes ao edifício, que carecem atualmente de ligações e de relações mais qualificadas entre as partes, e desenhar a relação destes com o novo edifício, preservando, ao mesmo tempo, a leitura do edifício enquanto monólito, suspenso sobre o território. A proposta consiste num conjunto de três plataformas, a três cotas diferentes, que prolongam os espaços abertos existentes e se articulam com os espaços exteriores do edifício: uma primeira

plataforma à cota 58²³⁷, uma segunda plataforma à cota 53; e uma terceira à cota 49. À cota alta, o volume suspenso encontra a cota da Quinta dos Alfinetes, enquanto que ao nível intermediário se faz a ligação com os edifícios comerciais da praça a norte, ficando a cota mais baixa na continuidade com a cidade, na direção do rio.

A plataforma à cota mais alta (cota 58.00) é aquela onde se situa o Palacete da Quinta dos Alfinetes e tem ligação direta com a Azinhaga dos Alfinetes e com a Avenida Paulo VI. É a esta cota que assenta a cobertura, próximo de um dos muros laterais do edifício, mas garantindo uma relação de escala equilibrada entre a cota superior do volume da cobertura e a cota deste edifício histórico. Ao assentar na totalidade sobre esta plataforma, o tramo localizado neste extremo da cobertura transforma-se num espaço cintado, de forma quadrangular, com uma relação de escala próxima dos espaços cintados existentes no interior da quinta. A cota intermédia (cota 53.00), prolonga o espaço da praça adjacente às torres residenciais para dentro do lote e do edifício, criando uma espécie de mirante à cota intermediária que proporciona boas visuais para a cidade e para o Tejo, sob a cobertura em balanço que projeta sombra sobre essa superfície. Esta pequena praça coberta assenta sobre um piso semi-enterrado do edifício, implantado na cota abaixo (49.00), que se estende para lá do limite da cobertura suspensa e que resolve o encontro com a topografia, a Sul.

As plataformas foram concebidas como extensões de espaço público, por forma a ampliar a função do projeto como objeto arquitetónico, facilitar a ligação do projeto à malha urbana e garantir a fluidez da ligação entre os programas localizados nos três níveis. Mas sobretudo, o edifício é o lugar a partir do qual se faz a articulação entre as várias cotas e os vários espaços públicos neles localizados, uma vez que é no seu interior que se encontram as circulações verticais que ligam os vários níveis, o que reforça o seu papel como parte integrante do espaço público da cidade.

A distribuição do Programa

Desenhos e fotos:

[Esquema plataforma cota 58]

[Esquema plataforma cota 53]

[Esquema plataforma cota 49]

[Foto da topografia atual]

[Foto da topografia redesenhada]

Neste ponto descreve-se o modo como se vai “habitar” esse edifício-cobertura e como são os espaços dentro da redesenhada topografia. Distribuído pelos três níveis, o programa do edifício visa atender às questões de convivência, polivalência e integração, e compreende três espaços que representam esses temas, denominados de “espaços entre” - o jardim, o exterior coberto e o espaço de convivência -, que serão detalhados no último ponto.

Procura-se dar ênfase na qualidade do projeto arquitetónico para que este seja capaz de promover os espaços de convivência, público ou privado. O importante é que o projeto ofereça espaços de qualidade com abrangência não só a nível da comunidade, mas a todos que visitem o espaço.

O equipamento busca ser atrativo e acessível a todos, com espaços fisicamente e visualmente integrados entre si, atendendo as atividades propostas e com potencial de agregar novas atividades de lazer, partindo da experiência dos seus usuários. Quanto a questão da polivalência, o edifício deve “permitir uma fácil conversão de seus espaços para a realização de atividades diferenciadas.”²³⁸ De todo o programa do SESC disseminado, neste edifício estão concentrados os espaços que suportam o “pilar”

²³⁷ Altitude topográfica, em metros, conforme o nível do mar.

²³⁸ POMPOLO, 2007, p. 231

cultural do conjunto. Os espaços são distribuídos pelos níveis, apropriados de acordo com a melhor relação entre o edifício e a envolvente.

Na escala do SESC disseminado, as linhas programáticas da cultura, lazer, assistência e educação, estão distribuídas de acordo com a articulação com os equipamentos existentes. Na escala do edifício *Stone in the Landscape* propõe-se uma arquitetura sociocultural com implantação urbana apropriada aos critérios estéticos e funcionais do programa, com espaços que são criados para complementar e unificar as infraestruturas existentes: espaços mutáveis que garantam flexibilidade no uso de acordo com o tipo de atividade a ser desenvolvida, e com ênfase em atividades para convivência, lazer, culturais, educação socioeducativa, e recreação.

O lazer pode ser interpretado de diversas formas. O centro cultural aqui apresentado destina-se a um conjunto de espaços de formação que satisfaçam todas essas formas, sejam os alvos crianças, jovens, adultos ou idosos, de forma que possam desfrutar do tempo livre através da realização pessoal. O horário de lazer pode variar desde as horas livres no final da jornada de trabalho até os fins de semana ou durante a reforma. O fundamental é proporcionar espaços capazes de suprir as necessidades dentro dessas variações. Almejando o bem-estar balanceado entre o corpo e o espírito, disponibilizam-se ações que proporcionem o equilíbrio através de atividades artísticas, intelectuais, físicas e sociais. São espaços inclusivos e que contém estrutura para realização de atividades que satisfaçam os seus usuários.

[Página do nível 58.00]

À cota 58.00 o programa do edifício compreende apenas espaços contidos no interior do volume da cobertura: um que é exterior - jardim -, e outro interior - sala de exposições -, articulados por um amplo vazio central, entre os dois. Assim, podemos afirmar que se trata, efetivamente, de uma “cobertura habitada”, suspensa sobre os demais espaços do conjunto.

Começando pelo tramo da cobertura mais próximo da Quinta dos Alfinetes, encontramos um espaço de jardim murado - o primeiro “espaço entre” - que ocupa o interior de um dos três tramos que compõem esta cobertura, delimitado pela geometria do edifício, com aproximadamente 35 por 35 metros. Este espaço verde constitui uma das entradas no edifício, a partir do qual se apresentam duas possibilidades de acesso aos espaços interiores: uma escada que leva aos níveis inferiores e uma passarela que percorre o espaço central e leva ao espaço de exposição. O espaço tem ligação direta com o Palácio da Quinta dos Alfinetes e o seu pátio interior, com a Azinhaga dos Alfinetes e com Avenida Paulo VI.

A escolha de integrar a sala de exposições no interior desta cobertura obedeceu a dois princípios: procurou-se, por um lado, não sobrecarregar este espaço com programas que implicassem infraestruturas muito pesadas e por outro associar a este espaço um programa que se conseguisse adaptar às condicionantes que esta estrutura representa e que, para além disso, fosse capaz de a valorizar. Ao entrar na sala de exposições, o visitante encontra o *hall* do espaço expositivo, seguido de apoio central e instalações sanitárias. Na área de exposições, que acontece sempre à volta do apoio, o usuário percorre as grandes salas, onde a liberdade de visitação permite que o percurso sempre termine no ponto inicial da exposição. Por questões técnicas e de segurança, além das escadas e elevadores, neste nível há uma escada extra de emergência na extremidade oeste do edifício, que vai para o nível intermediário (53.00).

[Página do nível 53.00]

O usuário que chega ao edifício pela rua Dinah Silveira de Queiroz ou pelo Largo Luís Dourdil, à cota 53.00, depara-se com um espaço sob a porção da cobertura que está em balanço, permitindo a criação de um pavimento livre, que é definido como o segundo “espaço entre” e tem visuais privilegiadas sobre a cidade e a zona ribeirinha. Com o objetivo de aproveitar essas visuais, é proposto uma explanada e um restaurante “transparente”. Para que isso fosse possível, todo o setor de serviço do restaurante ficou um nível abaixo (nível 49.00), o que contribuiu para garantir melhor recolha e abastecimento do setor pela entrada de serviço criada nesse nível. Associados à estrutura estão dois elevadores, um monta-cargas e uma escada circular que garantem a circulação vertical tanto ao nível superior quanto ao inferior.

Neste ponto intermediário também é possível encontrar outras relações com o entorno imediato como ao noroeste os diversos estabelecimentos comerciais com frente para o Largo Luís Dourdil, que atua como zona intermediária entre a implantação do edifício e o comércio existente. De fato, este pequeno largo é, apesar de tudo o espaço mais consolidado e qualificado da envolvente imediata, com um fluxo de habitantes associado às torres e às áreas comerciais, pelo que faz sentido localizar a esta cota os espaços mais públicos do SESC, como o restaurante. Para garantir melhor qualidade espacial e fluidez, o mesmo foi pensado como uma espécie espaço verde, com acréscimo de vegetação, plantio de mais árvores, clarificação dos acessos e percursos também para usufruto dos moradores das torres residenciais. O estacionamento existente foi redesenhado com a introdução de um corredor retilíneo central, permitindo reduzir a área de circulação dos carros, melhorando os fluxos e integrando melhor o espaço.

Para garantir um espaço livre no nível do largo, foi decidido acomodar os espaços funcionais do programa no subsolo, liberando esta expressiva área acima. Essas operações não desenham apenas espaços como base, mas colaboram para uma geografia própria do território, para receber o volume suspenso da cobertura. Assim, toda a plataforma a nível 53.00 tem fluidez nos percursos e faz conexão direta com a rua Dinah Silveira de Queiroz e com a Azinhaga dos Alfinetes.

[Página do nível 49]

Este piso, semi-enterrado, acolhe programa variado, de tipologias e escalas diversas. Se por um lado este é o piso onde se situa o mais importante e central espaço do SESC Marvila - a Área de Convivência (a detalhar no último ponto) - este piso abriga também espaços de pequena dimensão, e a maioria dos espaços de serviço. Assim, no nível 49.00 a operação topográfica foi densificada e os espaços mais compartimentados por forma a abrigar funções de apoio ao conjunto, nomeadamente, à própria Área de Convivência.

O limite da área construída foi feito em conformidade com o desenho da plataforma, permitindo que a área no pavimento acima esteja livre e se conecte diretamente com a praça no Largo. Como é o nível que tem acesso de veículos direto à cota da rua Dinah Silveira de Queiroz, o setor de serviço foi completamente organizado neste nível, com ampla entrada de serviço a noroeste, estacionamento para funcionários, carga e descarga do restaurante, acesso ao monta cargas e depósito da exposição, além de áreas técnicas e de apoio ao funcionamento do espaço central. Este setor de apoio, em formato de "T", abriga todo o serviço do restaurante como copa, cozinha, despensa, monta-pratos, instalações sanitárias/clientes, depósito de lixo. Na sequência foram dispostos os vestiários e as instalações sanitárias para os funcionários, para o público, camarins e depósito. A área técnica e de apoio à sala expositiva ficam atrás do núcleo de elevadores, com conexão direta ao monta-cargas da exposição. Em frente aos elevadores estão a recepção e o setor administrativo, com estações de trabalho, copa e instalação sanitária. Os camarins e a área técnica podem ser abertos para utilização como área extra do espaço central. A central de atendimento ao público fica na recepção, com a circulação vertical próxima, possibilitando o acesso rápido ao restaurante ou à exposição no último nível. Nesta área, anexa à administrativa, são dadas informações sobre o funcionamento e programação do centro e de suas exposições, são feitas matrículas para as aulas e oficinas, e reservas para os eventos. O balcão, na parte sul de acesso, serve para controle da entrada e circulação nas salas de aula e oficinas, guarda volumes, bancada de estudo e refeições. Na área a esquerda da administração está o lounge, um espaço intermediário que visa intensificar o convívio e a qualidade espacial entre os espaços educativos nos intervalos das atividades das salas de aulas e workshops. As oficinas e as salas de aula são versáteis e ampliáveis, facilitando a dinâmica educativa em grupo. São previstas instalações hidráulicas para a adição de lavatórios. As salas de aula, que estão junto às oficinas, são também espaços com capacidade para cursos e formações. O ato de aproveitar o plano de base rebaixado para inserir a edificação no subolo é um recurso utilizado por diversos arquitetos, pois permite a acomodação do programa funcional numa base inferior, e libera um ambiente livre e expressivo no nível acima. Ainda neste pavimento, encontra-se o espaço para 500 pessoas / Área de convivência, um espaço exterior coberto, iluminado e ventilado naturalmente. O espaço tem grandes dimensões, aproximadamente 1.200m² de área e pé direito triplo, com configuração flexível para receber diversas atividades como concertos, espetáculos, pequenas exposições, performances teatrais. Da mesma forma que Lina em Pompéia, esse espaço é um espaço livre para o exercício da dignidade cívica,

para o encontro e a convivência. É um recinto com flexibilidade de uso, pode ter a área ampliada ou limitada de acordo com a atividade proposta e a quantidade de público.- a detalhar no último ponto deste capítulo - e um auditório multiuso para dança, ginástica, teatro e cinema. Trata-se de um espaço de dimensão modesta, com capacidade para x lugares, revestido com materiais que melhoram a sua performance ao nível acústico, e em que o palco pode ser ajustado para projeção e artes cênicas.

No geral, o programa é pensado para proporcionar liberdade e polivalência de usos, conforme expresso no regulamento do concurso. Os espaços não têm uma função fixa, e devem ser lugares que convidem ao convívio e capazes de se reinventar conforme as necessidades.

A luz natural zenital

Pensar o edifício e a forma como se vai habitá-lo, implica também em conceber um modo de o iluminar. Desde o princípio de estruturação formal do edifício, foi assumida a forma pura e encerrada, sem aberturas para o exterior nos planos de parede/viga. Essa decisão de construir grandes espaços encerrados resulta em reflexões sobre como resolver as diretrizes de iluminação natural. Seguindo esse conceito, a decisão foi abrir para cima, trazer a luz do céu. Para garantir um conforto e uma boa relação dos espaços interiores com o céu, a melhor solução foi a tipologia de iluminação zenital.

A iluminação natural zenital, termo que deriva da palavra zênite, significa um ponto de referência imaginário na esfera celeste acima do observador, traçado verticalmente em relação à superfície terrestre.²³⁹ Grosso modo a luz zenital é a luz natural proveniente do céu que penetra no ambiente através da cobertura. A luz zenital é um tema associado muito importante para a construção desta proposta, onde ela atua como elemento de valorização da estrutura e do espaço.

Nesta etapa do projeto as decisões foram tomadas para garantir a melhor maneira de compor uma estrutura que incorpore a luz, assim, a estruturação da cobertura sempre seguiu uma lógica construtiva proposital para liberar um espaçamento entre as vigas e otimizar a implementação de um sistema eficiente de luz zenital. A cobertura não é uma estrutura transparente, mas procura uma relação de complementação entre dois meios: espaço interior e céu.

Acredita-se que espaços interiores que transmitem magnitude são aqueles que não se conseguem descrever vistos pelo exterior, que não revelam, nas suas fachadas, como eles são iluminados, pois a experiência só é sentida e vista por quem está dentro. Da mesma forma que Vilanova Artigas pensou a FAU-USP, o espaço externo não revela logo o que acontece dentro, as experiências são únicas para quem vai experimentá-lo dentro.

Por outro lado, importa ressaltar as questões de sustentabilidade na construção e diminuir o uso dos recursos finitos de energia armazenada da terra e aproveitar, continuamente, as fontes de energia natural. Conforme defendido por William C. Lam, a luz natural deve promover economia e satisfação, e que as economias causadas pelo bom proveito da luz natural basicamente são duas: ambientes interiores mais confortáveis e produtivos para os indivíduos e redução dos custos energéticos do edifício *“designing without considering energy costs is akin to farming without considering water supply”*²⁴⁰ A concepção do espaço deve englobar um design objetivo que satisfaça as necessidades biológicas do ser humano, de forma equilibrada e segura, e com atratividade para a permanência do mesmo.

Por último, e em complemento ao que foi analisado nas relações interpessoais de convivência na comunidade de Marvila, há aqui um interesse na relação entre luz e experiência humana, e no modo como esse encontro pode melhorar o senso de existência e permanência no espaço.

239 FROTA; SCHIFFER, 2001

240 LAM, 1986, p. 6

Que céu é este?

O céu sobre ela é portanto a única coisa clara, transparente e compreensível." ²⁴¹

No filme *Wings of Desire*, de Wim Wenders (*Der Himmel über Berlin*), o produtor idealiza uma história sobre as relações entre as formas invisíveis do passado e do futuro, uma ideia de coexistência entre dois universos, numa narrativa acontece no território da cidade de Berlim, quando ela era dividida pelo Muro de Berlim. O muro dividia a cidade em dois universos distintos, mas ao mesmo tempo permitia uma relação deles com o céu, espaços divididos pela estrutura e unificados pelo céu.

O mesmo desejo está presente na concepção deste edifício. No universo particular de Marvila já contextualizado anteriormente e marcado pela grande descontinuidade e informidade, procurou estabelecer-se uma relação com o elemento que unifica todos estes territórios, e os espaços interiores, apesar dos diferentes usos que o qualificam. A luz zenital é a ferramenta que possibilita essa conexão. A cobertura torna-se a fachada.

Aplicação no projeto

Do mesmo modo que Vilanova Artigas idealizou e projetou a cobertura para a FAU-USP, desenhando um elemento integrado que procura resolver todas as questões relacionadas com a estrutura, iluminação natural zenital e escoamento das águas pluviais, ao mesmo tempo que definiu a grelha que constitui o teto que unifica todos os espaços localizados sob a mesma, também neste projeto procurou-se definir um elemento cobertura que resolve-se as problemáticas construtivas referidas, e que procura-se resolver através do mesmo elemento as relações com esse elemento unificador - o céu.

Contudo, considerando as diferenças associadas ao programa instalado sob a cobertura, a estrutura de base da cobertura será complementada com os elementos e interfaces necessários à correção dessa mesma relação, de forma a adequar com a utilização dos espaços.

A quantidade da luz é apenas um dos fatores que determinam a visibilidade e a qualidade geral dos espaços iluminados neste projeto. Cada espaço e observador têm as suas imposições e limites, e ambos possuem características específicas. Além da geometria da iluminação, é importante que os níveis quantitativos e qualitativos estejam sempre equilibrados.

Por outro lado, a definição do monolítico constituído por fachadas cegas, volume puro e colossal - *Stone in the Landscape* - permite ser reconhecida de longe no território, fazendo referência à paisagem num ato que a distingue da escala do resto. Torna-se a protagonista daquele lugar.

A luz e os três momentos

O grande volume suspenso da cobertura, da referida cobertura-fachada é a fonte de iluminação natural zenital para os espaços desenhadas sobre a mesma. Numa solução em que o carácter dos espaços se define na sua relação visual com o exterior, não com a envolvente, mas apenas com o céu, o modo como se permite que a luz entre nos espaços é aspecto fundamental na definição daquilo que estes são ou podem ser. As vigas de cobertura, que cobrem dois dos tramos da estrutura definem um primeiro plano de relação entre os espaços e o céu e a sequência lógica do seu posicionamento pressupõe a instalação de um sistema de iluminação zenital, que seja adaptada a cada um dos ambientes e programas que se pretende construir. Cada um dos três tramos apresenta uma relação com a luz natural que define três momentos no interior do edifício de forma clara, com graus de sofisticação adaptados ao programa que servem: Jardim murado; espaço de convivência e espaço expositivo.

No jardim encerrado no nível mais alto, a relação com o céu acontece de forma direta e o visitante pode ter contato direto com a luz solar em meio a natureza. O sol, ao movimentar-se durante o dia, vai gerando um jogo poético de luz e sombra em meio à copa das árvores.

241 WENDERS, 1990, p. 104

O espaço central de convivência, cuja espacialidade será explicada no ponto seguinte, tem caráter de exterior coberto com triplo pé direito, onde o controle da luz solar é feito através de dispositivos elétricos em tecido perfurado, que, ao mesmo tempo, permitem a abertura total para entrada de luz solar direta quando desejada. Nesse espaço, quando se aumentou a distância entre a zenital e o chão, foi minimizado o contraste entre a abertura e o espaço iluminado, melhorando a uniformidade da luz natural e as qualidades espaciais para a permanência dos usuários. Como estratégia contra o superaquecimento, a radiação solar tem a sua entrada controlada de acordo com a demanda desejada, permitindo a abertura intercalada dos módulos para a ventilação.

No terceiro momento, que abriga o espaço expositivo, a resposta ao programa requer uma solução mais complexa dessa luz, e para otimizar a performance da zenital nessa área é preferível utilizar a luz difusa do sol, e assim o sombreamento neste espaço é feito de forma mais diligente. Os dispositivos são tecnológicos e inteligentes conforme será visto no ponto seguinte.

Na iluminação de topo, as paredes são elementos importantes no conjunto, onde o contraste entre a luz e a superfície vertical próxima à abertura pode causar ofuscamento indesejado. A luz direta vinda do topo cria caminhos ao tocar chão, que por sua vez, são totalmente dependentes do pé direito que influencia na intensidade do resultado. Dessa forma, o pé direito foi tratado em diferentes escalas no projeto, garantindo sempre a escala humana como referência espacial. As aberturas zenitais, em comparação às verticais, também apresentam vantagens pois liberam os espaços e permitem o uso mais livre das paredes.

Sistema Velux

Como solução para a cobertura zenital deste edifício utilizou-se o sistema de cobertura *Velux Modular Skylights*.²⁴² Esse dispositivo foi desenvolvido pela Velux em parceria com os profissionais do escritório Foster + Partners, o qual permite soluções zenitais modulares para uma iluminação natural de amplos edifícios através de grandes planos envidraçados na cobertura. As soluções oferecidas pela *Velux Modular Skylights* são diversas, e a recomendada para o edifício *Stone in the Landscape* foi o sistema *Atrium Longlight 5-30°*. Esse sistema é composto por módulos individuais, que são distribuídos em sequência, formando um conjunto integrado em grande escala. O seu dimensionamento foi feito com base no comprimento das vigas estruturais e do espaçamento pré-estabelecido entre elas no projeto. A disposição por meio de módulos permitiu um desenho mais intuitivo de acordo com a atmosfera interior pretendida para os momentos referidos. O sistema possui um desempenho avançado, permitindo módulos com abertura para ventilação natural, com flexibilidade na escolha dos acabamentos, além disso, a instalação é feita de maneira fácil e rápida. Os sistemas Velux estão disponíveis em uma ampla gama de tamanhos e funcionalidades.

Para garantir boa distribuição da luz e ventilação natural do projeto, os módulos foram dispostos de maneira intercalada entre módulos fixos e módulos ventilados, garantindo uma ventilação de conforto motorizada, com abertura de até 410mm. Os perfis estruturais que suportam o módulo fixo e o módulo ventilado são diferentes internamente, sendo um atuador de corrente oculta que permite a abertura do módulo ventilado, mas o design exterior de ambos os módulos são visualmente idênticos na posição fechada. Essas claraboias modulares são construídas com caixilho e vidro de alto desempenho. Todos os componentes são entregues como módulos pré-fabricados, com dispositivos de acabamento que garantem a finalização e a estanqueidade do conjunto.

As soluções modulares da linha *Longlight* permitem ampla entrada de luz natural e desempenho para controle do aquecimento. As vigas da cobertura foram adaptadas para receber esse sistema, ao mesmo tempo que estruturam o edifício, servem de suporte para a instalação dos módulos. Na extremidade para onde os módulos convergem desenha-se uma calha de drenagem na parte superior da própria viga de betão estrutural.

Cada módulo possui um conjunto específico de componentes que garantem o bom funcionamento do sistema. Os componentes do revestimento exterior são fixados nos quatro lados da claraboia, garantindo uma conexão estanque entre o perfil e o caixilho tanto em módulos fixo quanto ventilados. O material do revestimento é em alumínio extrudado com pó de granito cinza, resistente a riscos para maior proteção contra intempéries climáticas. Há ainda o revestimento de suporte pré-fabricado, que garante

²⁴² Mais informações em Velux. Disponível em <https://commercial.velux.com/products/modular-skylights/modular-skylight-solutions>

uma solução de alta qualidade, fornecendo uma conexão estanque entre o teto, a sub-construção e o módulo, com um processo de instalação rápido e seguro. As peças que fornecem o acabamento da parte superior, lateral e da secção inferior, são feitas em alumínio pintado.

A composição estrutural dos perfis é produzida com 80% de fibra de vidro e 20% de compósito de poliuretano. Essa composição garante um alto desempenho no isolamento térmico e na estabilidade térmica, com excelente rigidez e resistência à deflexão do perfil. As características dessa composição permitem a execução de perfis finos e com resistência autossustentável e capacidade de suportar amplas instalações. Além disso, é um material não corrosivo e eletricamente não condutor.

As claraboias modulares Velux oferecem a possibilidade de vidro *low-energy* duplo ou triplo. Para este projeto foram escolhidas as unidades com perfil de vidro duplo, sendo o externo composto por uma vidro laminado temperado e o interno possui uma camada de vidro laminado de segurança de 3 + 3 mm com película PVB ²⁴³ (são 2 camadas de 0,38 mm) e mais a película de revestimento *Low emissivity* ²⁴⁴. O espaço entre os vidros é preenchido com gás argônio ou criptônio como padrão. Todas as unidades são produzidas com a tecnologia de borda quente para minimizar o risco de condensação e proporcionar ao conjunto recursos de isolamento mais duráveis. O atuador de corrente oculto no perfil inferior do módulo está associado ao sistema VELUX INTEGRA® com base na tecnologia io-homecontrol®

As claraboias de ventilação e os estores são controlados com o sistema VELUX INTEGRA® ²⁴⁵, sendo alimentados e controlados a partir de uma unidade de controle KLC 400. Cada controle pode operar um módulo de claraboia de ventilação e até quatro estores individuais, em grupos ou simultaneamente. O sistema de abertura e de fechamento das claraboias e dos estores são controlados a partir de interruptores instalados no interior do edifício. O estore protege contra o calor e o brilho e ajuda a controlar a quantidade de luz na sala. O funcionamento do estore acontece através de quatro rodas, uma em cada canto do módulo da claraboia e dois fios de aço, percorrendo a estrutura lateral do módulo. Os dois fios tensionados puxam o tecido de poliéster branco.

Imagens e Desenhos:

[cortes construtivos]

[renders do projeto]

Conclusão

O espaço “entre”: a construção do espaço público:

A construção de espaço público que resulta desta operação acaba por ser o espaço que está “entre” as operações de construção que se estão a propor: por debaixo (ou dentro) da **Cobertura** e a sua **Estrutura**; e sobre o a nova **Topografia** e o modo como esta se relaciona com a **Cidade**. Da mesma forma que Paulo Mendes transforma a geografia do território para implantar sua obra, este projeto é feito para que as relações entre base funcional e plano suspenso da cobertura funcionem em perfeita harmonia, com ambientes polivalentes e fluidez nos percursos dentro de uma lógica construtiva de funcionamento.

²⁴³ O PVB é uma película plástica e elástica utilizada na fabricação do vidro laminado e é aplicada entre as chapas de vidro. Em caso de quebra, os fragmentos ficam presos ao PVB, reduzindo, assim, o risco de ferimento. (Abravidro. Disponível em <https://abravidro.org.br/vidros/pvb-polivinil-butiral/>)

²⁴⁴ Os revestimentos Low-E foram desenvolvidos para minimizar a quantidade de luz ultravioleta e infravermelha que pode passar através do vidro sem comprometer a quantidade de luz visível que é transmitida. (Vitro architectural glass. Disponível em <http://glassed.vitroglazings.com/topics/how-low-e-glass-works>)

²⁴⁵ Mais informações em Velux. Disponível em <https://www.velux.pt/produtos/janelas-de-sotao/velux-integra>

Os espaços destacados a seguir - jardim, espaço coberto e espaço de convivência -, resultam dessa operação de construir espaço público através da arquitetura, onde a pracialidade de Queiroga também é trazida para dentro desses espaços, enfatizando a possibilidade de o edifício atuar como praça coletiva e em continuidade espacial com a envolvente. Localizados cada um à sua cota, estes são também espaços a partir dos quais se faz a mediação com o exterior e se entra no edifício e que estão conectados entre si, visual e fisicamente.

No primeiro terço, à cota alta, o **Jardim** encaixado na cobertura é o espaço de mediação entre o edifício e o Palácio da Quinta dos Alfinetes que, depois da operação de requalificação que se propõe, passará também a fazer do conjunto de espaços do SESC que se distribuem pela azinhaga. É também o espaço que faz a mediação com o Parque que acompanha e envolve as diferentes partes do SESC, numa espécie de *hortus conclusus*, composto por vegetação de tipologia variada, onde a natureza garante uma espécie de abrigo natural sob a copa das árvores, num espaço murado, aberto para o céu, mas contido dentro do edifício.

Da mesma forma que a sombra de uma árvore estabelece uma sensação de limite através do espaço sombreado pela sua estrutura natural, o volume suspenso do edifício *Stone in the Landscape* define um campo espacial entre ele mesmo e o plano de solo. A geometria desse volume suspenso estabelece os limites do campo, considerando que o seu formato, dimensão e o tipo de luz que em cada espaço esta cobertura oferece, a partir do alto, são os fatores que determinam a qualidade dos espaços abaixo. Esse universo entre o chão e o monólito suspenso, à cota intermediária 53.00, na continuidade da praça, gera diversas possibilidades de apropriação: com o plano de cobertura em balanço sobre o solo, cria espaços livres por baixo dele, sem barreiras para além de um alinhamento de pilares. É aqui que encontramos uma **Praça coberta**, que se relaciona com a envolvente imediata da praça, e onde encontramos os programas que, no SESC, são claramente de acesso público: o restaurante a esplanada, que são tratados como elementos transparentes, de forma a permitir o atravessamento visual do edifício e não obstruir a relação deste espaço com a paisagem. De fato, este é também um mirante, no único ponto do edifício a partir do qual se consegue avistar o Tejo.

Apesar de estabelecerem relações fortes com a envolvente, ambos os espaços - Jardim e Praça Coberta - convergem também para o interior do edifício onde, por debaixo da cobertura, numa posição central, encontramos aquele que é o espaço fundamental do “SESC” e o centro do edifício: a **Área de Convivência**. De fato, no nível 49.00, o usuário encontra, o terceiro “espaço entre”, mais interiorizado, que, não sendo um espaço de praça deve ser capaz de funcionar como tal: um espaço onde a pracialidade acontece num espaço exterior coberto; onde as superfícies verticais delimitam um espaço polivalente que articula todas as partes do programa; e que, encaixado na topografia, adquire um carácter de abrigo, onde se estabelecem relações visuais, não com o exterior, mas com os restantes espaços do edifício e com o céu, através do teto de luz que o cobre.

O sucesso para o edifício *Stone in the Landscape*, essa figura estática num território em movimento, dependerá do funcionamento conjunto da série de operações que foi proposta, nas suas várias escalas. Os espaços “entre” que o edifício propõe são espaços que convidam ao movimento, mas também à permanência e convivência em espaços que se pretende que sejam qualificados. Espaços suficientemente amplos para permitir o encontro coletivo e suficientemente acolhedores para uma solidão compartilhada. Espaços claramente conformados, que se querem polivalentes e vagos: desenhados para fazer nada, mas onde se possa fazer tudo.

Bibliografia

Marvila:

- ABEL, Marília; CONSIGLIERI, Carlos – **O formoso sítio de Marvila**. Lisboa: Junta de Freguesia de Marvila, 2004.
- CML - **Carta Desportiva de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009. Disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1299865722T6IRG1pq2Px70YV5.pdf> [consultado em 03/07/2020]
- CML - **Carta Desportiva de Lisboa: Cartografia**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/desporto/estrategia> [consultado em 03/07/2020]
- CML - GTH – **Plano de urbanização de Chelas**. Lisboa: Câmara Municipal, 1965. Volumes 1 e 2.
- CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília – **Pelas Freguesias de Lisboa – Lisboa Oriental: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação, 1993.
- DE ARAÚJO, Norberto – **Peregrinações em Lisboa**. 2.ª edição. Vol. XV. Lisboa: Veja (Coleção Conhecer Lisboa), 1993.
- EXPO' 98 – **Caminho do Oriente**. Lisboa: Parque EXPO 98, 1998. Um projecto conjunto da EXPO' 98, Câmara Municipal de Lisboa e Ambelis. ISBN 972-8495-11-0
- FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge (co-autor) – **O Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- HEITOR, Teresa Valsassina - **Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala**. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2015.
- JUNTA DA FREGUESIA DE MARVILA; CENTRO PORTUGUÊS DE DESIGN – **Lisboa capital do nada: criar, debater, intervir no espaço público**. Lisboa: Extramuros, 2002.
- MATOS, José Sarmiento de; PAULO, Jorge Ferreira - **O Caminho do Oriente: Guia Histórico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. Volumes I e II.
- OLIVEIRA, Hugo Manuel Cardoso – **Reabilitação da Quinta dos Alfinetes Casa Museu Marvila**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.
- Pereira. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1994.
- POGGEMANN, Tim - **Access to culture and cultural participation in the Rock interventon area of Lisbon**. Lisboa: ROCK Project, 2019. Disponível em <https://lisboa.rockproject.eu/access-to-cultural-and-cultural-participation-in-the-rock-intervention-area-in-lisbon/>
- REBOLO, João Manuel Teles - **O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila Participação e Autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974)**. Lisboa: ISCTE, 2016. Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Arquitectura e Urbanismo. Especialidade em Arquitectura.
- ROCK - **Mentoring visit report and roadmap**. Lisbon: ROCK, 2018. Disponível em http://nws.eurocities.eu/MediaShell/media/ROCK_-_Lisbon_visit_report_regeneration_of_neighbourhoods.pdf
- SILVA, João Santana da – **Marvila: os alicerces de uma comunidade**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015. Disponível em https://www.academia.edu/22643286/Marvila_os_alicerces_de_uma_comunidade
- SILVA, Margarida Reis e – **Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835**. Lisboa: cadernos do arquivo municipal, 2019. ISSN 2183-3176. 2.ª SÉRIE N.º 12

Carta Educativa de Lisboa. Lisboa: CML, 2008. Disponível em

https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/educacao/documentos/Carta_Educativa_v3-1.pdf

Carta Social de Lisboa. Disponível em <http://www.cartasocial.pt/index.php>

Clube Ferroviário de Portugal. Disponível em <http://clubeferrovioario.pt/espacos/#campo-ferrovioario> [consultado em 03/07/2020]

Clube Oriental de Lisboa. Disponível em <http://www.oriental.pt/Modalidades/Atividades-Aquáticas/Natação/Condições-de-Admissão/Preços-e-Localização> [consultado em 07/07/2020]

Convento do Beato, Ad Quadratum Architectos. Disponível em <https://espacodearquitetura.com/projetos/convento-do-beato/>

Conveto do Beato. Disponível em <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/convento-do-beato>

Ficha de projeto da Fundação Luso-Brasileira para o desenvolvimento do mundo de língua portuguesa. Disponível em <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro348> [consultado em 22/05/2020]

Hub Criativo do Beato. Disponível em <https://hubcriativobeato.com/#future>

Jornal Digital Dinheiro Vivo. Disponível em <https://www.dinheirovivo.pt/banca/pedro-rebelo-de-sousa-acredito-que-ja-tenho-um-curriculo-para-alem-da-caixa/> [consultado em 13/06/2020]

Jornal Digital JN. Disponível em <https://www.jn.pt/arquivo/2006/desporto-tera-novos-espacos-585192.html> [consultado em 01/07/2020].

Jornal Digital O Corvo. Disponível em <https://ocorvo.pt/descampados-junto-a-biblioteca-de-marvila-vao-ter-jardim-campo-de-jogos-e-pavilhao-em-vez-de-predios-de-renda-acessivel/>

Jornal Digital Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/12/16/local/noticia/antonio-costa-nao-vai-desistir-de-projecto-de-niemeyer-em-terrenos-que-tem-ao-abandono-1414138> [consultado em 13/06/2020]

Jornal Digital Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/12/16/local/noticia/antonio-costa-nao-vai-desistir-de-projecto-de-niemeyer-em-terrenos-que-tem-ao-abandono-1414138> [consultado em 13/06/2020]

Jornal Digital Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2012/12/06/culturaipsilon/noticia/portugal-tem-dois-projectos-de-niemeyer-na-gaveta-1576412> [consultado em 13/06/2020]

Jornal Digital Público. Disponível <https://www.publico.pt/2020/06/14/local/noticia/marvila-vazios-urbanos-cheios-passado-presente-futuro-1920182>

Jornal dos Arquitetos: Jornal da Ordem dos Arquitetos Portugueses – Epicentros Industriais: um futuro a Oriente. Lisboa: JÁ, 2018. Nº 257. Disponível em <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/lisboa-oriental>

Lisboa Ocidental SRU. Disponível em <http://www.lisboaocidentalsru.pt/a-sru>

Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72952>

Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72952>

Serviço Nacional de Saúde. Disponível em <http://www.chlc.min-saude.pt/hospital-lisboa-oriental/8-concorrentes-a-construcao-do-hospital-lisboa-oriental/>

Trienal de Arquitetura de Lisboa: A Poética da Razão - Concurso Prémio Universidades Trienal de Lisboa Millennium bcp. Disponível em https://www.trienaldelisboa.com/open-calls-pt/d/opencalls_t2019-universidades [consultado em 28/04/2020]

SESC:

ALMEIDA, Miguel de – **Sesc São Paulo: uma ideia original.** São Paulo: Lazuli Editora, 1997.

DINES, Yara Schreiber - **Cidadelas da Cultura no Lazer: um estudo de antropologia da imagem do SESC SÃO PAULO.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Dissertação de Doutorado.

- FERRAZ, Marcelo; VAINER, André - **Cidadela da liberdade: Lina Bo Bardi e o SESC Pompeia**. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 2012. Disponível em https://issuu.com/edicoessescsp/docs/trecho_cidadela
- MACHADO, Débora – **Público e Comunitário: Projeto arquitetônico como promotor do espaço de convivência**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- MARQUES, Sonia e COTRIM, Marcio - **Edifício Praça: entre o público e o privado**. São Paulo: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014.
- MIRANDA, Danilo Santos de - Na Linha do Tempo. In MAGALHÃES, Hécio; MARTIN, Paulo Ricardo (org) - **SESC SP século XXI**. São Paulo: SESC SP, 2013. ISBN 978-85-7995-078-0
- POMPOLO, Camila de Aguiar – **Um percurso pelos SESC's: uma leitura das transformações tempo-espaciais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- REGO, Mauro Lopez - **A responsabilidade social como resposta do Sistema S ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do Sesc**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2002. Dissertação de Mestrado do Curso de Mestrado Executivo.
- RUMMERT, Sonia M.; RIBEIRO, Aline A. C. - Trabalho e lazer regidos pela mesma lógica de conformação: O caso dos comerciários no sesc entre as décadas de 1940 e 1970. In CALVO, Célia R. - **Revista História & Perspectivas**. v. 29, n. 55, 2016. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35781>
- SANTOS, Silane R. S. dos – **Expressões Arquitetônicas do Lazer: O papel do SESC no desenho da cidade de São Paulo**. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - **Carta da Paz Social**. Rio de Janeiro: SESC, 2012. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/Documentos/
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – **Legislação do Sesc**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2017. 5a edição.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - **Referencial Programático do Sesc**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2015. Disponível em <http://www.sesc.com.br/referencial.pdf>
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – **SESC: os fatos no tempo – 30 anos de ação social**. Rio de Janeiro: SESC, 1977. Administração nacional
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – **Termo de referência para o processo seletivo de estudo preliminar arquitetônico para equipamento de lazer sociocultural e desportivo**. São Paulo: Sesc, 2017. (Anexo 7). Disponível em https://gcl.sescsp.org.br/licitacao_internet/mostra_detalhe_concurso.cfm?concurso_id=8&utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - **Normas Gerais para Habilitação no Sesc**. Rio de Janeiro: Sesc Departamento Nacional, 2018. Disponível em <http://www.sesc.com.br/downloads/normasgeraishabilitacaosesc.pdf>
- 17 Curiosidades sobre o SESC 24 de Maio**. Disponível em https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11126_17+CURIOSIDADES+SOBRE+O+SESC+24+DE+MAIO
- Espaço de convivência do SESC Pompeia**. Disponível em https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13585_ARQUITETURA+DO+SESC+POMPEIA+UM+CONVITE+A+CONVIVENCIA
- Galeria da arquitetura**. Disponível em https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_paulo-mendes-da-rocha/_sesc-24-de-maio/4578
- O Serviço Social do Comércio (SESC) no atendimento à pessoa idosa**. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11345/11345_4.PDF
- O SESC em números. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/numeros/

O Sistema S. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> [consultado em 28/04/2020]

Por dentro do SESC 24 de Maio. Disponível em <https://chickenorpasta.com.br/2017/sesc-24-de-maio>

PORTAL VITRUVIUS. SESC 24 de Maio. Projetos, São Paulo, ano 18, n. 206.02, **Vitruvius**, fev. 2018. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/18.206/6886>

Prêmio ArchDaily Building of the Year 2019. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/912988/sesc-24-de-maio-vence-o-premio-archdaily-building-of-the-year-2019-na-categoria-arquitetura-publica>

Revista monólito - SESC-SP: ARQUITETURA. Disponível em <http://www.editoramonolito.com/edicoes/33/>

Serviço Social do Comércio – Apresentação. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/> [consultado em 25/03/2020]

Serviço Social do Comércio – Sobre o SESC. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ [consultado em 29/04/2020]

Serviço Social do Comércio – Trabalhador do comércio de bens, serviço e turismo. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/cartao/cartao>

Sesc 24 de Maio / Paulo Mendes da Rocha + MMBB Arquitetos. **ArchDaily Brasil.** ISSN 0719-8906 Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/889788/sesc-24-de-maio-paulo-mendes-da-rocha-plus-mmmb-arquitetos> [consultado em 08/07/2020]

SESC 24 de Maio. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/875115/sesc-24-de-maio-de-paulo-mendes-da-rocha-e-mmmb-sera-inaugurado-em-agosto>

SESC Minas Gerais. Disponível em http://www.sescmg.com.br/wps/portal/sescmg/institucional/cartao_cliente_sesc/publico_geral

SESC POMPEIA Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>

Sobre o SESC São Paulo. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/> [consultado em 15/03/2020]

Moderno Paulista:

AGUIAR, Monica; FAVERO, Marcos - **Forma-estrutura. Matriz de expressão tectônica da FAU USP.** Arquitectos, São Paulo, ano 19, n. 223.04, Vitruvius, 2018. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/19.223/7247>.

ARAGÃO, Solange de; SANDEVILLE, Euler – **Arquitetura e Paisagem em Lina Bo Bardi.** Belo Horizonte: V Seminário Ibero-americano arquitetura e documentação, 2017.

BARDI, Lina Bo - **Architecture Words 12: Stones Against Diamonds.** London: Architectural Association, 2013. eBook p. 141. Anthology of writings by Lina Bo Bardi.

CAMPIOTTO, Renata Cima - **Projeto de desenvolvimento do Plano de Gestão da Conservação da FAUUSP.** Disponível em <https://conservafau.wordpress.com/2016/10/14/a-fau-mudou-jardim/>

CÁRDENAS, Alexandra Silva – **Masp: estrutura, proporção e forma.** São Paulo: Editora da Cidade, 2015. ISBN: 978-85-64558-10-6. 140 p.

CARRILHO, Marcos José - **O Museu de Arte de São Paulo.** New York: 8ª Conferência Internacional do Docomomo, 2004. Disponível em https://www.academia.edu/11093753/O_museu_de_arte_de_S%C3%A3o_Paulo

FERRAZ, Marcelo (Org.) - **Vilanova Artigas.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi / Fundação Vilanova Artigas, 1997, p. 101.

FORTY, Adrian - **Concrete and Culture: A Material History.** London: Reaktion Books, 2013.

INSTITUTO LINA BO E P.M. BARDI – **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Método, 1993. Coordenação editorial Marcelo Ferraz.

INSTITUTO LINA BO E P.M. BARDI - **Museu da arte de São Paulo: textos de Lina Bo Bardi e Aldo Van Eyck**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1997

PACHECO, Paula R.; VIZIOLI, Simone H. T. - **Comentários gráficos sobre os desenhos de Paulo Mendes da Rocha**. Florianópolis: XXI Simpósio nacional de geometria descritiva e desenho técnico, 2013.

PERRONE, Rafael Antonio Cunha - **Passos à frente: algumas observações sobre o MUBE**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 136.03, Vitruvius, 2011. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/404>

PERRONE, Rafael Antonio Cunha - **Vilanova Artigas e o edifício da FAU USP. A formação dos espaços de formação**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 191.01, Vitruvius, abr. 2016. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.191/6004>

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan - **Dilemas na Preservação da Arquitetura Moderna: o Edifício da Faculdade de Arquitetura da USP**. São Carlos: 5º Seminário Docomomo Brasil, 2003. Disponível em <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/106R.pdf>

QUEIROGA, Eugenio Fernandes – **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de denominação e a ação criativa**. São Paulo: FAU-USP, 2001. Tese de Doutorado.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes – **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de território, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. São Paulo: FAU-USP, 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo).

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth da Silva - **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: ProEditores, Tessela, 1987. 1ª edição. 322 p. ISBN 927-2-720-981

SEGAWA, Hugo - **Arquitetura modelando a paisagem**. São Paulo: Projeto nº183, 1995. P 32-46.

SPERLING, David - **Museu Brasileiro da Escultura, utopia de um território contínuo**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 018.02, Vitruvius, nov. 2001. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.018/828>

SPIRO Annette - **Paulo Mendes da Rocha: Works and projects**. Switzerland: Niggli, 2002.

A fau mudou – salão caramelo. Disponível em <https://conservafau.wordpress.com/2017/03/24/a-fau-mudou-salao-caramelo/>
FAUUSP. Disponível em https://www.archdaily.com/799088/ad-classics-faculty-of-architecture-and-urbanism-university-of-sao-paulo-fau-usp-joao-vilanova-artigas-and-carlos-cascaldi?ad_source=search&ad_medium=search_result_all
https://www.academia.edu/11093753/O_museu_de_arte_de_S%C3%A3o_Paulo

João Batista Vilanova Artigas. Vídeo SESCTV - Arquiteturas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/USP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WRCzeyrqp-M>

MASP. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/01-59480/classicos-da-arquitetura-masp-lina-bo-bardi>

Luz Zenital:

FEHN, Sverre – **The pattern of thoughts**. New York: The Monacelli press, 2009. 303 p. ISBN 978-1-58093-217-20.

FREDRIKSSON, Mikaela - **The poetics of light**. Sweden: Lund University, 2017. 98 p. Master Degree Project in Architecture.

TORRES, Elías – **Zenithal Light**. Barcelona: Col·legi d' Arquitectes de Catalunya, 2005.

UTZON, Jørn – **Logbook Vol. II: Bagsværd Church**. Copenhagen: Edition Bløndal, 2005. ISBN: 87-91567-07-6 (English)

Abravidro. Disponível em <https://abravidro.org.br/vidros/pvb-polivinil-butiral/>

Velux. Disponível em <https://commercial.velux.com/products/modular-skylights/modular-skylight-solutions>

Vitro architectural glass. Disponível em <http://glassed.vitroglazings.com/topics/how-low-e-glass-works>

Luz e experiência humana:

DE BEISTEGUI, Miguel – **Thinking with Heidegger: Displacements**. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

LAM, William M. C. – **Sunlighting as Formgiver for Architecture**. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1986.

VANEIGEM, Raoul - **The Revolution of Everyday Life**. The Anarchist Library, 2009. 145 p. Título Original: Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations. ISBN 0900575077.

WENDERS, Wim – **A lógica das imagens**. Tradução de Maria Alexandra A. Lopes. Lisboa: Edições 70, LDA, 1990. Título original: Die Logik Der Bilder. Depósito legal número 36.892/90.

Outros:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 12267: Normas para elaboração de plano diretor**. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

AUGÉ, Marc – **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papirus, 1994. ISBN 85 308 0291-8

CHING, Francis. D. K – **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. Tradução de Alvarar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos – **Manual de conforto térmico**. 5 Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. ISBN 85-85445-39-4

HERTZBERGER, Herman – **Lições de Arquitetura**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – **Elaboração e atualização do código de obras e edificações**.

Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, ELETROBRAS/PROCEL, 2012. Disponível em

http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/guia_codigo_obras_1.pdf

SOLÀ-MORALES, Manuel de - Espaços públicos e espaços coletivos. In: HUET, Bernard et al. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p. 101-107.

Anexos

Quadro 1

Listagem detalhada dos espaços compreendidos em cada um dos pilares.

Todas as propostas pedagógicas são de acordo com a legislação vigente.²⁴⁶

ANEXOS AO PONTO 1 a converter em gráficos:

[Educação]

Atividade:

- Educação infantil, que é realizada através de Creche (crianças de 0 aos 3 anos) e Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos)
- Ensino Fundamental, que compreende as realizações nos anos iniciais (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano) e Progressão Parcial
- Ensino Médio, que compreende os anos letivos 1º, 2º e 3º anos, sendo a Progressão Parcial no 3º ano.
- Educação para jovens e adultos, que se destina a jovens, adultos e idosos que não conseguiram iniciar, continuar ou concluir os estudos em idade regular. Através de um conjunto especial de ações pedagógicas, a instituição oferece oportunidade a essas pessoas para ingressarem de forma adequada, garantindo-lhes as condições de acesso e permanência para uma formação completa. As realizações vão desde a alfabetização até o Ensino Médio.
- Educação complementar, que se destina a ampliação de conhecimentos do universo sociocultural do indivíduo.
- Curso de Valorização Social, que promove o desenvolvimento de habilidades e competências através de cursos, oficinas e palestras, com temas como apresentação pessoal, culinária, corte e costura, informática, logística. São atividades destinadas a contribuir para a socialização ou complementação da renda individual ou familiar e a inserção no mundo do trabalho.²⁴⁷
- Educação em ciências e humanidade, com o objetivo de ampliar visões sobre o mundo e as formas de pensamento, explorando conteúdos diversos e suas relações com a cultura e a sociedade. São desenvolvidos dentro dos temas de ciências, humanidades, meio ambiente e produção e difusão multimídia de saberes.²⁴⁸

[Saúde]

Atividade:

- Nutrição, que consiste em promover o fornecimento de alimentação saudável, com orientação nutricional objetivando a melhoria da saúde e a prevenção de complicações relacionadas à alimentação.
- Saúde bucal, tem por objetivo promover a manutenção básica da saúde bucal e a prevenção de doenças.

246 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - **Referencial Programático do Sesc**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2015.

Disponível em <http://www.sesc.com.br/referencial.pdf>

247 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO 2015, p. 57

248 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO 2015, p. 61

- Educação em saúde, que promove ações de caráter educativo, visando a ampliação dos conhecimentos e habilidades para o autocuidado como prevenção e combate a incêndio, primeiros socorros, segurança no trabalho, utilização de equipamentos de segurança.
- Cuidado terapêutico, que compreendem ações diagnósticas e terapêuticas para prevenção, manutenção e recuperação da saúde, realizadas por meio de cuidados de enfermagem, atenção médica, cuidado especializado em saúde mental, práticas integrativas terapêuticas como acupuntura, fitoterapia, shiatsu, auriculoterapia, massoterapia, práticas corporais e mentais (lian gong, chi gong, tuina, tai-chi-chuan e meditação). ²⁴⁹

[Cultura]

Atividade: feitas geralmente por meio de curso, debate, palestra, rodas de conversa, exibição, oficina, exposição, seminário.

- Artes cênicas, que tem foco em ações destinadas à evolução no âmbito de expressão cênica, desenvolvidas por meio de modalidades como circo (malabarismo, acrobacia, ilusionismo), dança (movimento, composição coreográfica, desenvolvimento técnico de bailarinos, dança de rua, dança contemporânea, balé, sapateado) e teatro (encenação, iluminação, indumentária, cenografia, música, com temas a serem explorados nos gêneros de tragédia, tragicomédia, melodrama, comédia, drama). Algumas produções cênicas ocorrem fora dos espaços convencionais e buscam uma aproximação direta com o tecido social. ²⁵⁰
- Artes visuais, que consistem em ações para desenvolver plateias, artistas, produtores e público em geral. Com foco em representações visuais, ações que contemplam técnicas artísticas que variam desde a vertente popular até a produção contemporânea. São atividades de técnicas variadas como pintura, desenho, gravura, escultura, fotografia, artesanato, entre outros. ²⁵¹
- Música, com o objetivo de incentivar, difundir e preservar a prática musical de diversos gêneros e estilos.
- Literatura, que visa o incentivo à produção, ao acesso, à prática de leitura e preservação das obras literárias.
- Audiovisual, com foco em ações para promover a criação, proveito, promoção e preservação de conteúdos audiovisuais como animação, curta-metragem, longa-metragem, videoclipe, documentário, ficção, videoarte, entre outros. ²⁵²
- Biblioteca que visa garantir o acesso a informação em qualquer meio de suporte, físico ou digital, por meio de serviços e produtos que incentivam a leitura, auxiliam nas pesquisas e promovem a difusão de saberes.

[Lazer]

Atividades: as ações do programa do lazer são divididas em modalidades como avaliação física, eventos físico-esportivos, exercícios físicos sistemáticos e formação esportiva (em esporte individual, esporte coletivo, esporte radical e na natureza, luta, multipráticas esportivas)

249 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 101

250 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 117

251 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 131

252 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 151

- Desenvolvimento físico-esportivo, com foco em ações para o aperfeiçoamento da aptidão física, prática de esportes e de cultura corporal. Tem por objetivo possibilitar e estimular o lazer através da prática de exercício físico-esportivo, com possibilidade de treino, orientação segura e personalizada de profissionais. “Exercício físico coletivo: “Consiste em rotinas de exercícios corporais, realizados em grupo, visando o desenvolvimento da aptidão física relacionada à saúde, o desenvolvimento de habilidades motoras e domínio corporal (como alongamento, hidroginástica, ginástica localizada, aeróbica, step, jump, treinamento funcional, treinamento suspenso, pilates, ginástica infantil, educação psicomotora, entre outros) ou o equilíbrio bio-psicológico (como ioga).” ²⁵³
- Recreação, que consistem em entretenimento dos clientes por meio de práticas lúdicas, com foco em conteúdos socioculturais, educativos e multidisciplinares. Dentre as atividades destacam-se a colônias de férias, as festividades, o acesso a parques aquáticos, os jogos, os brinquedos e brincadeiras, os jogos de salão, os passeios recreativos, as reuniões dançantes, o sarau recreativo. ²⁵⁴
- Turismo social, que proporciona oportunidades aos clientes com baixa condição financeira e que gostariam de fazer passeios, viagens e hospedagens a lazer. O turismo promovido pela instituição tem foco no conhecimento histórico, cultural, social ambiental dos atrativos artísticos, conscientizando para a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural do lugar visitado. ²⁵⁵

[Assistência]

Atividades: as ações de caráter social e educativo, voltadas para a assistência local de uma comunidade

- Desenvolvimento comunitário, com ações voltadas para o desenvolvimento de núcleos, redes comunitárias e projetos sociais onde os integrantes são os protagonistas.
- Segurança alimentar e apoio social, que objetivam a mobilização de recursos e competências operando no combate à fome e ao desperdício, e no apoio social da vulnerabilidade. Atuando com apoio eventual em diversos cenários como famílias atingidas por desastres naturais e calamidades públicas, por meio de entrega de donativos, alimentos, suprimentos básicos, remédios, roupas produtos de higiene e limpeza. ²⁵⁶
- Trabalho social com grupos, com ações que consistem na formação e desenvolvimento de grupos em diferentes segmentos, com o objetivo de promover a participação social e o exercício da cidadania em defesa dos direitos sociais. Os grupos sociais geralmente são compostos por idosos, crianças, adolescentes, pais, voluntários. ²⁵⁷
- Assistência especializada, com ações voltadas a prestar orientações técnicas, auxílio financeiro e referenciar serviços por meio de convênios.
- Trabalho Social com Idoso (TSI), que visa oferecer uma melhor qualidade de vida à terceira idade. No Sesc, eles participam de atividades e trabalhos em grupo com pessoas da mesma idade e de outras gerações. Interagem com novas formas de conhecimento e compartilham expectativas vivenciais. ²⁵⁸ Há mais de 40 anos que a entidade atende anualmente mais de

253 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 167

254 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 175

255 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 180

256 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 193

257 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 203

258 Serviço Social do Comércio. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/Assistencia/Trabalho+Social+com+Idosos/>

60 mil pessoas para o envelhecimento ativo. O SESC busca resgatar o valor social dos idosos através de projetos que se adaptam às diferentes regiões e culturas do país.

Além desses pilares fundamentais, para um bom funcionamento o SESC conta com uma administração e logística organizada, que garante um “Conjunto de Atividades que visa ao planejamento, à organização e à mobilização dos recursos humanos, dos materiais, técnicos, financeiros e institucionais, com o propósito de contribuir para a eficiência da gestão, proporcionando os meios necessários ao desenvolvimento das ações da área-fim”.²⁵⁹

[Atividades comuns a todos os programas]

- Comunicação Institucional “para informar sobre a natureza e a missão institucional, divulgar suas atividades e serviços, receber, coletar e analisar demandas, consultas e críticas endereçadas à instituição, visando subsidiar seu planejamento e ação. Compreende as realizações: Criação, produção e distribuição de material de promoção institucional, Divulgação em meios de comunicação de massa, Edição e distribuição de publicações e Produção de eventos.”²⁶⁰
- Infraestrutura, operações e serviços, por meio de ações que garantem um “conjunto de instalações, equipamentos e serviços, que proporcionem o bom funcionamento e desenvolvimento das Atividades.”²⁶¹
- Pesquisa e estudos especializados com “ações destinadas a subsidiar o planejamento da ação da entidade, por meio de estudos e investigação (prospecção, cenário, satisfação, entre outras) teórica e prática de questões sobre a realidade social brasileira e os campos de atuação do Sesc.”²⁶²
- Desenvolvimento de projetos-piloto com “ações destinadas a avaliar a viabilidade de implantação de novos métodos e técnicas, bem como a atuação em novas áreas, por meio de projetos especiais e experimentais.”²⁶³
- Direção, coordenação e supervisão com “ações destinadas a administrar o processo decisório de elaboração, execução, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas, planos, programas institucionais e suas diretrizes.”²⁶⁴
- Cooperação financeira com “ações destinadas a auxiliar financeiramente os órgãos da entidade ou outras instituições.”²⁶⁵
- Cooperação técnica que visa “ações destinadas a orientar e acompanhar a aplicação e o aperfeiçoamento de métodos e técnicas de trabalho.”²⁶⁶
- Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas que consiste em “ações voltadas para o treinamento, o desenvolvimento e a educação dos servidores.”²⁶⁷

259 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 221

260 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 228

261 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 228

262 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 229

263 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 230

264 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 230

265 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 230

266 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 231

267 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 231

- “Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades Físicas que consiste em ações voltadas para implantação, expansão, restauração, modernização, reforma e bens móveis (equipamentos e materiais permanentes) das unidades físicas das áreas meio e fim.”²⁶⁸

Quadro 2

Quadro dos SESCs em construção ²⁶⁹

SESC Franca	SESC Marília	SESC Limeira
Informações técnicas Data de inauguração: 2022 Arquiteto responsável: Consórcio SIAA Apiacás Área do terreno: 20.377 m² Área construída total: 36.289 m² Instalações Área de Convivência Espaço Expositivo Biblioteca Central de Atendimento Loja Odontologia Piscina Brinquedoteca Lanchonete Bistrô Espaço de Tecnologias e artes Sala de Múltiplo Uso Quadra de areia Quadra Poliesportiva Ginásio Sala de treinamento multifuncional	Informações técnicas Data de inauguração: 2023 Arquiteto responsável: Teúba Área do terreno: 62.239 m² Área construída total: 17.238 m² Instalações Área de Convivência Espaço Expositivo Biblioteca Central de Atendimento Loja Odontologia Piscina Brinquedoteca Lanchonete Campo de grama sintética Quadra Poliesportiva Coberta Sala de Múltiplo Uso	Informações técnicas Data de inauguração: 2024 Arquiteto responsável: Consórcio GSP+JPG+PMR Área do terreno: 20.518 m² Área construída total: 32.285 m² Instalações Área de Convivência Espaço Expositivo Biblioteca Central de Atendimento Loja Odontologia Piscina Brinquedoteca Lanchonete Bistrô Espaço de Tecnologias e artes Ginásio Sala de Dança Sala de treinamento multifuncional

²⁶⁸ SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015, p. 232

²⁶⁹ Informações do SESC São Paulo. Disponível em https://www.sescsp.org.br/unidades/824_FRANCA#/content=tudo-sobre-a-unidade ; https://www.sescsp.org.br/unidades/844_MARILIA#/content=tudo-sobre-a-unidade ; https://www.sescsp.org.br/unidades/845_LIMEIRA#/content=tudo-sobre-a-unidade